



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGGEO
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**



ÂNGELA OLIVEIRA VIEIRA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, MORADIA E FORMAS SOCIOESPACIAIS
NA CIDADE DE TERESINA (PI)**

**TERESINA/PI
2017**

ÂNGELA OLIVEIRA VIEIRA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, MORADIA E FORMAS SOCIOESPACIAIS
NA CIDADE DE TERESINA (PI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Estudos Regionais e Geoambientais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

V657p Vieira, Ângela Oliveira.
 Produção do espaço urbano, moradia e formas
 socioespaciais na cidade de Teresina (PI) / Ângela Oliveira
 Vieira. – 2017.
 161 f.: il.

 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade
 Federal do Piauí, 2017.

 Orientação: Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha.

 1. Espaço Urbano. 2. Direito à Cidade. 3. Moradia
 Popular. 4. Política Urbana. I. Título.

CDD 711

ÂNGELA OLIVEIRA VIEIRA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, MORADIA E FORMAS SOCIOESPACIAIS
NA CIDADE DE TERESINA (PI)**

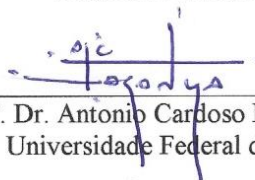
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

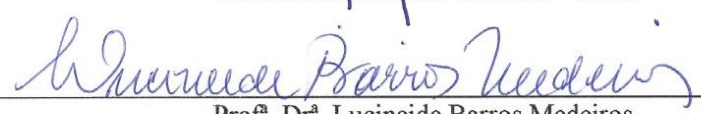
Linha de Pesquisa: Estudos Regionais e Geoambientais


Orientador: Prof^o. Dr. Antonio Cardoso Façanha

RESULTADO DA DEFESA: APROVADA

BANCA EXAMINADORA


Prof^o. Dr. Antonio Cardoso Façanha (Orientador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI


Prof^a. Dr^a. Lucineide Barros Medeiros
Universidade Estadual do Piauí - UESPI


Prof^a. Dr^a. Bartira de Araújo da Silva Viana
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Teresina, 17 de Fevereiro de 2017.

Aos meus pais, Antonio Vieira e Osvaldina Vieira

Que, mesmo sabendo que a ausência
De um filho é dolorosa, compreenderam
Que o estudo era o bem maior que
Poderiam me oferecer.

À época, ainda com pouca idade,
E sem muito discernimento das coisas,
Já sabia que desejavam o melhor pra mim.

Embora no primeiro momento tenha
Sido muito difícil, e sem entender
A saudade que sentiam,
Hoje, só tenho a agradecer.
Muito Obrigada!

A jornada foi longa e tortuosa
Porém, mais uma etapa,
Se concretiza
No âmbito acadêmico!

À **tia Júlia** e ao **tio José** (*in memóriam*),
Pelo acolhimento em sua casa,
Quando recém-chegada
Ainda menina,
Nesta cidade (Teresina).

À **minha irmã, Edna Vieira**,
Que soube o que foi todas as dificuldades
Pois, juntas, as enfrentamos quando
Aqui chegamos.
E pelo amor incondicional.

Ao **meu irmão, Matusalém Vieira**,
Que sempre acreditou em mim
E pelo incentivo de sempre.
Agradeço o apoio!

Às **minhas irmãs, Antonia Vieira e Francisca Vieira**,
Pelo carinho, incentivo e apoio, sempre!

Às **minhas** estimadas e eternas “**vozinhas**”, **Angélica** (*in memóriam*) e **Maria José**.
Duas mulheres de índole inquestionável.

Sou muito grata a vocês!

AGRADECIMENTOS

Escolher é uma das ações inerentes ao nosso viver. Ao tempo em que pode tornar-se algo simples, muitas vezes, eu diria na maioria delas, também é muito complexo. E acrescento que: o ato de escolher não dar nenhuma seguridade quanto ao sucesso, e muitas são as pessoas que, de forma direta ou indiretamente contribuem para que nossas escolhas, de fato, tornem-se realidade.

Através destas poucas linhas, venho externar minha gratidão às muitas pessoas que contribuíram para a concretização de uma das minhas significativas e singelas conquistas no âmbito acadêmico, resultado, primeiro de uma escolha. Em agradecimento a todos, teço aqui minhas singelas considerações.

Desde já, peço desculpa aos que não tiveram seus nomes listados, mesmo assim, saibam que todos foram importantes, porém, cada um com suas peculiaridades.

Primeiramente agradeço a DEUS, pelo o dom da vida e por me conceder saúde e sabedoria para encarar os problemas que surgiram no percorrer desta caminhada. Da mesma forma e intensidade, agradeço a todos os familiares, amigos e amigas que, mesmo alguns estando distante, foram fundamentais transmitindo sempre, energias positivas.

De maneira formidável, agradeço a todas as pessoas que colaboraram com esta pesquisa, através de entrevistas e diálogos, fornecendo informações que foram fundamentais para subsidiar esta reflexão. Em especial, aos moradores do Parque Piauí, Promorar, Vila Irmã Dulce, Residencial Mário Covas e Parque da Vitória, e aos presidentes das respectivas, Associações de moradores, que concederam a mim uma singela entrevista e que me receberam com carinho e distinção, contribuindo com suas narrativas e histórias memoráveis para a fundamentação deste trabalho.

Aos representantes das instituições públicas (ADH, EMGERPI, SEMPLAN, SEMDUH, entre outros), e das entidades comunitárias (FAMCC, FAMEPI e FECEP) pela importante colaboração nesta pesquisa.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha por aceitar a orientação desta pesquisa, pela confiança, apoio e compreensão e pela condução de forma harmoniosa de suas orientações em momentos de indecisões. Pelas oportunidades concedidas referentes às atividades acadêmicas, sobretudo, no âmbito do Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (GERUR). Agradeço, ainda, pela transmissão de conhecimentos concedida em suas aulas ao longo do curso, e, de modo especial, sobre sua efetiva contribuição para a concretização desta pesquisa. Muito obrigada!

Do mesmo modo, agradeço ao Prof. Dr. Carlos Sait pelo ensinamento proporcionado, tanto acadêmico como pessoal e pelas experiências compartilhadas, sobretudo, na graduação no âmbito do Programa de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID/UFPI de Geografia. Levá-las-ei na memória, sempre!.

Estas considerações estendem-se ainda aos demais professores do curso de Geografia da UFPI e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), que muito contribuíram para minha formação e crescimento pessoal e profissional.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), pela bolsa de estudo concedida durante os dois anos de curso e que foi um dos principais amuletos que contribuiu para o êxito desta pesquisa, visto que custeou todos os gastos inerentes à mesma.

Agradeço, ainda, à banca examinadora na qualificação, Prof^ª. Dr^ª. Lucineide Barros Medeiros e ao Prof^º. Dr^º. Armstrong Miranda Evangelista, pelas significativas e necessárias considerações para a continuidade da pesquisa. Estes agradecimentos estendem-se, também, à banca de defesa, a Prof^ª. Dr^ª. Lucineide Barros Medeiros e a Prof. Dr^ª. Bartira de Araújo Viana por aceitarem o convite para avaliação deste trabalho e pelas reflexões propostas.

A todos os colegas da turma (2015/2017): ao saudoso e querido amigo *Adalgiso Neto (in memoriam)* que de maneira brusca e precoce nos deixou, restando apenas a saudade de seu convívio; a Aline Camilo, Mônica Saraiva, Jéssica Frota, Gracielly Portela, Carlos Henrique, Luís Fabiano, Luzia Cavalcante, e Tarcys Klébio, que se tornaram amigos e grandes incentivadores e que muito contribuíram direta ou indiretamente para o êxito desta pesquisa, além de representarem muitos outros amigos, que aqui não foram citados.

Ao Samuel Maia e João Victor Amorim, pela colaboração na elaboração dos mapas deste trabalho e, ao Albert Isaac Viana pelas orientações concedidas (ainda na qualificação) para a elaboração dos gráficos. Agradeço, ainda, ao Orleando Carvalho, que, já na reta final, colaborou nos ajustes finais de alguns dos mapas confeccionados. Obrigada!

À Adna Vieira (sobrinha querida), com quem tenho compartilhado, diariamente, minhas angústias, sonhos e desejos, e pela paciência em “aturar” alguns desabafos, embora, não diz respeito a sua realidade.

Aos meus familiares, sobretudo, aos meus irmãos (Antonia, Francisca, Edna e Matusalém) pelo apoio, apesar de alguns estarem distantes. Tais agradecimentos estendem-se ao Edilson (cunhado) pela “força”, sempre que preciso. De modo especial, agradeço a meu “velho” Antonio Vieira (*pai*) e minha *amada* Osvaldina Vieira (*mãe*) que, mesmo sem compreender algumas nuances ocorrida neste trajeto, procuraram respeitar os meus momentos e afastamento de seus convívios.

“Grandes resultados não podem ser conseguidos de uma vez, e devemos ficar satisfeitos a avançar na vida assim como caminhamos: passo a passo.”

Samuel Smiles

RESUMO

Um dos processos socioespaciais que muito tem contribuído para a dinâmica urbana de Teresina refere-se à produção da moradia, seja de baixo ou de alto padrão de renda. Desde sua consolidação enquanto capital do estado do Piauí, a cidade tem forte ligação com o processo de ocupação de terras para moradia, assim como a construção de conjuntos habitacionais que se iniciam ainda na década de 1960. Neste contexto, objetivou-se, com esta pesquisa, analisar o processo de produção do espaço urbano sob o enfoque da moradia popular em Teresina, relacionando-o com a política de habitação e o direito à cidade, visto a partir de quatro dimensões (aspecto histórico, ação dos agentes, atores sociais e forma espacial) que possibilitem o entendimento das condições de moradia nesta cidade, ilustradas a partir da zona Sul. Configurou-se como objetivos específicos: a) discutir a dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano, relacionando-o com o processo de urbanização no Brasil; b) discorrer sobre a legislação vigente e a política urbana de moradia; c) discutir a produção da moradia popular em Teresina através das ações do poder público e da sociedade, relacionando-o com a evolução recente da cidade e com o planejamento urbano; d) discutir as lutas por moradia a partir da década de 1960 e o contexto em que surgem as ocupações urbanas irregulares em Teresina; e) caracterizar, a partir das dimensões (aspecto histórico, ação dos agentes, atores sociais e forma espacial), os espaços de moradia popular que redefinem a paisagem urbana na cidade de Teresina. Diante das discussões propostas, a pesquisa, sustentada à luz de uma abordagem dialética, utilizou como procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica desenvolvida ao longo de todas as etapas; levantamentos de dados em algumas instituições públicas em âmbito federal, estadual e municipal e pesquisa de campo, na qual utilizou-se a técnica da entrevista; documentos institucionais, a exemplo de algumas leis de cunho nacional, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (2001), bem como os Censos de Vilas e Favelas (1993, 1996 e 1999), e articulações com autores que discutem o espaço urbano em escala nacional e local. Quanto ao recorte espacial, manteve-se o olhar sobre a zona Sul de Teresina, uma vez que a mesma se destaca em relação às demais zonas da cidade, no que confere à produção da moradia popular abordada na pesquisa. Neste sentido, optou-se em estudar cinco espaços de moradias da referida zona, sendo: dois Conjuntos Habitacionais, uma Vila, um Residencial e um Parque. Quanto à escala temporal, considerou-se o recorte compreendido do período da década de 1960 ao ano de 2015, contexto que se compreende a origem e evolução das formas socioespaciais em discussão. Os dados obtidos ao longo da pesquisa foram apresentados a partir da discussão textual, associados à produção de gráficos, tabelas, quadros, mapas, além de registro fotográfico. A análise empreendida permitiu observar que, embora haja divergências conceituais, seja no plano da gestão e/ou de setores da sociedade local referente aos espaços de moradia analisados e que alguns se sobressaem quanto à questão de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, comuns aos ambientes das cidades, a pesquisa constatou que os mesmos possuem características em comuns, sobretudo se considerado o contexto inicial, onde são *pari passu* as condições de habitabilidade, características estas que se estendem à realidade atual. Constatou-se, ainda, que a produção da moradia popular em Teresina seja de natureza pública ou por intervenções da sociedade, a exemplo de programas governamentais para aquisição de moradia, assim como as ocupações urbanas irregulares têm contribuído de maneira significativa para modificação do espaço urbano nesta cidade, gerando, assim, espaços contraditórios. Deste modo, revelou-se, também, que, além da congruência de tais espaços contraditórios que a caracteriza como uma cidade desigual do ponto de vista da moradia, as demandas inerentes a esta discussão exigem a execução de um planejamento adequado aliado a uma gestão comprometida com a cidade e seus cidadãos.

Palavras-Chave: Espaço urbano. Direito à Cidade. Moradia Popular. Política Urbana.

ABSTRACT

One of the socio-spatial processes that has contributed a lot to the urban dynamics of Teresina refers to the production of housing, whether low or high income standard. Since its consolidation as the capital of the state of Piauí, the city has a strong connection with the process of occupation of land for housing, as well as the construction of housing estates that began in the 1960s. In this context, the objective of this research was to analyze the process of production of urban space under the focus of popular housing in Teresina, relating it to housing policy and the right to the city, seen from four dimensions (historical aspect, agents' action, social actors and spatial form) that make possible the understanding of the housing conditions in this city, illustrated from the South Zone. It was configured as specific objectives: a) to discuss the dynamics of production and reproduction of urban space, relating it to the process of urbanization in Brazil; b) to discourse about the actual legislation and urban housing policy; c) to discuss the production of the popular housing in Teresina through the actions of public power and society, relating it to the recent evolution of the city and to urban planning; d) to discuss the struggles for housing since the 1960s and the context in which irregular urban occupations emerge in Teresina; e) to characterize, from the dimensions (historical aspect, agents' action, social actors and spatial form), the spaces of popular housing that redefine the urban landscape in the city of Teresina. In view of the proposed discussions, the research, based on a dialectical approach, used as methodological procedures: a bibliographical review developed throughout all the stages; data collection in some public institutions at Federal, State and Municipal level and field research, in which the interview technique was used; institutional documents, such as some national laws, such as the Federal Constitution of 1988 and the Statute of the City (2001), as well as the Census of Villages and Slums (1993, 1996 and 1999), and articulations with authors who discuss urban space at national and local scale. As for the spatial cutout, we kept our eyes on the South Zone of Teresina, since it stands out in relation to the other zones of the city, in what confers to the production of the popular housing approached in the research. In this sense, it was decided to study five housing estates of the said zone, being: two Housing Estates, a Village, a Residential and a Park. As for the time scale, we considered the cutout from the 1960s to the year 2015, a context that includes the origin and evolution of the socio-spatial forms under discussion. The data obtained during the research were presented from the textual discussion, associated with the production of graphs, tables, charts, maps, as well as photographic records. The analysis made it possible to observe that, although there are conceptual differences, be it in the management plan and / or sectors of the local society related to the analyzed housing spaces and that some stand out as to the issue of infrastructure and equipment of collective use, common to the environments of the cities, the research found that they have characteristics in common, especially considering the initial context, where they are *pari passu* habitability conditions, characteristics that extend to the current reality. It was also verified that the production of the popular housing in Teresina, be it of public nature or by interventions of the society, like government programs for housing acquisition, as well as irregular urban occupations have contributed significantly to the modifications of urban space in this city, thus generating contradictory spaces. In this way, it was also revealed that, in addition to the congruence of such contradictory spaces that characterize it as a city unequally from the standpoint of housing, the demands inherent to this discussion require the execution of an adequate planning allied to a committed management with the city and its citizens.

KeyWords: Urban space. Right to the City. Popular housing. Urban Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	Síntese do percurso metodológico da pesquisa.	19
Figura 2	Mapa do déficit habitacional absoluto, segundo unidades da Federação – Brasil/2013.	26
Figura 3	Mapa dos municípios com aglomerados subnormais identificados – Brasil/2010.	39
Figura 4	Mapa dos aglomerados subnormais identificados – Teresina- PI/2010	40
Figura 5	Mapa dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI - 1966 a 1998.	65
Figura 6	Mapa da distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV (concluídos e em execução) em Teresina/PI.	72
Figura 7	Mapa da distribuição espacial dos locais em estudo na zona Sul de Teresina.	90
Figura 8	Imagem de satélite com adaptações do perímetro do conjunto Promorar – Teresina/PI	92
Figura 9	Imagem aérea ilustrativa da ampliação do conjunto Parque Piauí – 1977	93
Figura 10	Imagem de satélite ilustrativa do perímetro do conjunto Parque Piauí – Teresina/PI.	94
Figura 11	Fotografia da Av. Marechal Juarez Távora no conjunto Parque Piauí.	96
Figura 12	Imagem de satélite adaptada e mosaico de fotografias mostrando a espacialização dos principais logradouros públicos do conjunto Parque Piauí – Teresina/PI.	98
Figura 13	Imagem de satélite com adaptações do perímetro do conjunto Promorar – Teresina/PI.	100
Figura 14	Fotografia de uma reportagem do jornal O Dia de junho de 1983.	102
Figura 15	Fotografia aérea da vista parcial do conjunto Promorar - 1983.	104
Figura 16	Fotografias em mosaico da Vista parcial das Avenidas Ulisses Guimarães e Transversal 3 no bairro Promorar – Teresina/PI.	105
Figura 17	Imagem de satélite adaptada e mosaico de fotografias mostrando a espacialização dos principais logradouros públicos do conjunto Promorar – Teresina/PI.	107
Figura 18	Fotografia da ocupação Vila Irmã Dulce.	109
Figura 19	Fotografias em mosaico de diferentes momentos que retrata o processo da ocupação Vila Irmã Dulce – Teresina/PI.	111
Figura 20	Imagem de satélite adaptada e mosaico de fotografias mostrando a espacialização dos principais logradouros públicos da Vila Irmã Dulce – Teresina/PI.	113
Figura 21	Fotografias em mosaico da pavimentação de vias públicas, do padrão de casas, de ruas sem pavimentação e rede de esgotos na Vila Irmã Dulce – Teresina/PI.	115
Figura 22	Imagem de satélite com adaptações do perímetro do Residencial Mário Covas – Teresina/PI.	116
Figura 23	Fotografia de vistoria técnica de representantes da PMT no Residencial Mário Covas em 2003.	117
Figura 24	Fotografia de um Protótipo das primeiras unidades habitacionais construídas no Residencial Mário Covas.	118
Figura 25	Imagem de satélite adaptada e mosaico de fotografias mostrando a	122

	especialização dos logradouros públicos no Residencial Mário Covas – Teresina/PI.	
Figura 26	Imagem de satélite adaptada de uma análise temporal do Residencial Mário Covas – Teresina/PI.	123
Figura 27	Fotografia do padrão das casas no Residencial Mário Covas.	124
Figura 28	Fotografia da vista parcial do Parque da Vitória na zona sul de Teresina/PI.	125
Figura 29	Imagem e fotografia em mosaico com adaptações do antes, e durante o processo de construção do CMEI localizado no Parque da Vitória – Teresina/PI.	127
Figura 30	Fotografia da implantação da rede de energia elétrica no Parque da Vitória.	128
Figura 31	Imagem de satélite com adaptações da análise temporal do Parque da Vitória – Teresina/PI.	130
Figura 32	Imagem de satélite adaptada e mosaico de fotografias mostrando parcialmente algumas “áreas” do Parque da Vitória – Teresina/PI.	131

GRÁFICOS

Gráfico 1	População residente e a participação percentual da população do município de Teresina em relação ao Estado do Piauí – 1940 a 2012.	48
Gráfico 2	Crescimento populacional de Teresina – 1950/2016.	51
Gráfico 3	Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI em Teresina – década/1960.	55
Gráfico 4	Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI em Teresina – década/1970.	58
Gráfico 5	Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI em Teresina – década/1980.	61
Gráfico 6	Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI em Teresina na década/1990.	63
Gráfico 7	População residente por região administrativa de Teresina - 1991 a 2010	86
Gráfico 8	População residente Parque Piauí – 1991 a 2010.	95
Gráfico 9	População residente do Promorar – 1991 a 2010.	103
Gráfico 10	Distribuição (quantidade e origem) das primeiras famílias residentes do Residencial Mário Covas – Teresina/PI.	120

QUADROS

Quadro 1	Síntese Introdutória.	23
Quadro 2	Programas e quantidades de unidades habitacionais construídas pela COHAB/PI 2004/2006 em Teresina - PI.	66
Quadro 3	Programas e quantidades de unidades habitacionais construídas pela ADH/ -2008/2010 em Teresina - PI.	67
Quadro 4	- Modalidades da faixa de renda do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).	68
Quadro 5	Ações de habitação na zona urbana de Teresina-PI – 2001 a 2011.	77
Quadro 6	Alterações ocorridas pelas SDUs em Teresina a partir da lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013.	85
Quadro 7	Quadro síntese dos entrevistados.	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Novas faixas de renda para financiamentos do PMCMV-2017.	69
Tabela 2	Empreendimentos habitacionais concluídos em Teresina, pelo PMCMV, até dezembro de 2016.	70
Tabela 3	Empreendimentos habitacionais em execução, pelo PMCMV, em Teresina/PI.	71
Tabela 4	Quantidade de Vilas e Favelas em Teresina – década de 1990.	75
Tabela 5	Distribuição dos bairros por Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDUs) – Teresina PI.	85
Tabela 6	População residente por bairros na regional SDU Sul de Teresina - 1991 a 2010.	87
Tabela 7	Divisão das famílias em grupos para autoconstrução no Residencial Mário Covas.	119

LISTA DE SIGLAS

ADH	Agência de Desenvolvimento Habitacional
AMPAPI	Associação dos Moradores do Parque Piauí
ASA	Ação Social Arquidiocesana
BNH	Banco Nacional de Habitação
CADMUT	Cadastro Nacional de Mutuários
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAC	Centro Piauiense de Ação Cultural
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIPM	Companhia Independente da Polícia Militar
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COHAB/PI	Companhia de Habitação do Piauí p
COHABs	Companhias de Habitação
COHEBE	Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EMGERPI	Empresa de Gestão de Recursos do Piauí
EO	Entidade Organizadora
FAMCC	Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários
FAMEPI	Federação das Associações de Moradores do Piauí
FECEP	Federação de Entidades Comunitárias do Piauí
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social
I PET	Plano Estrutural de Teresina
IAPEP	Instituto de Assistência e Previdência Privada do Estado do Piauí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PET	Plano Estrutural de Teresina
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPAM	Instituto de Planejamento e Administração Municipal
ISE	Instituto de Sabedoria e Ensino
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MP	Medida Provisória
NAI	Núcleo de Atendimento Intergeracional
NUCI	Núcleo de Convivência Intergeracional
OGU	Orçamento Geral da União
ONG	Organização Não-Governamental
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PEHIS	Plano Estadual de Habitação e Interesse Social
PLHIS	Planos de Habitação Locais de Habitação e Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMT	Prefeitura Municipal de Teresina
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
PRFMT	Procuradoria de Regularização Fundiária do Município de Teresina

REURB	Regularização Fundiária Urbana
PSH	Programas de Subsídios à Habitação de Interesse Social
SDUs	Superintendências de Desenvolvimento Urbano
SEMDUH	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEMPPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIACI	Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias
SINAE	Secretaria Municipal do Interior e Assuntos Especiais
UBS	Unidade Básica de Saúde
UMAC	União Municipal de Associações de Moradores e Entidades Culturais de Teresina
UNB	Universidade de Brasília
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 URBANIZAÇÃO, ESPAÇO URBANO, DIREITO À CIDADE: legislação e política urbana	26
1.1 Urbanização no Brasil: processos e dinâmicas	27
1.2 A dinâmica da produção do espaço urbano.....	31
1.3 Legislação e regularização dos espaços informais de moradia	35
1.4 Luta pela moradia e o direito à cidade.....	43
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A MORADIA POPULAR EM TERESINA.....	47
2.1 Dinâmicas urbanas na cidade de Teresina	49
2.2 Produção da moradia popular em Teresina	56
2.3 Atores sociais e a questão da moradia em Teresina.....	80
2.4 A zona Sul de Teresina no contexto da moradia popular.....	85
3 FORMAS SOCIOESPACIAIS DA MORADIA POPULAR EM TERESINA: uma análise a partir da dimensão pública e “política”	90
3.1 Conjunto Habitacional Parque Piauí	94
3.2 Conjunto Habitacional Promorar	102
3.3 Vila Irmã Dulce	110
3.4 Residencial Mário Covas	117
3.5 Parque da Vitória.....	126
4 CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS	147
APÊNDICES	152

INTRODUÇÃO

O espaço urbano revela-se como o *locus* da diversidade de relações em seus diversos recortes, seja de natureza econômica, social e/ou cultural. Neste sentido, o processo de produção e reprodução do espaço urbano costumeiramente tem sido estudado pela ciência geográfica, assim como por diversas outras áreas do conhecimento. Considerado como uma das bases necessária para o entendimento da dinâmica da cidade, configura-se, também, como uma discussão que possibilita entender a relação da urbanização e sua reconfiguração enquanto espaço construído.

Deste modo, para melhor compreensão da dinâmica da cidade na atualidade e apreender quais os processos que dão conformação a sua complexidade, faz-se necessário entender que ela é resultado de inúmeras transformações que são cumulativas e se processam ao longo do tempo, modificando-a, seja por questões de natureza biológica, econômica, social e/ou cultural.

Tendo por base este pressuposto, constata-se que o espaço urbano produzido é resultado de lutas constantes dos que o habitam, sendo fonte e condição necessária na constituição de diferentes grupos. Deste modo, é natural que o mesmo seja palco de constantes disputas, avanços e recuos que constituem a dinâmica social do meio urbano. Assim, compreender o processo de produção e reprodução do espaço urbano é um exercício importante e fundamental para todos aqueles que planejam, habitam e vivem a cidade.

Diante desta discussão, a cidade de Teresina que tem sua origem vinculada às funções administrativa do poder público e que, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), para o referido ano, possui uma população de 850.198 mil habitantes, também está intimamente relacionada a outras funções, como ao setor terciário, por exemplo. Este, por sua vez, confere à Teresina uma importante dinâmica econômica e socioespacial, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando a cidade vivencia um acelerado processo de urbanização, tendo em vista que o fluxo migratório campo-cidade foi bastante intenso, neste período.

Atualmente, a cidade comporta outras atividades que subsidiam seu crescimento. Dentre tais, cumpre destacar que a construção de espaços para moradia, seja de baixo e/ou de alto padrão de renda, configura-se como um dos principais segmentos que muito tem contribuído para a dinâmica desta cidade. Ressalta-se, ainda, que, no decorrer de sua consolidação enquanto capital do estado do Piauí, Teresina tem forte ligação, especialmente, com a construção de conjuntos habitacionais, que se iniciam ainda na década de 1960. É

mister ressaltar que a prática de construção de moradia nos moldes dos conjuntos habitacionais ainda é recorrente, embora, atualmente, sejam designados por terminologias diferentes, ainda que a dinâmica de elaboração e execução do projeto, pouco ou em nada, se diferencia das práticas anteriores.

Além deste, outro fator recorrente e de forte influência que tem contribuído para o crescimento da cidade, sobretudo no sentido horizontal, são os espaços de moradia oriundos de ocupações urbanas e os loteamentos “informais”. A propósito, o emprego do termo “informal” foi adotado, nesta pesquisa, para designar formas de acesso à moradia, por população de baixa renda, em espaços urbanos considerados ilegais frente ao sistema jurídico instituído. Neste sentido, entende-se que este contexto é de fundamental importância para se compreender a dinâmica do espaço urbano teresinense, tendo em vista o surgimento, de forma rápida e desordenada, de diversas formas de moradias, bem como as inúmeras transformações espaciais em diversos bairros da cidade.

Em relação à escala espacial, manteve-se o olhar sobre a zona Sul de Teresina, uma vez que a dinâmica desta ilustra as diversas formas espaciais referente à moradia e que marcam a realidade das demais zonas da cidade, portanto, auxilia no entendimento sobre as diferentes formas socioespaciais referente à moradia popular nesta cidade. Neste sentido, optou-se em estudar cinco espaços de moradias da zona Sul, sendo: dois Conjuntos Habitacionais, uma Vila, um Residencial e um Parque. Ressalta-se, ainda, que para a escolha considerou-se os que atendiam a proposta da pesquisa em relação às formas espaciais mais predominantes no espaço urbano teresinense. Quanto à escala temporal, considerou-se o recorte compreendido do período da década de 1960 ao ano de 2015, contexto que se compreende a origem e evolução destas formas socioespaciais de moradia em Teresina.

A problemática central da pesquisa parte da compreensão do processo de produção do espaço urbano teresinense sob o enfoque da moradia popular. A propósito, para esta discussão, o termo moradia popular faz alusão à habitação destinada à população de baixa renda, que não possui recursos suficientes para adquirir moradia nos moldes do mercado imobiliário vigente. A questão base que dar direcionamento à pesquisa, na qual a mesma se debruçou no intuito de respondê-la, refere-se: como se configura a organização espacial da moradia popular em Teresina, à luz da zona Sul, e o que caracteriza os espaços de moradia popular nesta cidade, tendo em vista que no plano da gestão e de setores da sociedade local existem entendimentos divergentes quanto ao uso cotidiano do que seja vila, conjunto habitacional e/ou residenciais, parques, entre outros.

Ao apontar este questionamento, compete mencionar Gil (2007, p.30), ao destacar que "quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses [...]". Mediante esta problemática, faz-se necessário elencar algumas hipóteses, visto que se caracterizam como explicações iniciais e, portanto, provisória para os objetivos. Destas, "[...] deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas", como destaca Gil (2007, p. 30).

Deste modo, a hipótese central que visa responder o que está posto no objetivo geral define que, em Teresina, há divergência entre as formas de classificação institucional e do senso comum em relação aos espaços de moradia popular, tendo em vista que não há uma padronização e nem documentos institucionais que caracterizem e/ou formalizem os diferentes espaços em discussão (Conjunto Habitacional, Vila, Residenciais e Parques), fato que compromete a quantificação de dados e, conseqüentemente, intervenções do poder público, como o planejamento e execução de ações que viabilizem melhorias, nestes espaços de moradia.

Quanto às hipóteses secundárias, destaca-se que: a) para compreender a dinâmica atual do espaço urbano, faz-se necessário discutir o processo de urbanização brasileiro; b) as leis que regem sobre moradia e direito à cidade estão longe de atender seus objetivos e os anseios da população; c) os espaços de moradia popular elencados nesta pesquisa possuem denominações diferenciadas, porém, apresentam características comuns, sobretudo, se considerado o contexto inicial, muitas destas características ainda prevalecem.

Tomando como referência o problema orientador da pesquisa, os recortes temporais e espaciais definidos, bem como o conjunto de referências teóricas que embasam a discussão, constituiu-se objetivo geral da pesquisa analisar o processo de produção do espaço urbano sob o enfoque da moradia popular em Teresina, relacionando-o com a política de habitação e o direito à moradia, visto a partir de quatro dimensões (aspecto histórico, ação dos agentes, atores sociais e forma espacial) que possibilitem o entendimento das condições de moradia em Teresina, ilustradas a partir da zona Sul.

Com a finalidade de alcançar o que está sendo proposto, configurou-se como objetivos específicos: a) discutir a dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano, relacionando-o com o processo de urbanização no Brasil; b) discorrer sobre as relações existenciais entre a legislação vigente e a política urbana de moradia; c) discutir a produção da moradia popular em Teresina através das ações do poder público e da sociedade, relacionando-o com a evolução recente da cidade e com o planejamento urbano; d) discutir as

lutas por moradia a partir da década de 1960 e o contexto em que surgem as ocupações urbanas irregulares em Teresina; e, e) caracterizar, a partir das dimensões (aspecto histórico, ação dos agentes, atores sociais e forma espacial), os espaços de moradia popular que redefinam a paisagem na cidade de Teresina.

A relevância dessa temática associa-se à necessidade de se discutir os espaços de moradia popular no âmbito da pesquisa geográfica em Teresina, visto que os mesmos são inerentes ao processo de expansão e espacialização da cidade. Neste sentido, acredita-se que a análise dos espaços de moradia elencados para esta pesquisa, em conjunto com a discussão sobre o processo de expansão desta cidade, dê embasamento teórico e fundamental para uma compreensão consistente acerca do processo de produção do espaço urbano teresinense, pelo viés da moradia popular. Portanto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir de maneira significativa para o entendimento do processo e da expansão urbana desta cidade.

Neste contexto, faz-se necessário explicar a metodologia. Como já evidenciado, esta pesquisa versa sobre uma discussão relacionada aos aspectos urbanos, especificamente sobre as diferentes formas socioespaciais relacionadas à moradia popular. É mister ressaltar que a escolha de instrumentos em consonância com o método de interpretação do pesquisador é fundamental, pois a soma do embasamento teórico ao domínio do uso dos instrumentos e das técnicas possibilitam a construção do conhecimento e a validade científica da pesquisa.

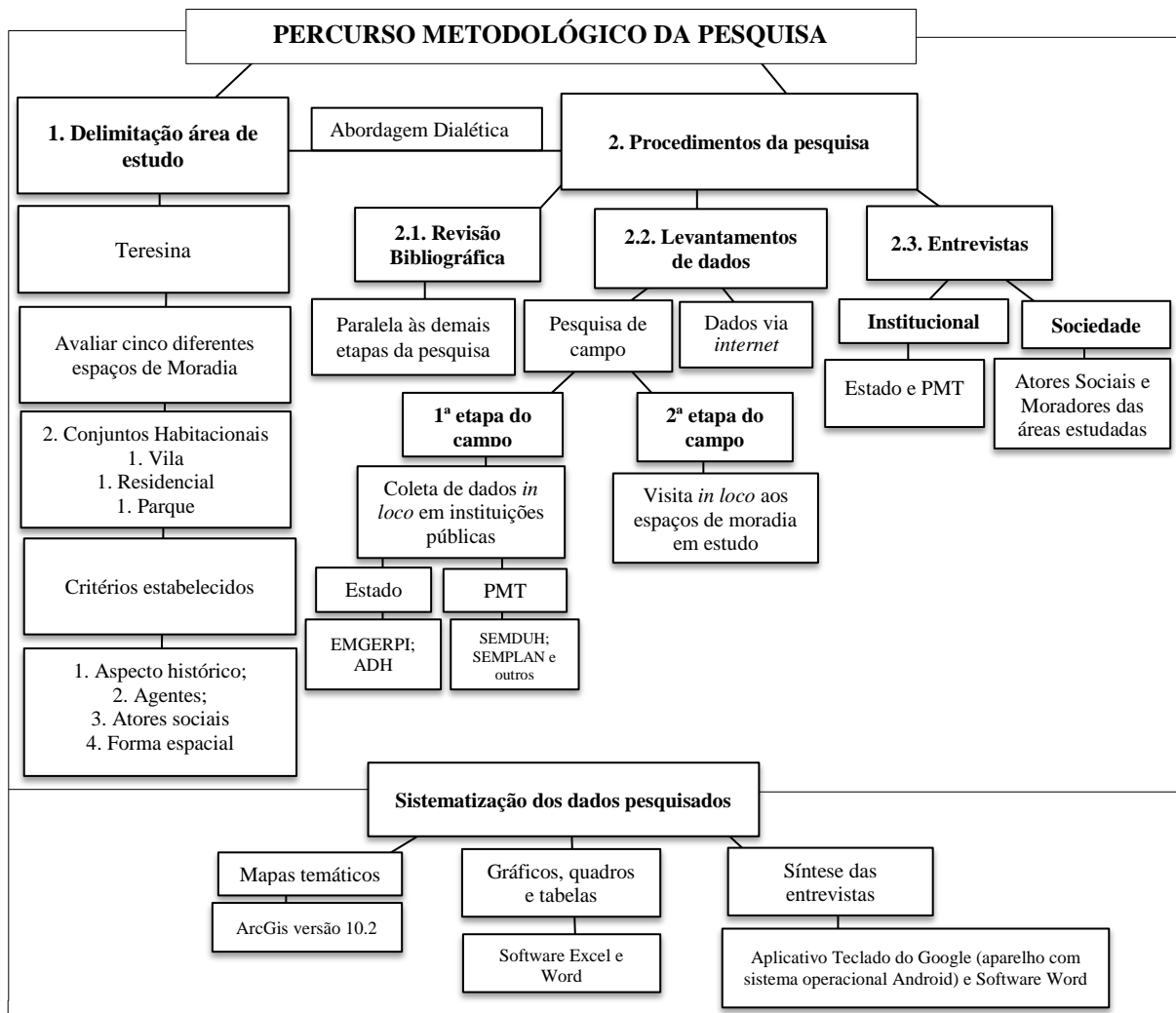
A partir de uma reflexão inicial sustentada a luz de uma abordagem dialética, esta pesquisa impõe desafios teóricos e metodológicos em relação ao uso de conceitos e de categorias analíticas que pense a cidade a partir de sua história, de seus processos, de seus agentes sociais e de suas formas socioespaciais. Ressalta-se, ainda, que, a partir da definição do método, faz-se necessário elencar as técnicas de pesquisa, ou seja, os procedimentos utilizados para realização da mesma.

Desta forma, a descrição do percurso metodológico (Figura 1) utilizado para esta pesquisa constitui um apoio importante para análise e compreensão dos objetivos propostos. Igualmente valiosos, são as entrevistas utilizadas como técnicas de coletas de dados, que sistematicamente contou com a participação dos moradores das áreas estudadas e de representantes de instituições públicas, além de representantes do movimento popular da luta por moradia em Teresina.

Para esta pesquisa utilizou-se os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica, paralela às demais etapas, no intuito de ampliar a discussão sobre a temática em destaque. Inicialmente fez-se uma discussão acerca da urbanização no Brasil, relacionando-a com o processo de expansão e produção do espaço urbano. Para esta análise, buscou-se respaldo nos

trabalhos de Santos (1993; 2001); Corrêa (2000); Carlos (1996; 2007; 2008), Spósito (2004); Sposito (2005), e Lefebvre (2001). Vale ressaltar que estes autores discutem o urbano sob o mesmo viés epistemológico, no entanto a abordagem de suas obras faz-se em contextos diferenciados, permitindo, assim, um aprofundamento virtuoso no que se refere à compreensão do “fenômeno” urbano. Além destes, outros materiais que dão sustentação a esta discussão referem-se a diversos trabalhos acadêmicos (dissertação, teses, artigos em periódicos, entre outros) que discutem essa realidade em diferentes contextos e escalas.

Figura 1-Síntese do percurso metodológico da pesquisa.



Fonte: Organização: Vieira (2017).

Um dos momentos cruciais da pesquisa refere-se à discussão acerca da legislação vigente quanto à produção da moradia e o direito à cidade. No contexto de abordagem adotado, registra-se como contribuições que embasam este diálogo algumas leis de cunho nacional como a Constituição Federal de 1988 e a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece

diretrizes gerais da política urbana. Em conjunto com estas leis, registra-se, ainda, a contribuição de autores como Lefebvre (1991); Rodrigues (2003; 2005; 2007); Stein Neto (2008); Souza (2015), entre outros.

Quanto à discussão sobre moradia popular em Teresina e sua relação com a evolução recente da cidade, considerou-se para esta análise autores como Moreira (1972); Abreu (1983), Façanha (1998, 2003), Braz (2004), Lima (2010a e 2010b) e outros autores de igual nível de importância que contemplam a discussão do espaço urbano teresinense.

No que se refere à abordagem sobre a realidade teresinense quanto às questões relacionadas às lutas por moradia, no período em discussão, quando surgem de forma mais expressiva as ocupações urbanas irregulares, nesta cidade, a análise tem como base de fundamentação autores como, Viana (1999); Carvalho (2001); Crisanto (2002); Lima (2010a e 2010b) e outros. Destaca-se que este levantamento de referências foi essencial para análise e compreensão da proposta em discussão.

A pesquisa empírica foi fundamental para evidenciar a importância de cada área estudada. Neste caso, a mesma constituiu-se a partir de visitas *in loco*, assim como levantamentos de dados e realização de entrevistas semiestruturadas. É mister ressaltar que o levantamento de dados sobre a produção da moradia popular em Teresina configurou-se como outra etapa de suma importância.

Nesta etapa foram realizadas consultas a dados, que posteriormente foram tabulados, de instituições como o IBGE, Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH), Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (EMGERPI), sendo estas duas últimas a nível estadual; e outros órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), como a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH); Procuradoria de Regularização Fundiária do Município de Teresina (PRFMT), além das Superintendências de Desenvolvimento Urbano (SDUs), Norte e Sul, e outros órgãos a nível municipal.

Quanto à realização das entrevistas, utilizou-se a que se orienta a partir de critério padronizado e semiestruturado apresentados por Lakatos e Marconi (2003), em que o entrevistado responde perguntas segundo um roteiro pré-estabelecido, mas que permite dar ao entrevistador liberdade de explorar mais as questões de acordo com as respostas do entrevistado.

Outro ponto a destacar refere-se às técnicas utilizadas no intuito de mostrar a cidade pelas ações do poder público e da luta pela moradia. Desta forma, duas perspectivas de análises foram consideradas. Uma referente à dimensão pública, no âmbito estadual e

municipal, sendo elencados dois órgãos estaduais (EMGERPI e ADH) e dois municipais (SEMDUH e SEMPLAN). No intuito de atender a proposição, realizou-se entrevista semiestruturada com um representante de cada um destes órgãos, na qual foram coletadas informações essenciais que deram embasamento à pesquisa.

Quanto à dimensão política, esta foi subdividida em três níveis. O primeiro refere-se aos atores sociais que estão inseridos no contexto da moradia popular de Teresina. Estes, portanto, foram representados pela Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC); Federação das Associações de Moradores do Piauí (FAMEPI); e Federação de Entidades Comunitárias do Piauí (FECEP).

Neste caso, a proposta inicial era que os três atuais presidentes (refere-se à data da pesquisa) das referidas entidades fossem os entrevistados. No entanto, apenas nas duas últimas foi possível ter êxito, devido a alguns imprevistos (que não cabe mencionar), junto à presidente da FAMCC. Em vista disso, entrevistou-se um representante da referida entidade. Ainda sobre a dimensão política, destacam-se as associações de moradores, onde se realizou entrevista com o presidente e, além destes, optou-se por entrevistar cinco moradores de cada uma das áreas pesquisadas. Portanto, no total, o universo de entrevistados soma-se a 37 (trinta e sete) colaboradores.

Vale lembrar que para a escolha dos espaços de moradia em estudo, considerou-se todos de uma mesma zona da cidade, no caso, a zona Sul de Teresina, considerando o tempo da pesquisa e a compreensão de que o cenário em análise que compõe esta zona pouco se difere das demais zonas da cidade, visto que a dinâmica urbana de Teresina, num contexto geral, é bem singular, fato que torna o processo de expansão desta cidade bem característico e, portanto, com muitos aspectos em comuns. Outro destaque refere-se às entrevistas realizadas com os moradores, embora não se tenha fixado critério específico, priorizou-se por moradores mais antigos das áreas pesquisadas.

Sobre a tabulação dos dados coletados no campo e nas entrevistas, em sua maioria foram apresentados a partir da construção de tabelas e gráficos estatísticos com a utilização de Software Excel, que foram sendo realizados à medida que as informações eram adquiridas. Em posse dos dados citados anteriormente e concluída as entrevistas, foi possível fazer uma espacialização dos dados pesquisados.

Para essa espacialização, foram elaborados mapas temáticos utilizando o Software ArcGis na versão 10.1. Quanto à transcrição das entrevistas, utilizou-se o aplicativo Teclado do Google, dispositivo disponível para aparelhos móveis com sistemas Android. Além disso, utilizou-se registros fotográficos, assim como imagens de satélites e/ou imagens do Google

Earth que remete ao município em questão e à área de estudo. Além disso, considerou os Censos de Vilas e Favelas (1993, 1996 e 1999), o Plano Local de Habitação e Interesse Social (PLHIS), assim como do Plano Estadual de Habitação e Interesse Social (PEHIS), dentre outros, para melhor compreensão da realidade analisada.

Destarte, o presente texto está organizado em quatro seções. A primeira confere a seção introdutória. Na seção subsequente, discute-se sobre a questão da urbanização no Brasil, relacionando-a com questões de direito à cidade. Na terceira são exploradas questões no âmbito local relacionadas à discussão do espaço urbano teresinense e à moradia popular nesta cidade. Na quarta seção, busca-se, a partir de uma análise sobre os espaços de moradia popular em Teresina, compreender como de fato estes espaços se configuram nessa cidade. Por fim, faz-se um apanhado geral do que foi discutido, a partir da conclusão no intuito de sintetizar e verificar se os objetivos e as hipóteses levantadas no decorrer da pesquisa foram de fato validados ou não. Na sequência, são apresentadas as referências bibliográficas que embasaram toda a discussão, seguido dos anexos e apêndices.

Quadro 1 – Síntese Introdutória.

Capítulos	Subtemas	Hipóteses	Objetivos	Procedimentos	Referências	Conceitos
1º URBANIZAÇÃO, ESPAÇO URBANO, DIREITO À CIDADE; LEGISLAÇÃO E POLÍTICA URBANA	Urbanização Brasileira	Para compreender a dinâmica atual do espaço urbano, faz-se necessário discutir o processo de urbanização brasileiro.	Discutir a dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano, relacionando com o processo de urbanização do Brasil.	Revisão bibliográfica.	Santos (1993; 2001); Corrêa (2000); Sposito (2005) e outros.	Urbanização Espaço Urbano
	Legislação e Política urbana de moradia	As leis que regem sobre moradia e direito a cidade estão longe de atender seus objetivos e os anseios da população.	Discorrer sobre as relações existenciais entre a legislação vigente e a política urbana de moradia.	Revisão bibliográfica.	Lefebvre (2001); Constituição Federal (1988); Estatuto da Cidade (2001) e outros.	Cidade Moradia Legislação
2º A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A MORADIA POPULAR EM TERESINA	Moradia Popular em Teresina a luz da zona Sul	A partir da interpretação das diferentes formas de moradia, a zona Sul de Teresina revela a diversidade da realidade teresinense, bem como da realidade brasileira.	Discutir a produção da moradia popular em Teresina através das ações do poder público e da sociedade, relacionando-o com a evolução recente da cidade e com o planejamento urbano.	Revisão bibliográfica; Produção de gráficos e tabelas; Produção de mapas temáticos; Visitas <i>in loco</i> a órgãos Públicos.	Façanha (1998; 2003); Braz (2004); Lima (2010a, 2010b); Rodrigues Neto (2005); Viana (1999); Crisanto (2002);	Espaço urbano Moradia popular
	Atores sociais e a questão da moradia em Teresina	Os movimentos sociais no âmbito da luta por moradia popular têm atuado de forma menos expressiva nas últimas décadas na cidade de Teresina.	Discutir as lutas por moradia a partir da década de 1960 e o contexto em que surgem as ocupações urbanas irregulares em Teresina.	Revisão bibliográfica; Produção de gráficos e tabelas.	Façanha (1998); Lima (2010a, 2010b); Rodrigues Neto (2005); Viana (1999);	Atores Sociais; Movimentos sociais;
3º FORMAS SOCIOESPACIAIS DA MORADIA POPULAR EM TERESINA: uma análise a partir da dimensão pública e “política”	Formas da moradia popular em Teresina	Os espaços de moradia popular elencados nesta pesquisa (Conjuntos Habitacionais, Vilas, Residenciais e Parques) possuem denominações diferenciadas, porém apresentam características comuns, sobretudo, se considerado o contexto inicial, muitas destas características ainda prevalecem.	Caracterizar, a partir das dimensões (aspecto histórico, ação dos agentes e atores sociais e a descrição sobre a forma espacial), os espaços de moradia popular que redefinem a paisagem na cidade de Teresina.	Revisão bibliográfica; Pesquisa de campo Entrevistas semiestruturadas; Produção de gráficos, tabelas e mapas temáticos; Pesquisa <i>in loco</i> aos espaços de moradia em estudo.	Lima (2010a, 2010b) Rodrigues Neto (2005) Viana (1999) Crisanto (2002) Carvalho (2001)	Moradia popular; Conjunto Habitacional; Vilas; Residencial; Parques.

Fonte: Organização: Vieira (2016).

1 URBANIZAÇÃO, ESPAÇO URBANO, DIREITO À CIDADE: legislação e política urbana

Para esta pesquisa, o termo urbanização será utilizado a partir da compreensão de Silva (2010, p. 26), visto que o autor emprega-o “[...] para designar o processo pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural”. No entanto, esta não se configura apenas como um mero crescimento das cidades, mas como um fenômeno de concentração urbana. No Brasil este processo consiste em um fenômeno “moderno” que faz parte da sociedade industrializada, sendo a Revolução Industrial o marco deste processo, ao passo que o mesmo apresenta-se de forma crescente e ainda “prematura”, diferentemente do que ocorreu nas cidades europeias e americanas onde a urbanização dar-se em função da industrialização e do desenvolvimento econômico. No Brasil, este processo decorreu de fatores que nem sempre remetem ao desenvolvimentismo, a exemplo do êxodo rural.

Segundo Silva (2010), as difíceis condições de vida no campo para grande parte dos que o habitam, e a mecanização das atividades agrícolas soam como as principais causas do êxodo rural no país. Aliado a isto, está o crescimento da industrialização urbana. Em razão destes e de outros fatores, o homem continuamente tem deixado o campo na esperança de encontrar trabalho e qualidade de vida na cidade.

Para Santos (1993), o acelerado processo da urbanização brasileira revela uma crescente associação com a pobreza urbana. Silva (2010) revela que a urbanização gera vários problemas ao espaço urbano, uma vez que a demanda populacional tem superado os investimentos em habitação, saneamento, entre outros, fato que tem contribuído para o aumento de “conflitos” relacionados à moradia. Deste modo, grandes são as transformações da paisagem urbana decorrente deste processo. Produzido a partir das ações de diferentes agentes, o espaço urbano passa a ser “modelado” de acordo com suas necessidades.

No intuito de entender o espaço urbano a partir do processo de urbanização brasileiro, esta seção visa, a partir de obras que dialogam com a temática, discutir a dinâmica da produção do espaço urbano sob o viés do direito à moradia no âmbito urbano. Para tanto, a mesma foi organizada em quatro subseções que discutem todo o processo. Na primeira, discute-se o processo de urbanização no Brasil. A segunda aborda a dinâmica de produção do espaço urbano a partir de elementos referenciados na seção anterior. A terceira trata da legislação e regularização dos espaços “informais” de moradia na cidade, por fim, a quarta e última discute, a partir de leis vigentes, questões relacionadas à moradia popular e o direito à cidade.

1.1 Urbanização no Brasil: processos e dinâmicas

A urbanização brasileira caracteriza-se como um fenômeno recente se comparado a outros países, principalmente, os de economia desenvolvida. Impulsionada pelo processo de industrialização que segundo Sposito (2005, p. 43) “[...] marca a chamada Idade Contemporânea, e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas”, a urbanização no Brasil se intensifica partir da década de 1950, quando o processo migratório para a cidade torna-se mais intenso. No entanto, o país efetivamente torna-se urbano a partir da década de 1970 quando a população urbana supera em mais de 50% a população rural. Santos (1993, p.27) chama atenção para esta discussão ao afirmar que o termo industrialização deve ser discutido não no seu sentido estrito, mas

[...] em sua ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações [...] e ativa o próprio processo de urbanização.

Santos (1993) argumenta que ainda no século XVIII a urbanização brasileira começa a se desenvolver, intensificando-se no século XIX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. O censo de 1940 (o primeiro a adotar a divisão da população em urbana e rural) registrou que cerca de 31,2% da população brasileira viviam nas cidades. O mesmo autor argumenta, ainda, que o acelerado processo da urbanização brasileira, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, é marcado por um aumento da população nas cidades e revela uma crescente associação com a pobreza.

Neste contexto, destaca-se o processo de industrialização do Brasil que desde o início tem apresentado níveis diferenciados de intensidades. Apresentado como um “caminho” para o desenvolvimento, esse processo destaca-se como um dos principais fatores responsáveis por intensificar o processo de urbanização no país. Do mesmo modo, sabe-se que o intenso crescimento populacional urbano no Brasil, aliado a outros fatores, tem provocado grandes mudanças territoriais no país, sobretudo um déficit habitacional (VIEIRA, 2015).

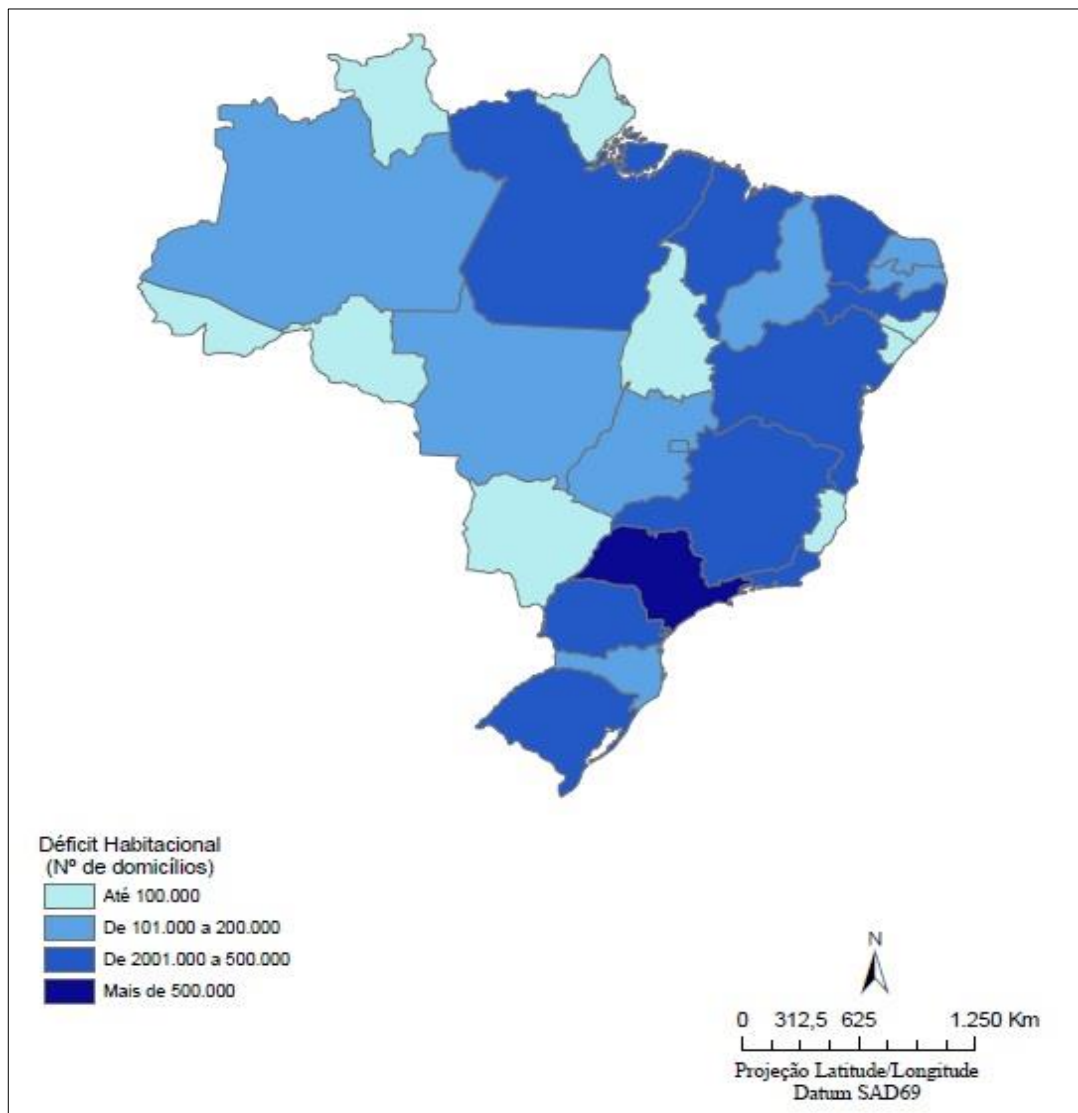
Ressalta-se que, para esta pesquisa, o termo déficit habitacional foi empregado a partir de Pontes *et al.* (2010, p. 62), visto que o mesmo

[...] está diretamente ligado à carência do estoque de moradias, ou seja, corresponde ao total de unidades habitacionais que necessitam ser produzidas para atender as demandas acumuladas. O déficit está dividido em quantitativo, que representa a necessidade de construção de novas unidades

habitacionais, e qualitativo, que representa aquelas habitações que precisam de melhorias de infraestrutura.

É mister enfatizar que, embora o poder público tenha realizado algumas intervenções a partir de programas habitacionais, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado no ano de 2009, pelo Governo Federal, ainda é real o elevado déficit habitacional no país (Figura 2). De acordo com a Fundação João Pinheiro (2015), o déficit habitacional, em 2013, no Brasil, correspondia a 5,846 milhão de domicílios.

Figura 2 – Mapa do déficit habitacional absoluto, segundo unidades da Federação – Brasil/2013.



Fonte: Fundação João Pinheiro – FJP (2015).

A Figura 2 apresenta a distribuição do déficit habitacional absoluto no Brasil. A partir da análise do mesmo e dos dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (2015),

verifica-se que, dentre as regiões com o maior déficit habitacional absoluto, destacam-se o Sudeste e o Nordeste com, respectivamente, 2,246 e 1,844 milhão de moradias em 2013. Em seguida, estão as regiões Norte com 653 mil, a Sul com 628 mil, e a região Centro-Oeste com 474 mil domicílios. Entre as unidades da federação com maior déficit absoluto em 2013 destacam-se: São Paulo (1,254 milhão), Minas Gerais (494 mil), Bahia (417 mil), Maranhão (408 mil) e Rio de Janeiro (399 mil). Quanto ao déficit habitacional total e relativo, por situações de domicílios, analisado por unidades da federação e regiões metropolitanas, os dados revelam para o Estado do Piauí um déficit habitacional total de 112.269 domicílios, sendo que a zona urbana do Estado apresenta um total de 75.796 e a zona rural atinge o número de 36.473, no ano de 2013 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

A partir da leitura da Figura 2 verifica-se que um dos grandes problemas da humanidade, atualmente, diz respeito ao adensamento populacional nas cidades. Ressalta-se, portanto, que, ao passo em que as cidades brasileiras se desenvolviam, o processo de “[...] urbanização se deu apresentando diferenças de grau de intensidade”, nas diferentes regiões do país, como destaca Façanha (1998, p. 24). De fato, verifica-se que há no Brasil regiões bastante urbanizadas enquanto outras ainda possuem um caráter eminentemente rural. Esse fato decorre principalmente das forças socioeconômicas exercidas em cada uma delas. Porém, o processo de urbanização nestas regiões, continuamente, está sendo acelerado.

Neste contexto, Sposito (2005, p.10) destaca que a “industrialização dá o ‘tom’ da urbanização contemporânea”, ou seja, embora este processo seja resultado de uma série de avanços necessários ao desenvolvimento à industrialização, de fato, marca predominantemente as relações entre a sociedade e a natureza.

Deste modo, verifica-se que este processo que se deu de forma mais intensa em algumas partes do país suscitou grandes mudanças, sobretudo de natureza econômica, social, política, e outras. Dentre tais, ressalta-se a redução de grande parte do trabalho do campo, devido ao processo de mecanização, à segregação espacial e social e à atração de grande contingente populacional da zona rural para a cidade.

Segundo Maricato (2003), dentre vários fatores que impulsionaram a urbanização, uma série de políticas realizadas, ainda na década de 1930, com a regulamentação do trabalho urbano, incentivo à industrialização e construção da infraestrutura industrial, dentre outras medidas, reforçam o movimento migratório campo cidade. Em virtude de tais mudanças, há décadas, as cidades vêm se destacando como polo de atração para uma população que almeja melhores condições de vida.

Sposito (2005, p. 55) revela que, em decorrência do rápido crescimento populacional, a cidade sofreu “[...] a nível de estruturação de seu espaço interno, muitas transformações”. Destarte, verifica-se que o crescimento das cidades brasileiras tem sido inversamente proporcional à sua capacidade de proporcionar condições dignas a seus moradores e, dentre uma série de agravantes, ressalta-se a especulação imobiliária, que de forma cada vez mais intensa tem segregado a população de baixa renda, afastando-as das áreas mais valorizadas das cidades, deslocando-as para a periferia. A propósito, para esta pesquisa o termo periferia foi utilizado para designar os espaços urbanos mais afastados (distantes) da área central e comercial da cidade. Neste sentido, Maricato (2003, p. 152) esclarece que “a extensão das periferias urbanas [...] tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada [...]”.

Quanto às condições de moradia nas cidades brasileiras, o rápido crescimento populacional tem acarretado uma série de implicações, dentre as quais se sobressai o crescimento desordenado das zonas urbanas. Rodrigues Neto (2005) chama atenção para este fenômeno e destaca que o mesmo não veio acompanhado por políticas públicas que possibilitassem a inclusão social de um grande contingente populacional.

Como consequência, a falta de moradia tornou-se um dos principais problemas do mundo atual, uma vez que o grande contingente de pessoas que continuamente tem se deslocado para as cidades não encontram condições adequadas de habitabilidade. Isso porque a demanda tem superado os investimentos em infraestrutura (habitação, entre outros), fato que tem contribuído para a existência de “conflitos” relacionados à moradia, sobretudo popular no âmbito urbano (VIEIRA, 2014).

Neste contexto, Corrêa (2000, p.29) destaca que “este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente [...] correlatos [...] estão à subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego [...]”. Diante disso, verifica-se que, no modelo de produção determinante no qual está inserida a sociedade, uma parcela significativa da população não tem acesso à casa própria e, em muitos casos, nem ao menos condições de pagar aluguel. Segundo Carlos (2008), o modo de ocupação e/ou apropriação de um determinado lugar na cidade se dá a partir de uma necessidade, seja de produzir, consumir, habitar ou viver, estes espaços.

Destarte, o processo de ocupação urbana irregular que para esta pesquisa configura-se como formas de acesso à moradia em espaços urbanos considerados ilegais frente ao sistema jurídico instituído e caracterizado como uma das principais consequências do

acelerado crescimento das cidades aumentou de forma significativa, principalmente nas últimas décadas do século XX. Vale lembrar que muitos dos “bairros” de Teresina foram constituídos a partir de ocupações desta “natureza”, e que esta prática é reflexo de um processo histórico de carência em investimentos, no setor habitacional. Maricato (2003, p. 154) ressalta que uma “[...] das características do mercado residencial privado legal no Brasil (como em todos os países periféricos ou semiperiféricos) é, portanto, sua pouca abrangência”.

Segundo Sposito (2005), ao se fazer uma análise detalhada do “impacto” da industrialização sobre a urbanização, verifica-se algumas mudanças de ordem tanto estrutural como espacial do espaço interno das cidades. Segundo a autora, nesta perspectiva o espaço é entendido como a materialização do modo de produção dominante (capitalismo) e a cidade como uma manifestação desta concretização.

Neste contexto, verifica-se que as desigualdades sociais se materializam na paisagem urbana¹ e que o espaço urbano caracteriza-se como espaço fragmentado. Embora sua estrutura faça parte de um todo, as áreas que o constituem têm forma e função própria, fato que, por si só, inviabiliza os cidadãos vivenciarem a cidade por completo. Em vista destes e de outros fatores, uma parcela significativa da população vive apenas os espaços que fazem parte de seu dia a dia, do seu lugar, ou seja, a cidade não é vivenciada, principalmente, pela população de baixa renda que não tem acesso a outros espaços da cidade em função, sobretudo, do baixo poder aquisitivo.

Diante do exposto verifica-se que a cidade comporta realidades diferentes e espaços dinâmicos. Assim, ao analisar o processo de (re) produção dos espaços urbanos, verifica-se que a forma como a cidade tal qual se apresenta é reflexo de sua história, onde os espaços e as relações sociais se alteram constantemente, seja enquanto forma ou função e significado, assunto este será discutido na subseção a seguir.

1.2 A dinâmica da produção do espaço urbano

Para esta discussão, faz-se necessário compreender que a dinâmica das cidades do século XXI diferencia-se das que antecede este período, em virtude, principalmente, do incremento da tecnologia que muito tem contribuído para uma nova reorganização dos

¹ A ideia de paisagem na perspectiva geográfica liga-se ao plano do imediato, aquele da produção do espaço analisado como produto das transformações que a sociedade humana realiza a partir da natureza em um determinado momento [...] sob múltiplas formas de uso [...]. A paisagem, por sua vez, contém mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados; memória, imagens impregnadas de história. [...] revela uma história, o passado inscrito nas formas geradas por tempos diferenciais acumulados, mas sempre atuais sincrônicos e diacrônicos, que produzem uma impressão apreendida pelos sentidos (CARLOS, 2007, p. 33).

espaços urbanos. Na verdade, as diferenças expressas na paisagem urbana são manifestações resultantes das contradições constituintes do espaço urbano, ou seja, são marcas deixadas pela sociedade que o produz.

Portanto, para compreender a dinamicidade do espaço urbano, faz-se necessário considerar alguns aspectos que estão relacionados ao crescimento das cidades, aspectos estes que estão imbuídos por inúmeras transformações e que são intrínsecos ao processo de urbanização. Corrêa (2000) apresenta várias abordagens possíveis de análise para o espaço urbano. Dentre tais, faz-se uso nesta pesquisa, a que o considera como lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância significativa.

Para tanto, deve-se considerar o processo de produção e reprodução do atual sistema capitalista, uma vez que a dinâmica do espaço está relacionada às diferentes formas de uso do solo urbano, ou seja, está vinculada, entre outros, com a relação entre o valor de uso e de troca, e, portanto, com as diferentes formas de uso dos agentes produtores.

Quanto a estes agentes, Corrêa (2000) classifica-os como o Estado, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção, os grupos sociais excluídos, dentre outros. Sobre esta discussão Stein Neto (2008, p.148) destaca que “os diversos agentes envolvidos no processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, têm seu produto – espaço produzido – marcado por articulações, convergências e contradições em uma dinamicidade que lhe é própria”.

Façanha (1998) argumenta que refletir sobre as ações desempenhadas pelos agentes produtores do espaço urbano não é tarefa fácil, uma vez que os mesmos desempenham papéis diferenciados, no entanto necessários para a reprodução social do espaço urbano.

Ressalta-se, ainda, que o modo de produção da cidade tem como elemento central as relações entre seus habitantes. Esta, por sua vez, dá-se a partir da reprodução da vida cotidiana. Logo, o processo o qual se constitui as relações entre a sociedade e o espaço urbano nos permite pensar no processo de expansão do tecido urbano como consequência da própria dinâmica da sociedade, que, ao reproduzir-se, também estará reproduzindo seu espaço e, conseqüentemente, diferentes processos. No entanto, vale ressaltar que, em diferentes momentos históricos, a sociedade vê o espaço de forma que diretamente está ligada as suas concepções, sejam sociais, culturais e/ou temporal.

Deste modo, verifica-se que os processos dos quais decorrem a produção do espaço urbano não são lineares e muito menos homogêneos, uma vez que estes se caracterizam a

partir da produção de relações de agentes sociais decorrente, sobretudo, de uma complexidade de processos socioeconômicos. Todavia, este processo, segundo Carlos (1996, p. 60), “[...] produz-se de modo desigual, o que vale dizer que especificidades referentes a tempos e lugares diferentes são fundamentais para seu entendimento”. A mesma autora salienta que o atual processo o qual a sociedade está inserida se, de um lado, cria possibilidades para concretização de um espaço homogêneo, de outro, produz sua própria fragmentação, uma vez que se concretiza de modo diversificado.

Corrêa (2000) ressalta que a cada transformação ocorrida no espaço urbano faz-se necessário considerar que este se mantém, simultaneamente, fragmentado e articulado, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham sido alteradas. Neste sentido, Rodrigues (2003, p. 20) destaca que “a heterogeneidade de atuação no espaço urbano acentua uma ‘valorização’ diferencial de uma área para outra”. A distinção territorial apoia-se, portanto, na existência da propriedade privada e/ou em áreas beneficiadas ou não com os “equipamentos” urbanos de consumo coletivos. Fato este apontado por Carlos (1996, p. 59) ao afirmar que

[...] a produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana produzindo, como decorrência, um processo de homogeneização do espaço, produz-se e acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo. Este processo se manifesta no plano do vivido, no lugar onde se desenrola a vida humana.

Destarte, o espaço urbano vem passando por significativas transformações na sua morfologia, através da atuação dos seus mais variados agentes produtores. Essas transformações têm gerado uma dinâmica urbana que em muito contrasta com o processo de desenvolvimento, assim como os diferentes usos e contradições presentes na sua configuração. No seio do processo de produção e reprodução do espaço urbano, os agentes sociais de baixa renda, pela margem limitada de inserção no mercado formal capitalista, diariamente, são dimensionados a ocuparem áreas irrestritas a moradias, normalmente em condições insalubres, mal localizadas, distantes dos serviços públicos básicos necessários à população.

A propriedade privada é uma condição preliminar de toda sociedade capitalista. Segundo Carlos (1996, p. 58), o espaço urbano “[...] aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano [...]”. Ele é fragmentado, sendo dividido em inúmeras parcelas compradas e vendidas aos “pedaços”, pois o acesso ao solo urbano dá-se através da mediação do mercado. Portanto, os usos estão relacionados com os interesses que se espacializam a partir dos momentos e das diferentes formas de ocupação do

espaço. Faria e Calixto (2008, p. 124) reforçam esta proposição ao afirmarem que “a apropriação diferenciada do espaço está ligada à capacidade de pagamento [...]”. Nesta lógica, registra-se que a terra, ao tornar-se mercadoria e, portanto, inacessível a uma parcela significativa da população, ela institui-se como mais um dos fatores que passa a viabilizar o processo de ocupação irregular no âmbito urbano, uma vez que o acesso àqueles que por ela não podem pagar, é inviabilizado.

Neste contexto, o processo de ocupação torna-se um mecanismo oportuno para viabilizar a possibilidade de uso do espaço urbano e, num sentido mais amplo, a garantia do direito a cidade. É importante frisar que estas relações configuram-se como resultado do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, sendo, portanto, um reflexo da sociedade. Corrêa (2000, p. 8) afirma categoricamente que “[...] o espaço urbano é reflexo de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram marcas impressas nas formas espaciais do presente”. Assim, o aumento das atividades neste espaço é próprio da cidade capitalista onde se concentram, em maior proporção, a força de trabalho, os meios de produção e as desigualdades sociais.

Para Carlos (2008), ao mesmo tempo que a cidade representa trabalho materializado, ela também representa o processo de produção e reprodução do sistema capitalista, portanto se apropria do espaço urbano produzido. Neste sentido, Santos (2001) destaca que a cidade passa a ser apreendida como lugar onde os elementos concretos (o visível, o palpável, ou seja, os fixos) dão forma à sua estrutura.

De acordo com Carlos (2008), a cidade, pelas suas mais diferenciadas possibilidades de uso e apropriação, demonstra que o espaço urbano se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. Assim, ela se caracteriza como produto das contradições de classes em que envolve interesses e necessidades diversas. Quanto ao espaço urbano, em suas mais diferentes escalas e dimensões, ele está em constante transformação, sobretudo, pelas demandas do capital e, por conseguinte, do crescimento das cidades. Portanto, caracteriza-se como produto da sociedade em uma de suas dimensões, a propósito, a mais aparente, como formas espaciais materializada. Neste sentido, Stein Neto (2008, p. 155) destaca que

O espaço urbano é reflexo das diferenças socioeconômicas presentes na sociedade, estratificada em classes sociais e medida pela lógica da acumulação capitalista. Ou seja, o urbano constitui-se no espaço privilegiado, onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem em uma relação conflituosa. Tais conflitos não são visíveis ao observador desatento, são características do modo de produção capitalista, fazendo parte de seu caráter contraditório.

Diante do exposto, vale ressaltar que o espaço urbano não está recluso apenas a representação social do espaço, visto que este extrapola os limites da cidade sendo, portanto, possível encontrar características urbanas no espaço rural, sendo a recíproca verdadeira. Como destaca Corrêa (2000), observa-se que o espaço urbano assume uma dimensão simbólica, que é variável de acordo como os grupos que o constituem. E que a organização socioespacial é resultante das relações que se dão entre o homem e o meio ao longo da história, ou seja, não se restringe ao espaço físico como um conjunto de dados que, por sua vez, não permite a compreensão da espacialidade.

Corrêa (2000) argumenta, ainda, que o espaço urbano é constituído por diferentes formas de uso da terra, e que os agentes produtores, como destacado anteriormente, são os principais responsáveis por sua produção e reprodução. Ressalta-se, também, que o Estado é apontado como um dos “agentes” que mais se destaca, pois, a princípio, visa regular as relações políticas. Contudo, num contexto capitalista, o Estado passa assumir um caráter amplamente regulador do espaço urbano, sendo, portanto, um dos principais responsáveis pela segregação social urbana, uma vez que eleva em amplo sentido os valores de uso do espaço na cidade. Quanto a esta discussão de valores e regularização dos espaços urbanos, a mesma será contemplada na subseção que se segue.

1.3 Legislação e regularização dos espaços informais de moradia

Em decorrência do crescimento urbano que tem se intensificado de forma cada vez mais expressiva a partir do século XX, tem-se como consequência grandes modificações do espaço urbano, estando estas relacionadas, principalmente, ao aumento da população, sobretudo nos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. Dentre tais transformações, convém destacar as de natureza territorial, socioeconômica, assim como as culturais e ambientais.

Frente a este cenário, ressalta-se que a promoção de gestão urbana comprometida com a consolidação da democracia constitui um enorme desafio à gestão pública. Ao longo desta discussão, vários fatores foram elencados referentes aos problemas que têm se intensificado no âmbito urbano, a partir do crescente processo de urbanização das cidades. Problemas estes que se configuram de diversas naturezas, como, por exemplo, a carência de moradias e de serviços públicos adequados, conforme previsto na legislação vigente, dentre outros.

Diante deste contexto, é que o processo de formação dos espaços informais de moradia começa a se delinear no Brasil, sobretudo nas cidades. Embora este cenário seja característico, principalmente das cidades dos países subdesenvolvidos, em particular das grandes cidades, porém não próprio delas, faz-se necessário pensar sobre os problemas intrínsecos ao âmbito urbano, sobretudo os relacionados à moradia (VIEIRA, 2014).

Verifica-se, assim, que o crescimento da informalidade urbana relacionada à moradia é produto da ação ou da falta dela por parte do poder público, ou seja, configura-se como uma das consequências da ausência de políticas públicas eficientes, aliada a uma efetiva gestão e voltadas, principalmente, aos grupos socialmente excluídos pela lógica do sistema capitalista e político, vigente no Brasil, o que reflete a ineficiência da política habitacional, resultando, assim, no aumento do déficit de moradias.

Destaca-se, portanto, que a presença e aparente ausência do Estado aprofundam contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Sobre esta discussão, Rodrigues (2007, p. 74), revela que “a presença diz respeito, entre outras dinâmicas, [...] às normas jurídicas de apropriações e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo”. A mesma autora destaca que o Estado parece ausente quando não busca promover o acesso universal aos equipamentos de uso e consumo coletivo pela população.

Destarte, o direito à moradia faz parte das obrigações e diretrizes assumidas pelo Estado brasileiro, direito este que é reconhecido como um direito humano em diversas declarações e tratados internacionais. Dentre tais, Saule Júnior (1997) destaca a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948; a Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver (1976); Agenda 21 (1992), e a Agenda Habitat adotada pela Conferência das Nações Unidas em Istambul, em junho de 1996, nas quais foram assinaladas as obrigações dos Estados no sentido de promover uma efetiva política habitacional. Embora esta discussão ultrapasse fronteiras e faz parte de grandes debates no âmbito mundial, mesmo assim, o que tem se observado na prática é que a concretização deste direito social que é universal, de fato, não tem sido efetivado, como regulamentado.

No entanto, verifica-se que até a aprovação da Constituição Federal em 1988, que institui nos artigos 182 e 183 a política urbana, havia muitas limitações de ordem jurídica relacionada à devida implementação de políticas e programas de regularização, além de diversos outros problemas. É claro que tais problemas não foram em sua totalidade

solucionados, porém houve muitos ganhos para a sociedade em geral, embora muito ainda tem-se a conquistar.

Fernandes (2002, p. 22) adverte que, a partir da aprovação da Constituição em 1988, “[...] e do reconhecimento constitucional do direito de moradia como um direito social [...]”, através da emenda nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, e, mais recentemente, com a aprovação do Estatuto da Cidade, amparado pela medida provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, a situação se transformou, tendo em vista que este cenário tem apresentado melhorias.

Frente ao ordenamento jurídico instituído no Brasil, vê-se que o direito à moradia encontra-se “assegurado”, em que um dos elementos dessa demonstração consta da adoção do usucapião urbano instituído na Constituição Federal de 1988, através do qual o direito à moradia é reconhecido como um elemento constitutivo para a aquisição de áreas urbanas utilizadas por pessoas e famílias para fins de moradia.

É importante frisar, que a utilização do usucapião urbano tem como finalidade reconhecer o direito à moradia dos que vivem em condições precária de habitabilidade, ou seja, dos que de fato vivem a chamada cidade “clandestina” ou informal. Deste modo, ele se caracteriza como um instrumento de regularização fundiária², destinado a assegurar o direito à moradia desse grupo que por motivos diversos (alguns já explicitados ao longo desta discussão) não têm condições de acesso ao direito à moradia.

Para efeito da regularização fundiária de assentamentos urbanos, até dezembro de 2016 esta regularização pautava-se pelos princípios da Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e, de modo específico, aos elencados no Art. 48 da Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Respeitadas as diretrizes da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade, a regularização fundiária observara os elencados no Art. 48 da Lei Nº 11.977, como:

I) ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental; II) articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas e privadas, voltadas à integração social e à geração de emprego e renda; III) participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização; IV) estímulo à resolução extrajudicial de conflitos; V) concessão do título preferencialmente para a mulher.

² Definida no art. 46 da Lei Nº 11.977/09, a regularização fundiária “consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Este artigo foi revogado pela Medida Provisória Nº 759, de 22 de dezembro de 2016, e mais recentemente, pela Lei Nº 13.465/2017.

Para tanto, registra-se que tais artigos foram revogados pela Medida Provisória (MP), Nº 759, de 22 de dezembro de 2016, sancionada pelo presidente da República, em exercício. Ressalta-se, ainda, que mais recentemente, em 11 de julho de 2017, o atual presidente da República (refere-se à data da pesquisa) sanciona a Lei nº 13.465, que, depois de revogada, passa a substituir a referida MP Nº 759. Para tanto, quanto à regularização fundiária, ficam instituídas no Art. 9º da referida lei,

[...] normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

§ 1º Os poderes públicos formularão e desenvolverão no espaço urbano as políticas de suas competências de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental e ordenação territorial, buscando a ocupação do solo de maneira eficiente, combinando seu uso de forma funcional.

É importante frisar que a irregularidade fundiária não se restringe apenas aos assentamentos populares, ou seja, aos espaços de moradia constituídos pela população de baixa renda. Existem vários outros, como bairros e loteamentos pertencentes às classes com maior poder aquisitivo que, no entanto, constituem-se como irregulares do ponto de vista jurídico. Deste modo, antes da revogação da Lei Nº 11.977/2009 pela MP de Nº 759/2016, e, recentemente, pela Lei Nº 13.465/2017, admitia-se dois tipos de regularização fundiária urbana, uma de interesse social e outra de interesse específico.

A primeira definida no inciso VII do Art. 47 da Lei Nº 11.977/2009 destinava-se a regularização de assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por famílias carentes, e que atendiam pelo menos um dos requisitos, como: a) em que tenham sido preenchidos os requisitos para usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia; b) estejam ocupados de forma pacífica há pelo menos 05 (cinco) anos; b) estejam localizados em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)³; e c) no caso de áreas públicas, que sejam declaradas de interesse social para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social. Quanto à regularização fundiária de interesse específico, esta faz menção aos casos em que não se enquadravam como de interesse social nos termos do inciso VII do referido artigo (BRASIL, 2013).

³ Antes de ser revogado, o art. 47, V, da Lei Nº 11.977/09 confere a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), como: “parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação indiscutivelmente, formas de acesso à moradia que se processam às do solo”.

A partir da revogação da Lei Nº 11.977/2009, como já explicitado, o Art. 13, da Lei Nº 13.465/2017, estabelece que a Reurb compreende-se a partir de duas modalidades, sendo a Reurb de Interesse Social (Reurb-S) e Reurb de Interesse Específico (Reurb-E). Ressalta ainda que a primeira é “[...] aplicável a núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal [...]”. Quanto à segunda, a referida lei estabelece que esta seja “[...] aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo”.

Como já mencionado, o direito à moradia tem sido propagado na Constituição Federal de 1988, com advento da Emenda Constitucional nº 26/00. Assim, o Art. 6º da referida lei passa a vigorar com a seguinte redação; “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Diante desta explanação, Fernandes (2002, p. 22) destaca que

[...] as políticas de regularização fundiária não podem ser formuladas de maneira isolada e necessitam ser combinadas com outras políticas públicas preventivas, para quebrar o ciclo de exclusão que tem gerado a informalidade. Isso requer intervenção direta e investimento público, sobretudo por parte dos municípios, para produzir novas opções de moradia, democratizar o acesso à terra e promover uma reforma urbana ampla.

Neste contexto, verifica-se que a ausência de alternativa concernente à habitação para grande parte da população brasileira tem como consequência a prática corriqueira, em diferentes cidades, de ocupações urbanas irregulares, que, segundo Viana (1999, p.27) são, “[...] indiscutivelmente, formas de acesso à moradia que se processam às bordas do mercado formal, na medida em que ocorrem enquanto transgressão às leis do mercado e às margens do sistema jurídico instituído”. A insuficiência de mecanismos para a regulação desses espaços e a ausência de consistentes e eficazes políticas de desenvolvimento urbano, de alguma forma, tem contribuído para o crescimento e/ou permanência dos assentamentos irregulares nas cidades brasileiras.

Em relação ao uso do termo assentamentos irregulares, destaca-se o IBGE (2010), tendo em vista que o mesmo utiliza o termo aglomerado subnormais⁴ para designar assentamentos irregulares (Figura 3) conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Ressalta-se que, por abarcar

⁴ A definição do conceito de aglomerado subnormal foi resultado de reuniões, realizadas no final da década de 1980, entre o IBGE, representantes da comunidade acadêmica e de instituições governamentais.

a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, esta denominação (aglomerado subnormal) passa a adquirir certo grau de generalização, o que dificulta na caracterização e entendimento de casos específicos por todo o país (IBGE, 2010). Neste contexto, Fernandes (2002, p. 17) reforça esta discussão ao afirmar que

Nas condições brasileiras, de tantas distâncias entre a lei e a realidade, em função da dimensão da exclusão, um primeiro desafio é conceituar o conteúdo da expressão assentamento irregular. Adequado ou não, só é irregular o que a legislação urbanística estabelece como tal. Aí se torna evidente o grande fosso entre o desejável e a realidade urbana. No plano da materialidade dos assentamentos, sua razão de ser é, evidentemente, acomodar a população: moradias com condições físicas e serviços adequados — para a família e para a comunidade (sem impactos negativos ou riscos para elas e para o conjunto da cidade) e segurança de permanência.

Destaca-se, portanto, que, segundo o IBGE (2010, p. 19), “os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente”. Embora isso, acrescenta-se ainda que são constituídos por conjuntos com, no mínimo, 51 unidades habitacionais, que abarque as categorias referenciadas na citação acima, e que sejam carentes de serviços essenciais e, ainda, que ocupe ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia, estando dispostas de forma desordenada e densa (IBGE, 2010). Mesmo mantendo uma metodologia ampla para o estudo destes espaços de moradia, o IBGE (2010, p.19) adota alguns critérios para a identificação destes aglomerados, como

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).

A distribuição espacial dos aglomerados identificados pelo IBGE (Figura 3) atinge todas as regiões brasileiras estando presente nos vinte e seis estados e no Distrito Federal, porém com algumas áreas específicas de concentração, com destaque para a faixa litorânea da costa brasileira. Ao fazer menção às áreas de ocorrência dos aglomerados subnormais, o IBGE (2010, p. 40) destaca que a localização “[...] é melhor explicada quando associada ao

papel das cidades na rede urbana do País”, visto que as metrópoles que são polos de concentração da produção econômica e do emprego, e , portanto, configuraram-se como lugar de maior concentração dos aglomerados subnormais.

Figura 3 – Mapa dos municípios com aglomerados subnormais identificados – Brasil/2010.



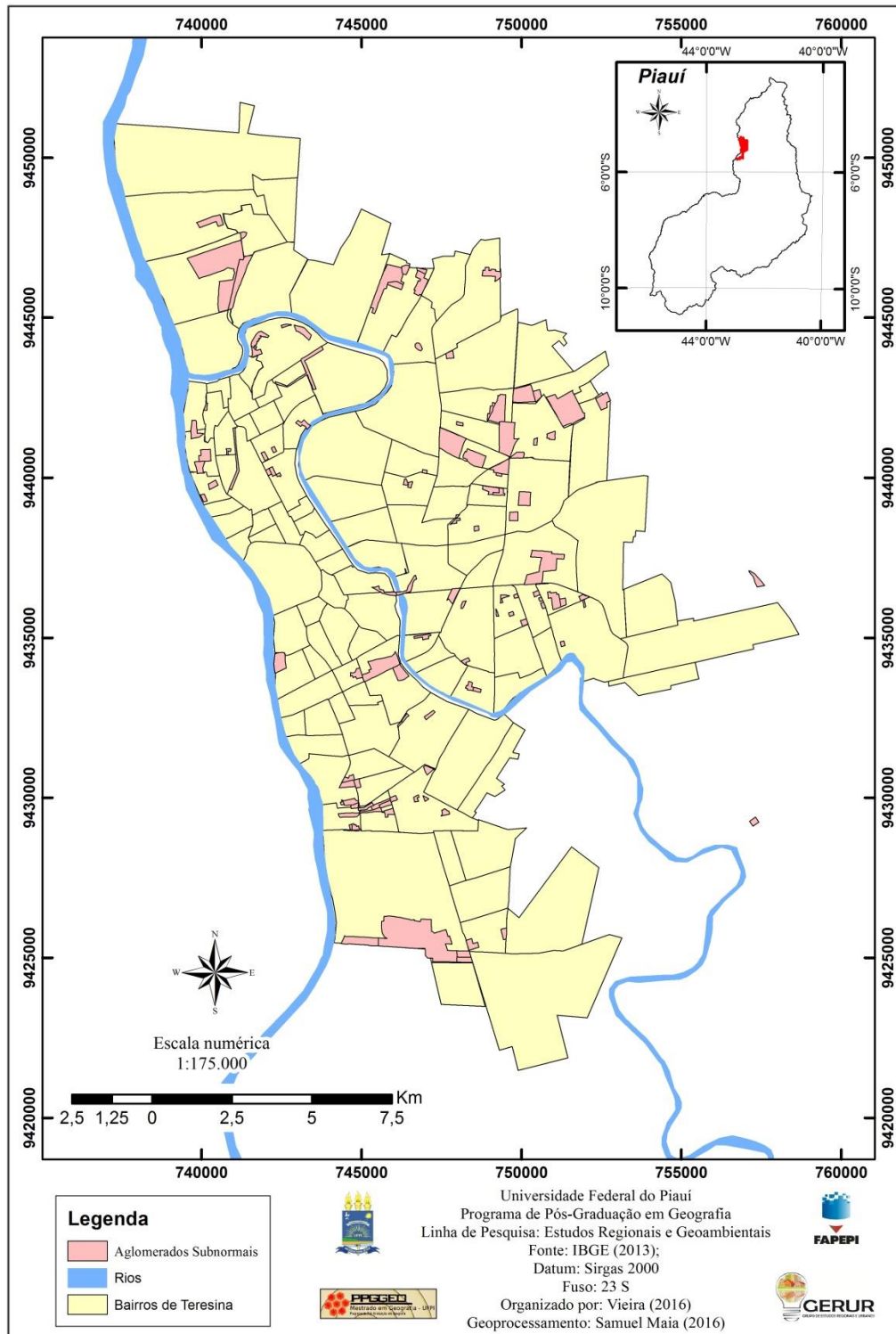
Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Quanto aos aspectos espaciais, estas áreas se configuram de diversas maneiras no país considerando os aspectos específicos de cada cidade, e os processos socioespaciais que lhes deram origem, distinguindo-se entre si, tanto em termos de localização no espaço urbano, quanto em relação a aspectos mais específicos, como topografia, padrões urbanísticos, densidade e características de sítio (IBGE, 2010).

Em relação à cidade de Teresina, verifica-se, a partir da análise da Figura 4, que a capital do Piauí apresenta em todas as zonas (Norte, Sul, Sudeste e Leste) da cidade espaços

de moradia com características de aglomerados subnormais. Neste contexto, destaca-se que o modelo de urbanização implantado no Brasil é acompanhado da não produção de moradias condizente com a realidade do país, tornando-se, assim, o principal fator de (re) produção dos aglomerados subnormais.

Figura 4 – Mapa dos aglomerados subnormais identificados – Teresina- PI/2010.



Fonte: IBGE (2010; 2013). Organização: Vieira (2016). Geoprocessamento: Samuel Maia (2016).

Vale ressaltar que essas formas de apropriação do solo urbano “abrem” novas perspectivas no enfrentamento da questão da moradia. Primeiro, por que conferem um sentimento de posse a quem tem acesso à moradia. Segundo, por que as práticas cotidianas dos que reivindicam o direito à legitimidade refletem-se na configuração da cidade (LIMA, 2001).

Neste sentido, a análise da Figura 4 corrobora com Viana (2013, p. 174) no tocante ao crescimento destes espaços de moradia em Teresina. A mesma autora destaca que o crescimento tem ocorrido “[...] especialmente na direção do vetor Sul, mas também nas direções dos vetores Sudeste e Norte. Essas áreas são justamente as menos valorizadas e pouco interessantes para o mercado imobiliário da cidade”. Na direção do vetor Leste, ela considera que, tendo em vista o elevado custo da terra e um alto padrão imobiliário, a tendência é que esta zona apresente um número menor de aglomerados subnormais, se comparado com as demais zonas da cidade.

Destaca-se, ainda, que estes espaços de produção de moradia que são titulados como irregulares, na maioria das vezes, dependendo é claro da cidade o qual estão inseridos, assentam-se justamente em áreas ambientalmente mais frágeis e que, conseqüentemente, não despertam nenhum ou pouco interesse (em virtude das condições físicas do ambiente, embora este não seja o único fator) para investimentos, instituído no mercado imobiliário formal.

Diante desta discussão, a subseção seguinte traz elementos que contemplam questões relacionadas ao uso e apropriação do espaço urbano, relacionando-o ao direito à moradia nas cidades, sobretudo, brasileiras.

1.4 Luta pela moradia e o direito à cidade

Como destacado anteriormente, a sociedade tem, gradativamente, se tornado cada mais vez mais urbanizada, e a paisagem urbana constantemente tem se modificado. Logo, pensar a cidade no contexto a qual está inserida não se traduz em uma tarefa fácil. Rodrigues (2007) destaca que ir além das aparências para compreender e analisar a complexidade das desigualdades nas cidades é um grande desafio, porém necessário não apenas aos que discutem a temática no intuito de compreendê-la, mas a todos que vivenciam a cidade.

Partilhando deste mesmo pensamento, Silva (1997, p. 89) afirma que “[...] a cidade surge como uma das configurações mais complexas produzidas pela sociedade”. Assim, no intuito de compreender tal processo, os estudos sobre cidade, desde a antiguidade, têm aguçado a curiosidade de muitos estudiosos sendo, portanto, sistematizados ao longo dos

séculos. Por conseguinte, a dificuldade em definir o conceito de cidade, fato que não se remete apenas a Geografia, mas a outras áreas do conhecimento, refere-se à forma como ela se configura em um sistema complexo em que difícil é compreendê-la em sua totalidade, de igual modo, difícil é apreendê-la de forma isolada, e isso se deve ao fato de que a cidade possui múltiplas manifestações (VIEIRA, 2014).

No entanto, grandes controvérsias ainda permanecem quando se tenta conceituá-la. Rolnik (1995) chama atenção ao “risco” que se assume na tentativa de definição da cidade, pois estabelecer uma definição seria limitar algo que é mutável e que está em constante transformação. Apesar disso, o objetivo desta discussão não é caracterizá-la, esgotando as variáveis temáticas que permeiam este debate, mas levantar discussões a cerca das “lutas” diárias (relacionadas de modo mais específico à moradia) enfrentadas pelos seus moradores, especialmente os menos favorecidos classificados por Corrêa (2000), como os grupos sociais excluídos.

Vale ressaltar, a partir desta discussão, que à medida que as cidades capitalistas foram se desenvolvendo, a sociedade acoplou-se a este modelo de desenvolvimento. Nesta perspectiva, a cidade torna-se o *locus* da produção e, sobretudo, do consumo, fato que nas últimas décadas tem requalificado o modo de vida urbano. Sobre esta discussão, Rodrigues (1988) destaca que a cidade tende a reproduzir a sociedade de classes do mundo capitalista.

Além desta perspectiva, a cidade também se configura como espaço de luta. Quanto a esta abordagem, Carlos (2008, p. 84) destaca que o espaço urbano “[...] não é apenas produzido em função das condições de reprodução do capital, mas também em função das condições de reprodução da vida humana”. Conforme a autora, por mais que o capital tenha “poder” de transformar e/ou (re) produzir este espaço, a sociedade também está ativa neste processo, uma vez que “não se deixa inserir nesta lógica sem resistência”.

Deste modo, a diversidade de uso dos espaços que compõe a cidade demonstra que ela se reproduz de forma desigual e também contraditória, fato que tem possibilitado a produção de novos arranjos, usos e significados destes espaços. Neste contexto, sabe-se que na sociedade hodierna a questão habitacional aparece como um problema, sobretudo, aos que estão à margem desta conjuntura atual, ou seja, aos que ganham pouco e/ou nada, e não têm condições de arcar com os custos da aquisição de moradia.

Apesar do direito à moradia fazer parte do conjunto de “obrigações” assumidas pelo Estado brasileiro, como consta na legislação vigente, o acesso à moradia no Brasil ainda é limitado apenas aos que por ela pode pagar. Apesar de algumas iniciativas do governo

(através da implantação de programas habitacionais) para atenuar este problema, o déficit habitacional no país ainda continua elevado.

Neste contexto, Stein Neto (2008, p. 180) chama atenção para o fato de que a “[...] moradia é uma necessidade elementar do cidadão [...] é um valor de uso que o capital transforma em valor de troca ou em mercadoria”. Sobre esta discussão, Spósito (2004) destaca que as pessoas, quando não dispõem de capital necessário para adquirir um lugar para morar, ocupam terrenos, seja de caráter público e/ou privado e que estejam sem utilidade, para depois construir sua moradia.

Rodrigues (2003) destaca que, quando não utilizada, a terra torna-se imprópria, ou seja, deixa de assumir sua função social e passa a adquirir um caráter de parasitismo, principalmente quando o proprietário passa a se beneficiar e apropriar-se de renda, seja por meio de investimentos públicos e/ou privados realizados nas circunvizinhanças do terreno.

Apesar de ser um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, (Emenda Constitucional nº 26/2000), assegurados pelo Estatuto das Cidades de 2001, o acesso à moradia para todos não é respeitado no Brasil. Além disso, os moldes habitacionais que vêm se perpetuando no país tendem a excluir grande parcela da população brasileira, e a falta de alternativas “concretas” para os grupos sociais excluídos contribuem para que os mesmos o exerçam de forma “ilegal”.

Sobre a função social da propriedade da terra urbana, Rodrigues (2005, p. 91) destaca que, embora “[...] conste desde 1934 nas várias Constituições Brasileiras, a explicitação de seu significado só ocorreu em 2001 com a promulgação do Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988”. Deste modo, a função social da cidade está relacionada ao pleno desenvolvimento da qualidade de vida para seus habitantes. Sobre isso, Rodrigues (2007, p. 83), destaca que “[...] a função social da cidade e da propriedade não se confunde com a utopia do direito à cidade, mas é um elemento constitutivo para a construção coletiva do direito à cidade”.

Neste sentido, Lefebvre (1991, p.116-117) destaca que “o direito a cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno as cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. O mesmo autor destaca que, na verdade, o direito à moradia é uma forma de expressão do direito à cidade. Vale lembrar, ainda, que a propriedade urbana tende a cumprir sua função social quando a mesma atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade que está expressa no artigo 182, § 2º da Constituição federal.

Para Souza (2015) faz-se necessário entender a diferença existente entre: o direito de construir e o direito de propriedade. Para o direito de propriedade, mesmo que o cidadão tenha posse do terreno, isso não lhe dará o direito de manter o mesmo sem desempenhar sua função social. Assim, no sentido amplo de suas formas e funções, o direito à cidade abrange os aspectos relacionados desde a moradia aos diversos espaços da cidade, como infraestrutura, transporte, lazer, serviços públicos e trabalho, aspectos estes que estão dispostos no Estatuto da Cidade, denotando a necessidade de um planejamento e gestão voltada ao desenvolvimento socioespacial da cidade.

Rodrigues (2005) destaca que os princípios do Estatuto da Cidade têm como finalidade “desvendar” conflitos relacionados ao planejamento, à apropriação, à propriedade, à gestão e ao uso do solo no âmbito urbano. A autora destaca que o mesmo reconhece o predomínio da população urbana e, portanto, a ausência do acesso à moradia aos dispostos pelos padrões de urbanidades vigentes.

Neste sentido, Rodrigues (2005, p. 91) chama atenção para o fato de que “o Estatuto não resolve, nem elimina os conflitos, mas os retira da sombra”, ou seja, dá visibilidade e possibilidade de mudanças aos problemas relacionados à moradia no âmbito urbano. A existência de uma lei não garante sua aplicabilidade, ou seja, que de fato seja bem executada. Como no caso do Estatuto da Cidade, a mesma autora destaca que este não garante o direito à cidade em sua plenitude, porém é importante para sua construção.

Os princípios estabelecidos no Estatuto da Cidade são de extrema importância para o “melhoramento” do espaço urbano, visto que, dentre outros, encontram-se critérios de parcelamento do solo, que inclui a obrigatoriedade de participação da sociedade civil na elaboração do Plano Diretor para municípios com mais de 20 mil habitantes, além de normas para que a propriedade da terra seja edificada ou não. Rodrigues (2005, p. 92) destaca, ainda, que o Estatuto “[...] reafirma a propriedade privada/individual, impõe limites à especulação, induz o reconhecimento da cidade como produção coletiva, cria novos instrumentos jurídicos e participativos que permitem ao poder público tomar providências para que as propriedades cumpram sua função social [...]”.

Neste contexto, Silva (1997, p. 87) destaca que a “cidade enquanto ambiente construído vem sendo submetida a um complexo e variável processo de gestão [...]”. Vale lembrar que esta gestão implica na redefinição dos agentes envolvidos, com suas estratégias, práticas e conflitos espaciais. Para Souza (2015, p. 46), a gestão remete-se ao presente, ou seja, “[...] significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente

disponíveis e tendo em vistas necessidades imediatas”. Diante do exposto, vê-se que a propriedade passa a ser o desejo daqueles que vivem na cidade e não têm condições de pagar por ela. Spósito (2004, p. 62) relata que

No Brasil, as reações já fazem sentir não apenas nas regiões metropolitanas. Em cidades médias, aparecem os movimentos dos chamados “sem teto”, ora mais ora menos organizados, sempre reivindicando a moradia, mas muitas vezes buscando apenas o terreno, sobre o qual, através dos sistemas de autoconstrução ou mutirão, as próprias famílias construirão suas casas.

A partir desta discussão, observa-se que os conflitos são proporcionais ao grau de tensão entre os que “possuem e os que não possuem” a cidade, e a tendência é sempre de reivindicação por parte dos “não donos” da cidade. Assim, percebe-se que o processo de evolução do espaço urbano acompanha o ritmo de crescimento da cidade, tendo em vista o seu desenvolvimento espacial (SPÓSITO, 2004).

Apesar disso, quando se lança um olhar mais apurado sob as cidades que em geral são desiguais, segregadas e inseguras, percebe-se que os princípios da função social, da propriedade e a garantia do direito à cidade, garantidos em forma de Lei pela legislação vigente, estão longe de serem garantidos pelo Estado, sonho que ainda é bem distante para a grande maioria da população brasileira. Diante do exposto, a discussão apresentada na seção a seguir versa sobre elementos que contemplam questões no âmbito local relacionadas à produção do espaço teresinense, sob o viés da moradia popular.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A MORADIA POPULAR EM TERESINA

O processo de urbanização brasileiro que tem se intensificado a partir da década de 1950 desencadeou uma série de implicações para sociedade. Dentre tais, destaca-se a rapidez com que as cidades passaram a crescer. Em decorrência disso, a falta de moradia resultante desse processo tornou-se um dos principais problemas do Brasil. Assim como as demais capitais brasileiras, Teresina tem sentido os efeitos deste processo, tendo em vista que o grande contingente de pessoas que continuamente tem se deslocado para a cidade, não encontra condições adequadas para moradia. Isso porque a demanda tem superado os investimentos em infraestrutura, habitação, entre outros, fato que tem contribuído para o aumento de “conflitos” relacionados à moradia no espaço urbano.

Neste contexto, ressalta-se que a questão da moradia configura-se como um direito e/ou necessidade inerente à vida humana e, como já apontada em momentos anteriores desta

pesquisa, tem sido contemplada na legislação brasileira vigente. O Estatuto da Cidade, instituído como um instrumento jurídico estabelece normas de ordem pública e de interesse social que regulam a propriedade urbana.

Crisanto (2002) destaca que, ao longo de três décadas (1970 a 2000), Teresina vivenciou um intenso fluxo migratório que aumentou a população de 181.062 habitantes na década de 1970 para 676.698 nos anos 2000. Este processo desencadeou uma série de problemas para a cidade, visto que não tem conseguido atender as demandas sociais, especialmente no tocante a moradia, fato que favoreceu a expansão do processo de favelização nesta cidade.

Embora a construção de vários conjuntos habitacionais tenha ocorrido nas últimas décadas do século XX, estes, por sua vez, não foram suficientes para sanar (à época) o déficit da moradia, sobretudo da população de baixa renda residente na capital. Diante disso, muitos se dirigiram a outros pontos da cidade no intuito de encontrar um lugar de moradia. Constituídos de migrantes (maioria) recém-chegados a capital, Lima (2010a) revela que eles surgiam de forma espontânea em diferentes pontos da cidade.

Diante desta discussão, esta seção se propõe analisar o contexto urbano de Teresina sob um olhar “panorâmico”, relacionando-o, sobretudo, ao processo da produção da moradia. Através das subseções apresentadas a seguir, procura-se traçar um quadro panorâmico da produção e expansão da moradia popular nesta cidade. A primeira apresenta uma visão geral sobre a cidade, dando ênfase aos aspectos populacionais, econômicos e da expansão do espaço urbano a partir dos anos de 1950. Busca-se discutir, também, o contexto e os fatores que têm favorecido o crescimento territorial e populacional da cidade de Teresina.

Quanto à segunda subseção, traça-se uma discussão relacionada, de forma mais específica, à produção da moradia popular em Teresina. Para tanto, realizou-se uma análise contextual dos espaços de moradia popular (Conjuntos Habitacionais, Vilas, Residenciais e Parques) que tem contribuído, de modo significativo, para a modificação e expansão do espaço urbano teresinense, e que são objeto de investigação na parte empírica desta pesquisa.

A terceira subseção objetiva discutir a atuação dos principais agentes (atores) sociais de moradia e o contexto no qual estes emergem no âmbito urbano de Teresina. Além disso, destacam-se também as formas de articulação e a capacidade de organização destes agentes, em prol do direito à moradia, nesta cidade.

2.1 Dinâmicas urbanas na cidade de Teresina

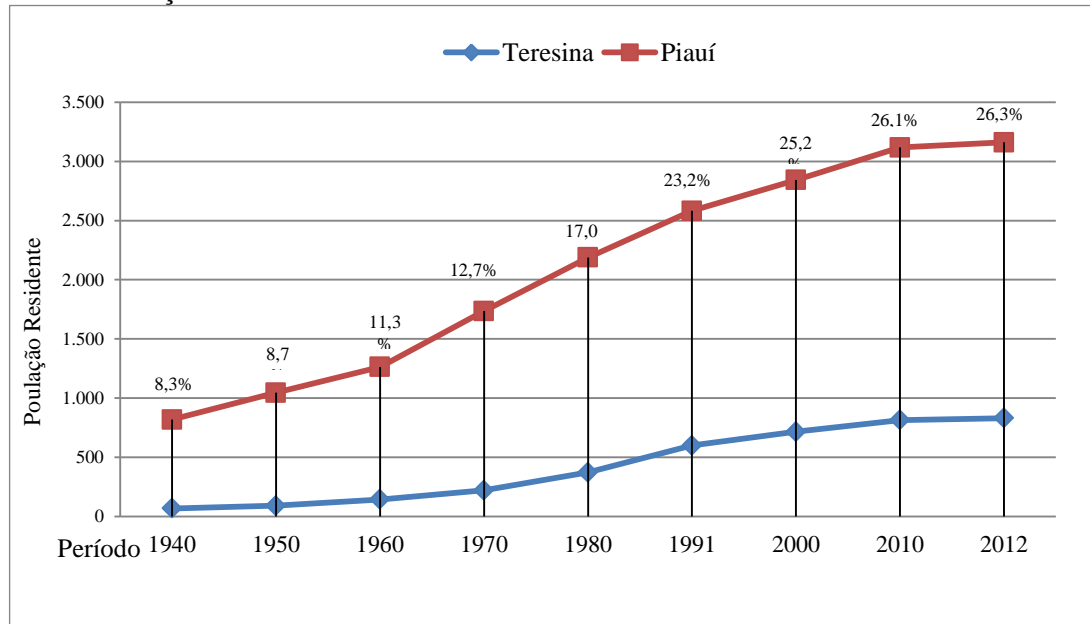
Esta subseção contempla discussões e reflexões acerca de aspectos relacionados à economia, à população e ao processo de expansão urbana de Teresina a partir da década de 1950. A discussão parte deste período devido à segunda metade do século XX constituir-se como uma fase de rápida expansão desta cidade, evidenciada sobretudo pelo crescimento da rede viária, do sistema de transporte, do surgimento de novos bairros, do número de conjuntos habitacionais e de equipamentos de uso coletivo, entre outros. Em detrimento destes e de outros fatores, a expansão da cidade tem demonstrado, ao longo dos anos, que seu crescimento dá-se de forma desordenada, fato que tem acarretado uma série de problemas, sobretudo, relacionados à moradia popular.

Teresina configura-se como o município mais populoso do estado do Piauí. De acordo com estimativas do IBGE (2017), sua população é de aproximadamente 850.198 habitantes. Esse fato resulta, sobretudo, da condição de centro político-administrativo e econômico que a cidade exerce. Contudo, esta se caracteriza não somente como um centro regional no Piauí, no que se refere ao fluxo de atividades econômicas e de serviços, mas também do Nordeste, especialmente no setor de saúde, tendo abrangência entre alguns estados, atraindo, assim, populações, principalmente, dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, entre outros (LIMA, 2010b).

Atualmente, a cidade configura-se como um dos principais polos de crescimento econômico do estado. Ao longo de sua história, Teresina tem se tornado um importante polo de prestação de diversificados serviços, principalmente na área de saúde e educação superior. Em virtude de sua influência local e regional, vários são os estudos que buscam discutir esta cidade sob diferentes ângulos e perspectivas. Neste contexto, destaca-se o trabalho de Moreira (1972), Abreu (1983, 2011), Façanha (1998), Braz (2004), Lima (2010a e 2010b), e vários outros de igual importância que contemplam a discussão do espaço urbano teresinense.

A partir da análise do Gráfico 1, verifica-se que a participação da população do município de Teresina, em comparação com o Estado do Piauí, vem aumentando de forma expressiva, ao longo dos anos. Em 1991 o valor percentual de crescimento era de 23,2%, em 2000 aumentou para 25,2% e, no último censo demográfico de IBGE de 2010, subiu para 26,1%. Embora seja gradativamente e de modo não acelerado, verifica-se que a população da cidade de Teresina tem aumentando progressivamente.

Gráfico 1- População residente e a participação percentual da população do município de Teresina em relação ao Estado do Piauí – 1940 a 2012.



Fonte: IBGE (2010). Organização: Teresina (2014). Adaptação: Vieira (2016).

Concebida sob o signo de um futuro progressista como destaca Rodrigues Neto (2005), a fundação da cidade desta cidade deu-se na metade do século XIX, mais precisamente, em 16 de agosto de 1852 sob motivação política em defesa da transferência da capital (a cidade de Oeiras localizada na região central do estado), para a Vila Nova do Poti, localizada ao Norte do estado, às margens do rio Parnaíba. Edificada perante um discurso de modernização, a nova capital trazia, em sua origem, uma vocação urbana (LIMA, 2010b). Sobre esta discussão, Moreira (1972) destaca que, desde quando assumiu a função de capital administrativa do Piauí, Teresina, por natureza, tornou-se um centro dinamizador de diferentes atividades.

No entanto, Lima (2010b) nos lembra de que, até a primeira década do século XX, Teresina não exibia sinais de urbanidade e modernidade como era previsto desde sua fundação, visto que prevalecia até então os traços das cidades coloniais brasileiras. A mesma autora revela que o processo de urbanização em Teresina ganha impulso somente a partir das décadas de 1940 e 1950, sob a influência da política de modernização do país, período em que o Estado integrou-se às demais regiões em virtude das intervenções públicas federais e da diversificação da economia. Sobre esta discussão, Moreira (1972, p. 6) nos mostra que:

Ao mesmo tempo em que se foram implantando as grandes ligações rodoviárias federais, [...] Teresina perdia sua condição isolada e interiorizada, vinculando-se, através dessas ligações, a outros centros da vida nacional. Concomitantemente à abertura da malha rodoviária federal,

melhoraram-se as ligações entre os pequenos centros do interior, pela abertura de vias estaduais e municipais. Convergentes para os grandes eixos rodoviários, essas estradas secundárias passaram a ligar os centros locais aos centros regionais, e estes à capital regional, no caso, Teresina. Deste modo, contribuíram as rodovias para a estruturação da incipiente organização e hierarquização urbana de Teresina e seu espaço regional em relação à rede urbana do Nordeste.

De acordo com o Censo de Vilas e Favelas (1996, p. 13), “a apropriação do espaço urbano em Teresina, até a década de 1940, ocorreu de forma lenta e concentrada, com sua área central inteiramente ocupada, expandindo-se para as zonas Norte e Sul”. Segundo Lima (2010b, p. 58), o sítio urbano da cidade se limitava ao “[...] marco original de sua construção (Praça da Constituição, atual Marechal Deodoro da Fonseca), e à principal avenida (Frei Serafim), que separava geograficamente o referido espaço em Norte e Sul [...]”.

Neste contexto, Rodrigues Neto (2005) assinala que, a partir da década de 1950, o espaço urbano teresinense ganha uma expressão mais complexa devido aos investimentos federais em rodovias e em meios de comunicação. No período em análise, o mesmo autor revela que o intenso fluxo migratório e a expansão da infraestrutura básica, em detrimento dos novos espaços de moradia que estavam se constituindo, promoveram uma série de alterações no espaço urbano de Teresina, uma vez que a cidade ganha uma nova dinâmica de crescimento populacional, fato que tem acelerado seu processo de expansão.

De acordo com a Fundação CEPRO (2003), o que caracteriza a atração populacional de Teresina vai além de suas funções de centro político-administrativo. Além deste fator, segundo a Fundação CEPRO (2003, p. 41), a capital conta com outras características que a tornam polo de atração, como o fato de

“[...] localiza-se no fulcro de um grande entroncamento rodoviário que interliga entre si as regiões Norte, Nordeste e Sul do país; conta com uma infraestrutura satisfatória e exerce a função de polo estadual na geração de produtos, emprego, renda e arrecadação, bem como na oferta de uma soma variada de serviços à população e à economia”.

Deste modo, verifica-se que a atividade econômica piauiense é fortemente concentrada em Teresina, e que o setor terciário da economia (as atividades de governo, comércio, prestação de serviços, e outros), assim como o setor secundário, possui um importante papel no processo de transformação do espaço urbano teresinense, uma vez que, à medida que ambas as atividades geram postos de trabalhos, contribuem para o crescimento econômico e populacional. Além disso, contribuem para a intensificação do processo de urbanização nesta cidade. Deste modo, a Fundação CEPRO (2003, p. 42) ressalta que

Tal conjunção de fatores estruturantes faz de Teresina um centro especial de atração dos mais diferentes interesses. Com efeito, esse poder de atração ultrapassa em muito os limites estaduais e já se estende por fronteiras mais amplas, fazendo convergir para Teresina uma população flutuante oriunda de Estados vizinhos, que a visita periodicamente em busca de aquisição de bens e serviços. Dentre esses últimos despontam os serviços médico-hospitalares, demandados por parcela de habitantes dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

Abreu (2011) ressalta que, à medida que Teresina se articula com outros espaços, a cidade tende a crescer em escala tanto espacial quanto populacional. Assim, verifica-se que sua economia baseada, sobretudo, no setor terciário, e que se torna hegemônica a partir dos anos de 1960, gerou alterações significativas no espaço urbano desta cidade.

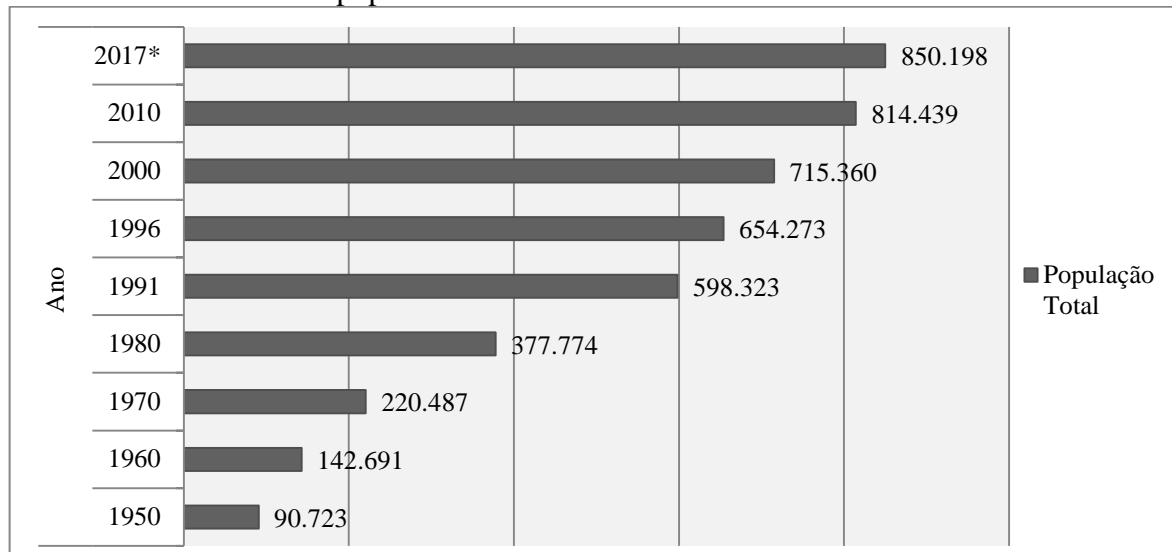
Destarte, o espaço urbano passa por significativas redefinições como é o caso, por exemplo, da zona Sul, que neste período já com nítidos sinais de crescimento, decorrentes da própria condição geográfica, se expandirá com a construção da BR 316 e com a instalação de atividades diversificadas de comércios e serviços, além do volume de investimentos públicos realizados, como a implementação de rede de abastecimento de água, de energia elétrica, abertura de vias, entre outros investimentos (LIMA, 2010b).

Além dos fatores acima destacados, outro marco do crescimento desta zona na cidade foi a construção, em 1967, do primeiro grande empreendimento habitacional em Teresina, o Conjunto Parque Piauí (2.294 unidades residenciais). Construído, à época, fora do perímetro urbano, favoreceu, principalmente, os donos de terras, fomentando, assim, a especulação imobiliária. Além deste investimento, as instalações do Distrito Industrial e da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (COHEBE) também contribuíram, definitivamente, para a consolidação desta zona como principal vetor de crescimento da cidade (LIMA, 2010b).

Nessa dinâmica, Teresina e outras capitais do Nordeste se inscrevem nos cenários regional e nacional como cidades que crescem movidas pelo setor de serviços (LIMA, 2010b). Neste contexto, é válido ressaltar que as políticas públicas implementadas no âmbito urbano, a partir da década de 1950, em conjunto com outros fatores já explicitados, contribuíram de forma significativa para um maior incremento populacional em Teresina (Gráfico 2).

Ao analisar o Gráfico 2, verifica-se que Teresina sai de um número pouco relevante (na condição de capital) de habitantes, de 90.723, em 1950, atingindo, em 2010, o número de 814.439 habitantes, dados que demonstram que houve um crescimento populacional significativo em seis décadas, e para o ano de 2017 a população é de 850.198 habitantes.

Gráfico 2 – Crescimento populacional de Teresina – 1950/2017.



Fonte: Lima (2010a); IBGE (2010); Estimativa populacional (IBGE, 2017). Organização: Vieira (2016).
*População estimada para 2017.

Verifica-se, a partir da análise do Gráfico 2 que, na década de 1950, Teresina possuía uma população de 90.723 habitantes. Já na década de 1960, a população urbana dobrou em relação à população rural, pois cerca de 98.326 habitantes viviam na cidade, enquanto que 44.362 ainda permaneciam na zona rural. Na década de 1970, o percentual de 82,11% dos habitantes de Teresina viviam na zona urbana (LIMA, 2010b). Vale lembrar que este rápido crescimento populacional contribuiu de forma expressiva com o crescente déficit habitacional, evento este que não se confirmou apenas em Teresina, mas em outras cidades brasileiras.

Na década de 1980, Teresina contava com uma população de 337.174 habitantes. Desse total, 339.042 residiam na zona urbana e 38.732 viviam na zona rural. Enquanto que a imensa maioria, 89,75%, habitava a zona urbana (LIMA, 2010b). Esses indicadores, associados a outros fatores que a cidade passa a incorporar, demarcam o processo de urbanização de Teresina, tendo como consequência um crescimento populacional superior à capacidade de absorção de suas demandas.

Já a década de 1990 apresenta baixo percentual da população rural comparada à urbana. Ao fazer uma comparação entre as décadas de 1950 e 2010, tendo por base (LIMA, 2010b), verifica-se que há uma queda de 37,6% da população da zona rural, ou seja, dos 43,33% que em 1950 viviam no campo, em 2010 apenas 5,73% destas pessoas, ainda permaneceram nestes locais, fato que demonstra que os demais têm migrado ao longo de seis décadas.

Diante do exposto, sabe-se que o intenso crescimento populacional urbano verificado no Brasil, aliado a outros fatores, tem provocado grandes mudanças territoriais no país,

sobretudo relacionados à moradia. Segundo Viana (2013, p, 79), a década de 1990 “[...] passa a ser caracterizada pela crise no setor habitacional, em virtude da redução das políticas habitacionais [...], inibindo a produção de habitações voltadas para a população de baixa renda”. De fato, no Piauí, houve uma redução significativa na produção de moradia. Assim, a Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), principal agente estadual, à época, responsável pela produção de moradias no estado, diminuiu significativamente suas atividades, consequência da referida crise do setor habitacional.

De acordo com Lima (2010b), a partir da década de 1990, inicia-se um processo contínuo de queda da taxa do crescimento demográfico, fato que se configura no âmbito estadual, regional e nacional. Nesta década, Teresina teve um acentuado declínio no aumento da população. A mesma autora destaca que a taxa média de crescimento anual da população de Teresina, comparando os anos de 1991 e 2007, reduz de 4,28%, para 1,30%, respectivamente. Frente a este cenário, verifica-se que as formas de apropriação do espaço urbano teresinense ganham maior complexidade.

Deste modo, Lima (2010b, p.58) destaca que “[...] as transformações macroestrutural e a política de integração nacional imprimiram-lhe facetas importantes, especialmente no que concerne à dinâmica da economia e o desenho urbano [...]”. Em razão da nova configuração que adquirira, dado os investimentos públicos federais e estaduais, o processo de expansão urbana, junto ao crescimento da cidade, dá-se conjuntamente ao crescimento do setor de serviços e aumento do fluxo migratório.

De fato, as intervenções de caráter público contribuíram, sobretudo, para o crescimento da capital. A implantação do programa nacional de construção de estradas possibilitou a Teresina, a partir da década de 1960, tomar um grande impulso de crescimento. A economia que até este período tinha por base o setor terciário, a partir dos anos de 1960, sofre algumas alterações no âmbito urbano, como mencionado anteriormente.

Quanto à expansão territorial da cidade, nesta mesma década, destaca-se na zona Sul, além do que já foi mencionado, a construção de duas avenidas, que contribuíram significativamente para a dinamização do espaço urbano, sendo, a Avenida Barão de Gurgueia (a princípio, limitava-se ao bairro vermelha) e a Avenida Miguel Rosa, que liga o centro da capital à BR-316 (LIMA, 2010a). É importante frisar que estas duas avenidas ainda continuam a exercer a função de “grandes corredores” de expansão do comércio e serviços dinamizando, neste período, assim como, atualmente, a zona Sul de Teresina como um dos principais vetores de crescimento, como já destacado.

Façanha (1998, p. 64) destaca que a abertura destas duas avenidas tem possibilitado a expansão de várias atividades de comércio e serviços em seu entorno. Para o mesmo autor, o crescimento das atividades do setor secundário “[...] foi fundamental para a ocupação da zona Sul, principalmente com a instalação do Distrito Industrial, nos fins dos anos 60, estimulando a concentração de novas atividades industriais [...]”.

Além disso, Braz (2004) faz referência a outros fatores como, as condições físicas do terreno, da referida zona, sendo favoráveis para construção de moradia; a construção da rodovia federal BR-316; e a implantação da estação de energia elétrica da COHEBE, posteriormente incorporada à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), dentre os principais aspectos que impulsionaram o crescimento da zona Sul da cidade.

Quanto ao vetor de crescimento da zona Leste de Teresina, destaca-se que, ainda na década de 1950, houve a construção da ponte Presidente Juscelino Kubistchek (antiga Ponte dos Noivos) e a construção da Avenida João XXIII. Essas transformações estruturais possibilitaram a expansão da cidade e, por conseguinte, o surgimento de bairros como o Jóquei, Fátima e São Cristóvão, entre outros. Convém ressaltar que, gradativamente, essa zona da cidade passou a ser bastante valorizada, principalmente com a edificação de mansões e prédios de alto padrão, de acordo com o mercado imobiliário vigente (FERRAZ, 2007).

Além destes benefícios, Abreu (2011) revela que a construção da ponte Presidente Juscelino Kubistchek contribuiu também para melhorar as comunicações com o Norte do Estado através da abertura e asfaltamento de estradas que ligavam Teresina aos municípios nesta direção. De acordo com dados da SEMPLAN, para o ano de 2016, a zona Leste conta com um aglomerado de 29 (vinte e nove) bairros, o que representa um percentual de 23,6% do total de bairros da cidade, e que a população residente é de cerca 167.443 pessoas, dado que corresponde a 21% da população urbana de Teresina (TERESINA, 2016b).

Já a zona Norte (local onde se iniciou o núcleo urbano da cidade), concentra-se várias lagoas e uma extensa área sujeita a alagamentos. Braz (2004) destaca que a constituição geográfica não era muito favorável à expansão urbana, em virtude da confluência dos rios Parnaíba e Poti. De acordo com Lima (2010a, p. 45-46), nesta zona da cidade, “[...] o processo de ocupação ocorreu pelo preenchimento dos espaços vazios, predominantemente em terrenos foreiros da municipalidade, loteados a partir da década de 1970 [...]”. A mesma autora revela que, à época, a zona Norte configurava-se como a mais carente da cidade, situação agravada, sobretudo, nos períodos chuvosos, com as enchentes dos dois rios que margeiam a cidade. Segundo Abreu (2011), sua expansão ocorre a partir da construção da

ponte Mariano Castelo Branco (década de 1990), que liga o bairro Poti Velho às propriedades rurais situadas a margem direita do rio Poti.

De acordo com Teresina (2016), atualmente, (refere-se à data da pesquisa), a região Centro/Norte de Teresina é formada por 40 (quarenta) bairros o que representa 32,5% do total de bairros da cidade. A população residente é da ordem de 228.906 pessoas, representando, assim, 29,8% da população urbana. Quanto à zona Sudeste, esta é formada por um total de 19 (dezenove) bairros, ou seja, representa 15,4% do total e possui um agrupamento de pessoas residente, na ordem de 134.119, representando cerca de 17,5% da população urbana da cidade. Já zona Sul da cidade, que será discutida com mais detalhe ainda nesta seção, é composta por 35 bairros, o que representa 28,5% do total de bairros da cidade, com uma população de 237.059, representando 30,9%, do total geral (TERESINA, 2016).

Diante desta explanação, verifica-se que Teresina, ao longo de sua constituição enquanto cidade, muito tem se modificado e que a dinâmica urbana da mesma se transforma sob vários aspectos, sendo um destes a questão habitacional, e, de modo específico, a expansão da moradia popular, que muito tem contribuído para transformação e modificação da estrutura urbana desta cidade, assunto este que será discutido na próxima subseção.

2.2 Produção da moradia popular em Teresina

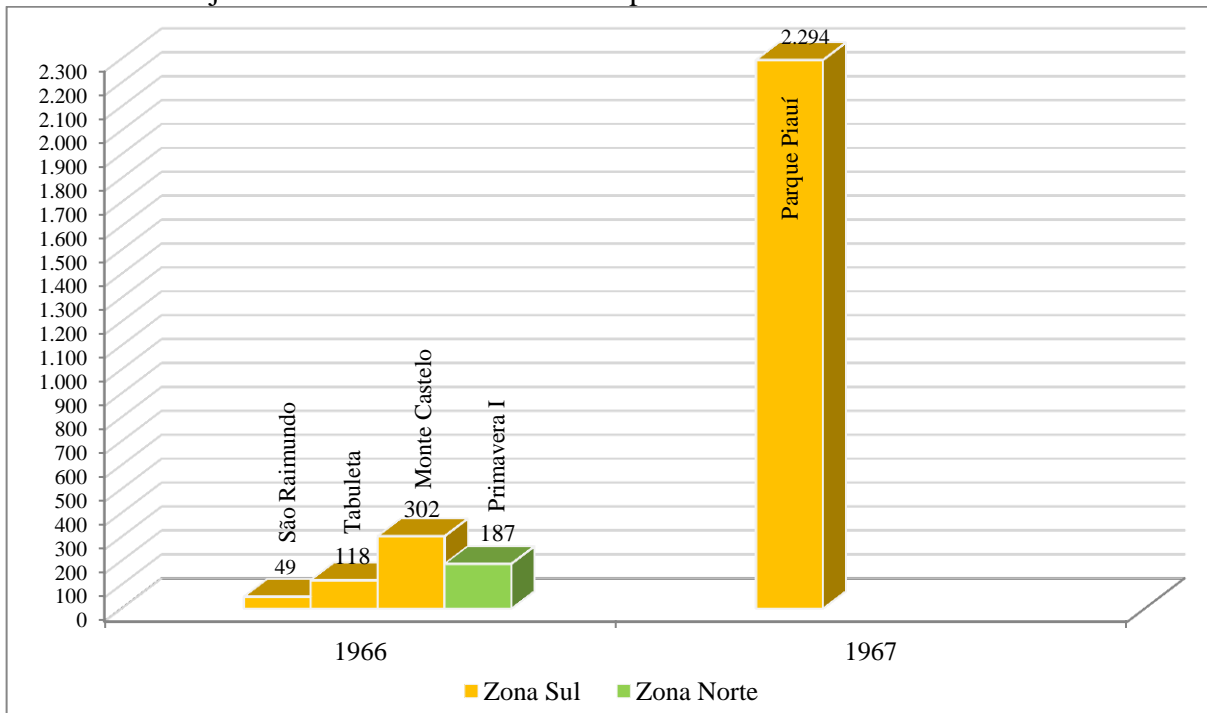
O crescimento urbano que se intensifica a partir da década de 1970 nas cidades brasileiras, aliado à ineficiência de políticas e gestão pública relacionada à utilização do solo urbano e de outros fatores, tem provocado mudanças territoriais, sociais e econômicas no Brasil que diretamente estão relacionadas com a desigualdade social e com um crescente déficit habitacional. Em Teresina este processo passa a se intensificar a partir da década de 1960 com a implementação de conjuntos habitacionais e a prática de ocupações de terra que se intensifica na cidade a partir de 1985 (VIANA, 1999).

Até a década de 1950, Teresina apresentou um gradativo crescimento populacional. Porém, as transformações econômicas e estruturais que ocorreram nos anos posteriores na cidade contribuíram sobremodo com o seu processo de expansão urbana. Até meados da década de 1980, as ações referentes ao setor habitacional tiveram grande desempenho (em todo o país) no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). Essas ações foram executadas por agências estaduais ou municipais. Quanto ao Estado do Piauí, a COHAB/PI foi um dos principais agentes públicos responsáveis pela construção de conjuntos habitacionais (LIMA, 2010b).

De acordo com Façanha (2003, p. 2), na década 1960, “o Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal, foi um forte indutor da dinâmica urbana [...]” em Teresina. Nesse período, iniciativas para “frear” o déficit habitacional já era uma realidade em âmbito nacional. Quanto às relacionadas ao governo federal, sobressai-se a criação do BNH, em 1964, que priorizava a habitação de cunho popular.

Em Teresina, esta política é posta em prática a partir de 1966 quando se inicia a construção dos conjuntos habitacionais. Crisanto (2002) destaca que a expansão urbana de Teresina foi marcada pela construção desses conjuntos e que a expansão da zona Sul intensifica-se a partir da produção dos mesmos. Nessa década, foram construídos pela COHAB/PI, através de proventos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cinco conjuntos habitacionais (Gráfico 3) sendo que quatro localizam-se na zona Sul da cidade, sendo Tabuleta (118 unidades), São Raimundo (49), Monte Castelo (302), Parque Piauí (2.294), e apenas um localiza na zona Norte da capital, Primavera I (187).

Gráfico 3 – Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI em Teresina – década/1960.



Fonte: COHAB-PI. Lima (2010a). Crisanto (2002). Organização: Vieira (2016).

Dentre a construção destes cinco conjuntos habitacionais que totalizam 2.950 unidades, destacam-se o Parque Piauí que apresentara o maior número de unidades. O mesmo foi construído distante (cerca de 7 km) do centro da cidade, o que para a época configurava-se como uma das muitas dificuldades enfrentadas pelos moradores, como consta em um dos

relatos de um dos entrevistados para esta pesquisa: “[...] era bem distante mesmo, quem podia comprar uma bicicleta ia de bicicleta e quem não podia ia mesmo era de pé [...]”.

Lima (2010a, p. 35) ressalta que, em virtude deste distanciamento, essa construção possibilitou a existência de grandes “espaços vazios” entre o conjunto e a área central de Teresina, “[...] cujo desenho foi-se compondo de áreas densamente habitadas [...] e de vastas propriedades ociosas, beneficiadas com a extensão de redes de serviços até o Conjunto”.

Segundo Crisanto (2002), em virtude da ausência, à época, de políticas de uso e ocupação do solo urbano, os espaços vazios em torno do Parque Piauí foram progressivamente ocupados, em geral por população migrante, fato que ensejaram conflitos e contradições sociais consequente desse processo migratório.

Rodrigues Neto (2005) destaca que os vazios urbanos “formados” em função desse tipo de construção foram ocupados, em sua maioria, pela população migrante que se somava aos habitantes da cidade. Ressalta-se, portanto, que a implantação da grande maioria dos conjuntos habitacionais, construídos neste período, concentrava-se distanciados dos espaços de adensamento populacional e de serviços urbanos de uso coletivo, culminando, assim, em áreas ociosas entre os espaços mais desenvolvidos da cidade e essas construções, fato que contribuiu para a expansão do processo de periferização⁵ e aumento dos conflitos por terra, que se manifestaram sob forma de ocupações irregulares em Teresina.

A partir da análise do Gráfico 4, verifica-se que, à época, na zona Sul, concentrava-se a maioria dos conjuntos habitacionais, fato que prevalece nos dias atuais referente à construção dos residenciais do PMCMV. De acordo com Lima (2010a, p. 35), a expansão de Teresina no sentido sul da cidade deve-se aos investimentos realizados nas décadas de 1950 e 1960 que “[...] beneficiaram e supervalorizaram grandes propriedades dessa região, ampliando-se, desse modo, os mecanismos de especulação imobiliária”.

Crisanto (2002, p. 48) destaca que o governo federal criou, a partir de 1964, “[...] vários instrumentos de intervenção nas cidades brasileiras”. Em Teresina, diante da conjuntura em que a cidade se encontrava, houve a necessidade da elaboração de estudos e planos de ordenação da cidade. Desta forma, em 1969 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), plano pioneiro para o planejamento da cidade. Nessa época, a configuração espacial da cidade constituía-se de quatro zonas administrativas:

⁵ De acordo com Lima (2010a, p. 37), “entende-se por periferização o processo caracterizado pela expulsão de populações pobres de áreas centrais dos bairros que, em face do encarecimento da terra e de retenção de grandes espaços vazios visando à valorização imobiliária, são empurradas para fora da malha urbana, abrindo frentes de expansão [...]”.

Norte, Centro, Leste e Sul. No mesmo período, a cidade contava apenas com 22 bairros, distribuídos, em sua maioria, nas zonas Centro, Norte e Sul, e, de modo reduzido, contava com alguns outros bairros na Zona Leste (FAÇANHA, 1998).

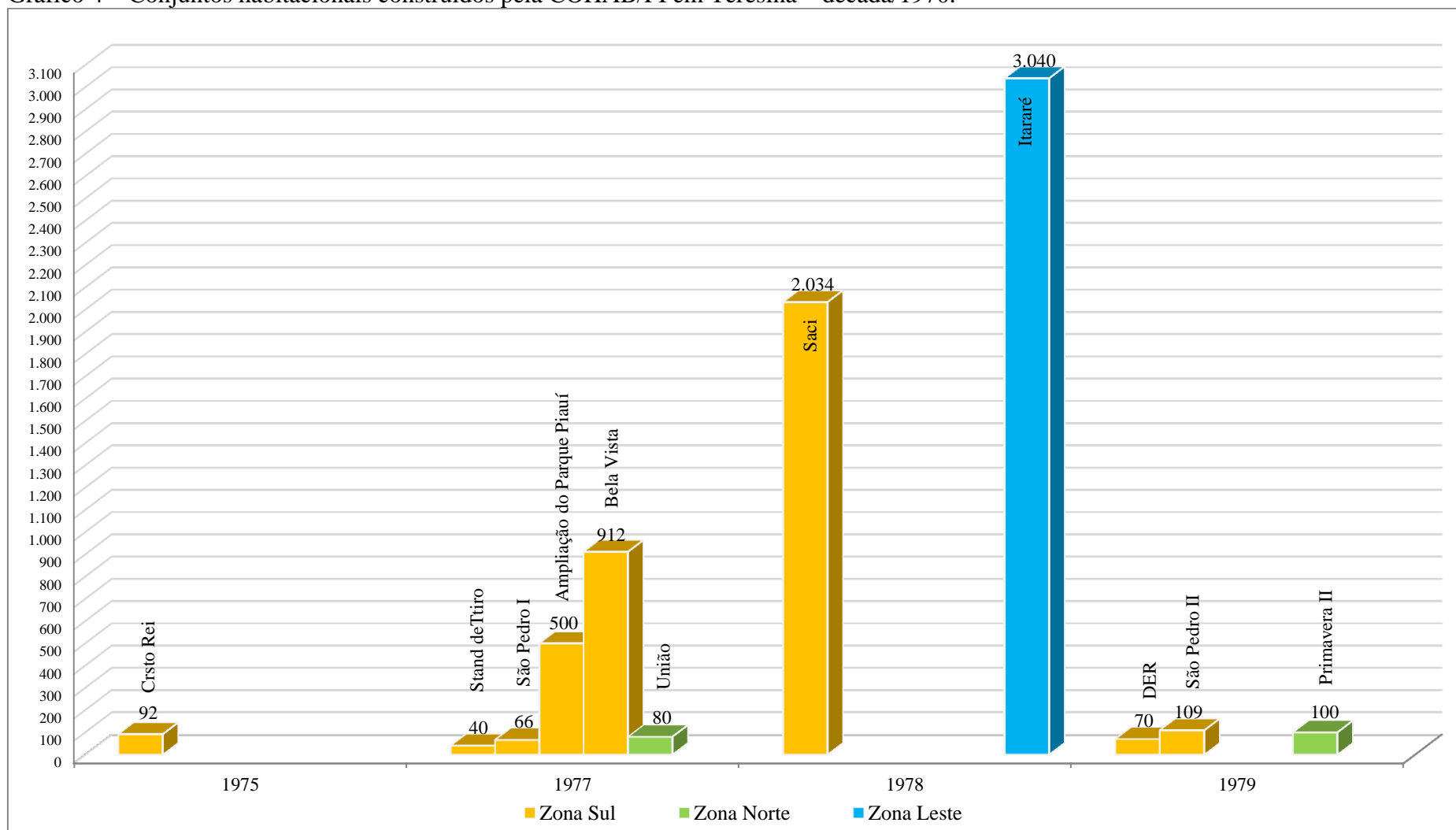
Consoante ao exposto, a década de 1970 foi marcada pelo espraiamento de conjuntos habitacionais em três zonas da cidade (Norte, Sul e Leste), reflexo do revigoramento das Companhias de Habitação (COHABs) em todo o país, através de novos financiamentos para a casa própria (FAÇANHA, 1998).

Crisanto (2002) revela, ainda, que nessa década a principal área de expansão da cidade continuou sendo a zona Sul e a construção de grandes conjuntos habitacionais, assim como outras intervenções públicas foram marcantes nesta zona da cidade. Ao todo, foram construídas, nessa década, 7.043 unidades habitacionais em zonas diferentes da cidade, distribuídas em onze conjuntos habitacionais (Gráfico 4), sendo os mais expressivos, em número de unidades, o Bela Vista I (912), o Saci (2.034), ambos na zona sul, e o Conjunto Itararé (atual Dirceu Arcoverde) com 3.040 unidades habitacionais (VIANA, 2013).

Ainda sobre a análise do Gráfico 4, verifica-se que, entre os anos de 1975 a 1977, a zona Sul foi contemplada com cinco conjuntos habitacionais (Cristo Rei, São Pedro I, Stand de Tiro, Ampliação do Parque Piauí e Bela Vista I) do total de seis construídos neste período, com exceção do conjunto União construído na zona norte. No ano seguinte foi construído o conjunto Saci na zona Sul e o Itararé na zona Leste, atual zona Sudeste. Em 1969 tem-se a construção na zona Sul de mais dois conjuntos (DER e São Pedro II) e, na zona Norte, do conjunto Primavera II.

Entre os anos de 1970 e 1975, a cidade continuava a receber investimentos e ações de política de habitação, dos governos federal e estadual, de grande impacto na cidade. Convém ressaltar que a questão urbana reduzia-se basicamente a política habitacional implementada pelo governo federal. Quanto ao poder público municipal, sua atuação se limitava a ações fragmentárias, uma vez que suas intervenções priorizavam a estruturação da malha viária, projetos de assistência social e de serviços de uso coletivos como, escola, posto de saúde, praças, dentre outros (LIMA, 2010a).

Gráfico 4 – Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI em Teresina – década/1970.



Fonte: COHAB-PI; Lima (2010a). Crisanto (2002). Organização: Vieira (2016).

*Até 1988 Teresina era dividida em quatro zonas (Centro, Norte, Sul e Leste). A partir do II Plano Estrutural de Teresina (II PET) de agosto de 1988 é que foram demarcadas as cinco zonas (Centro, Norte, Sul, Sudeste e Leste) administrativas da cidade.

Façanha (1998) revela que, a partir da década de 1970, as contradições sociais adquirem elevadas proporções na cidade de Teresina, e que, entre os anos de 1970 e 1975, a cidade caracteriza-se pela presença dos governos federal e estadual. O governo municipal, a partir de 1975, passa a investir de maneira mais incisiva no cenário urbano, fato que culminou na elaboração, em 1977, do I Plano Estrutural de Teresina (I PET). Esse foi elaborado pelo Instituto de Planejamento e Administração Municipal (IPAM), em convênio com a Universidade de Brasília (UNB), e regulamentado pela Lei Nº 1.591, de 31.08.1978. Esse plano tinha como propósito “orientar” do uso do solo urbano (FAÇANHA, 1998).

Deste modo, com o processo migratório ainda intenso nas décadas de 1970 e 1980, e mesmo com a construção de vários conjuntos habitacionais, como já destacado, somando na primeira metade da década de 1980 o total de 18.243 unidades habitacionais, ainda assim, Lima (2010a, p.50) revela que o “[...] déficit habitacional, em 1987, nos segmentos da população de baixa renda, estava estimado em 27.000 unidades”. Verifica-se, portanto, que a oferta de moradia não supria a demanda da população, fato que contribuiu para o aumento dos conflitos sociais, principalmente, os relacionados à moradia popular.

Deste modo, Rodrigues Neto (2005, p. 23) reforça a ideia de que, apesar da realização “[...] de grandes investimentos em programas habitacionais e da elaboração de Planos e Leis para o disciplinamento do uso e ocupação do solo urbano [...]”, o rápido crescimento demográfico de Teresina, em conjunto com a ausência de moradia para uma parcela significativa da população, desencadeou uma série de reivindicações na cidade. O mesmo autor ressalta que, como consequência desse agravamento, acirram-se os conflitos, ensejando o aparecimento de movimentos sociais e entidades organizativas que reivindicavam por melhores condições de vida. Convém ressaltar Lima (2010a, p. 74) ao revelar que

Teresina, até meados dos anos de 1970, não se configurava como uma cidade com grandes e numerosas favelas, posto que ainda não se evidenciara o processo de favelamento propriamente dito, o qual somente adquiria visibilidade em fins da década ampliando-se nos anos subsequentes. Contudo, o fenômeno já se fazia presente, embora circunscrito a pequenos e reduzidos núcleos.

Segundo Façanha (1998, p. 113), a década de 1980, “no âmbito das ações do governo federal, foi marcada por uma crise econômica do modelo desenvolvimentista brasileiro, afetando seriamente as políticas sociais iniciadas nos anos anteriores”. Na verdade, nessa década o espaço urbano teresinense passou por grandes transformações, tanto em consequência do acelerado processo de urbanização, como da crise econômica brasileira, que, de acordo com Lima (2010b), esses episódios incidiram fortemente sobre as condições de

vida da população de baixa renda, em que os efeitos mais concretos foram à expansão das ocupações irregulares que já se espraiavam em grande parte do tecido urbano, e não mais apenas nas periferias da cidade.

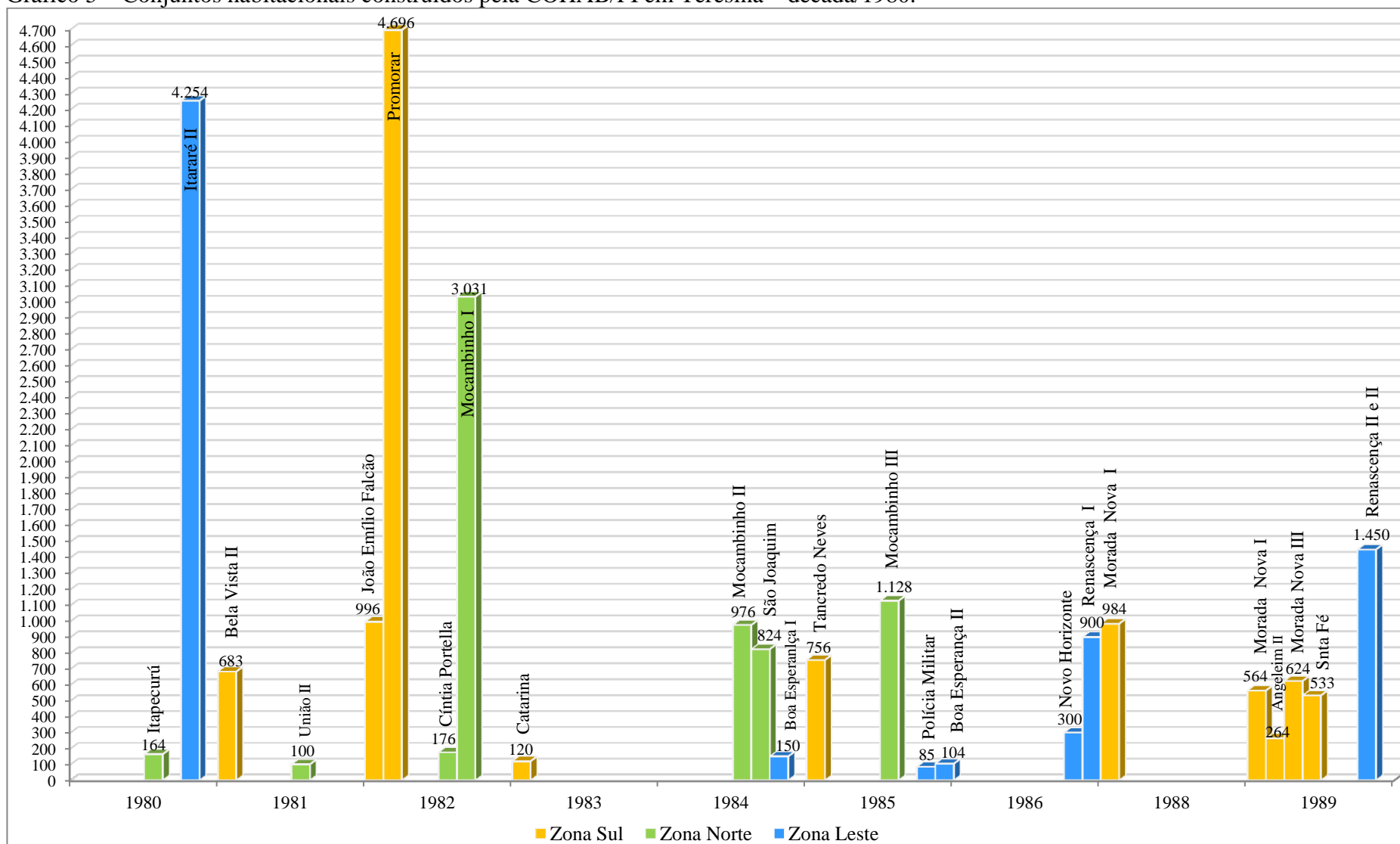
Deste modo, o quadro se agravou ainda mais com o fechamento do BNH (1986), fato que atingiu diretamente as atividades realizadas pela COHAB/PI. Porém, entre 1980 e 1985, foram construídos dezesseis conjuntos habitacionais totalizando 18.243 unidades habitacionais. Já entre os anos de 1986 e 1989, anos posteriores ao fechamento do BNH, a atuação da COHAB/PI foi limitada, sendo construídas, neste período, apenas 5.619 unidades habitacionais. Este momento sinaliza para diminuição dos grandes investimentos federais em conjuntos habitacionais em Teresina.

Ao final da década de 1980, ao todo, foram construídos 24 conjuntos habitacionais (Gráfico 5), com cerca de 23.862 unidades habitacionais. O expressivo número de unidades habitacionais construídas entre as décadas de 1970 e 1980 mostraram o quão importante foram as construções dos conjuntos habitacionais no processo de produção do espaço urbano e modificação da paisagem urbana de Teresina, fato que contribuiu sobremaneira para a expansão da mesma (FAÇANHA, 1998).

Alguns desses conjuntos se destacam em comparação com os demais, em relação ao número de unidades, como a construção na zona Leste do Itararé II (4.254) e do Renascença II e III (1.450). A partir da análise do Gráfico 5, verifica-se que, na zona Norte, se destaca o Mocambinho I (3.031) e Mocambinho III (1.128). Além destes, ganha evidência a construção do Promorar (4.696) e do Morada Nova I (984), ambos localizados na zona Sul da cidade. Verifica-se, ainda, que a zona Sul foi contemplada com a construção de dez conjuntos habitacionais, a zona Leste com sete e a zona Norte, também, com sete conjuntos habitacionais.

Vale ressaltar que, com a implementação do II Plano Estrutural de Teresina (II PET), o município se segmentou em áreas de expansão urbana e rural e recebeu um novo perímetro urbano. A partir de então, a cidade passou a contar com 108 bairros e com cinco zonas administrativas, em razão da criação da zona Sudeste que foi desmembrada da zona Leste. Tal configuração se manteve inalterada até a década de 1990, quando ocorreu uma nova redefinição do perímetro urbano da cidade, através da Lei 2.109, de 3 de fevereiro de 1992 (LIMA, 2010b).

Gráfico 5 – Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI em Teresina – década/1980.



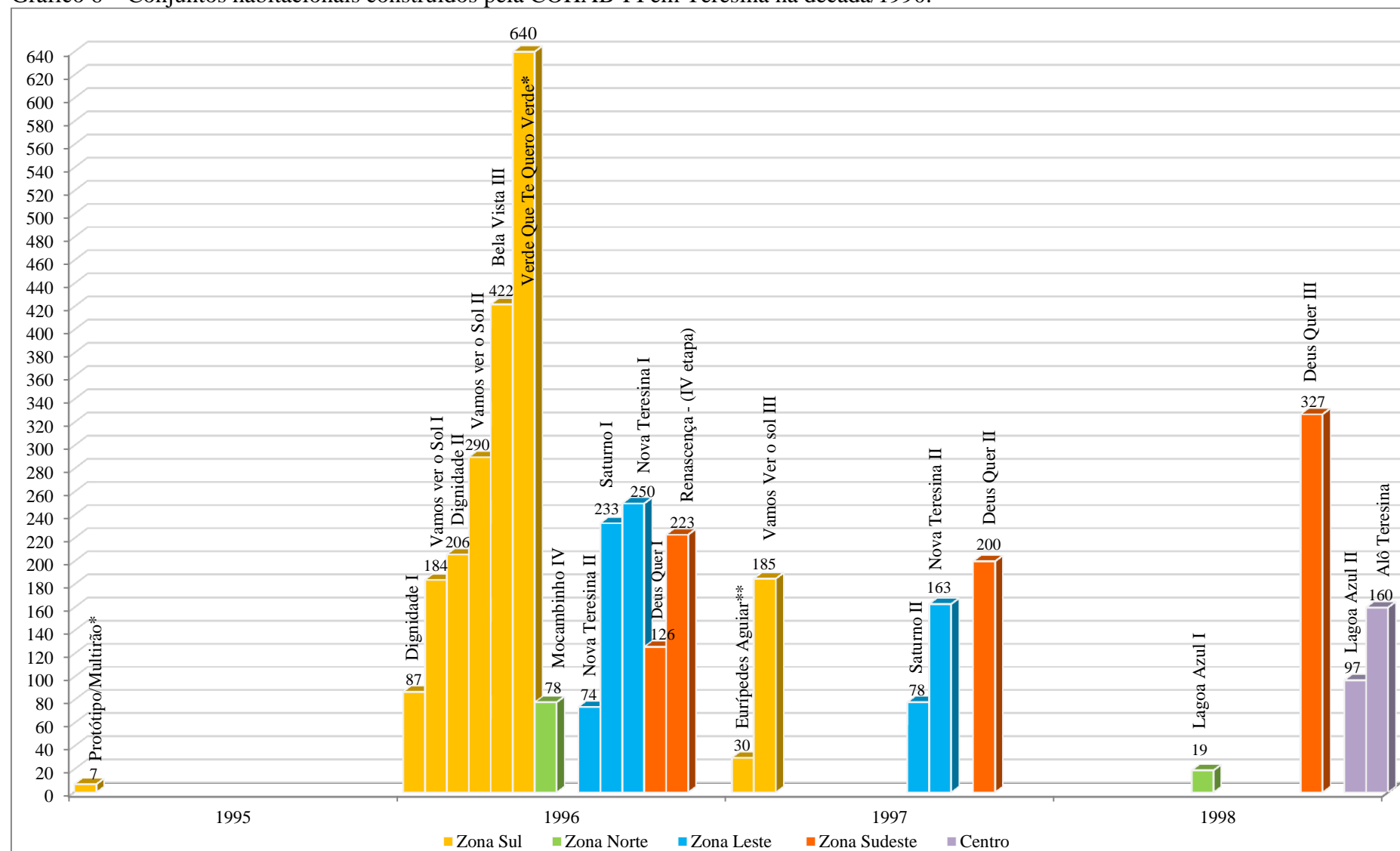
Fonte: COHAB-PI. Lima (2010a). Crisanto (2002). Organização: Vieira (2016).

No início da década de 1980, a “fisionomia” da cidade alterou-se consideravelmente em virtude do processo de verticalização, principalmente nos bairros Cabral, Frei Serafim e Ilhotas. Para Façanha (1998), a “marca” que caracteriza esses bairros é o aparecimento de edifícios de luxo. O mesmo autor revela que o maior incremento populacional teresinense ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. Porém, verifica-se que este crescimento urbano não veio acompanhado de políticas públicas consistentes e de planejamento urbano adequado, aliado a uma gestão eficiente, fato que contribuiu para o crescimento “desordenado” da cidade e a precariedade da implementação da grande parte dos serviços públicos.

A década de 1990 caracteriza-se pela redução de políticas habitacionais voltadas para atender a população de baixa renda. Mesmo sendo construídos vinte e um conjuntos habitacionais e um “protótipo” (07 unidades), ressalta-se que, a maior parte de tais conjuntos possuíam poucas unidades (Gráfico 6). A zona Sul apresentou o maior número de conjuntos construídos neste período. Já na zona Norte e no Centro, foram construídos, em cada, apenas dois empreendimentos habitacionais. Convém ressaltar que, depois da extinção do BNH (1986) e durante alguns anos após sua extinção, o setor de habitação permaneceu estagnado. Foi somente a partir de 1995, através de financiamentos diversificados com recursos do Instituto de Assistência e Previdência Privada do Estado do Piauí (IAPEP) ou do Governo Federal (Programa Habitar Brasil), é que novamente se retorna o processo de construção de conjuntos habitacionais (TERESINA, 2002). Pontes *et al.* (2010, p. 91) desta que “a COHAB/PI foi criada juntamente com outras COHABs do Brasil com a finalidade de ser o agente financeiro e promotor do Sistema Financeiro de Habitação-SFH”.

Em Teresina, a oferta pública de habitação, a nível estadual, segundo informações de Pontes *et al.* (2010), divide-se em: produção realizada pela COHAB/PI entre 1963 e 2007; pela ADH, a partir de 2007; produção por outros órgãos estaduais e federais, a exemplo dos Programas de Subsídios à Habitação de Interesse Social (PSH), e do FGTS. Quanto à espacialização dos empreendimentos habitacionais em discussão, a Figura 5 mostra a distribuição desses no tecido urbano da cidade, ao longo de quatro décadas, mas, especificamente, entre os anos de 1960 a 1999. Nesse período, o Estado, em parceria com o governo federal, construíram em Teresina 61 conjuntos habitacionais, acrescido de 7 unidades habitacionais (protótipo) construídas em regime de mutirão no conjunto Parque Piauí, para fins de teste. Vale ressaltar que o conjunto habitacional Eurípedes Aguiar construído em 1997 com 30 unidades habitacionais, atualmente localiza-se no município de Nazária, à época, integrava o município de Teresina.

Gráfico 6 – Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI em Teresina na década/1990.



Fonte: COHAB-PI. Lima (2010a). Crisanto (2002). Organização: Vieira (2016).

A análise da Figura 5 permite ainda identificar que a lógica de construção desses conjuntos habitacionais, se comparado com a prática exercida, atualmente, pelo PMCMV, não se diferem em muitos aspectos, tendo em vista que seguem a lógica de construir em locais afastados que, em geral, são desprovidos de infraestrutura urbana. Sobre esta discussão, Volochko (2015, p. 109) destaca que a habitação popular tem sido marcada

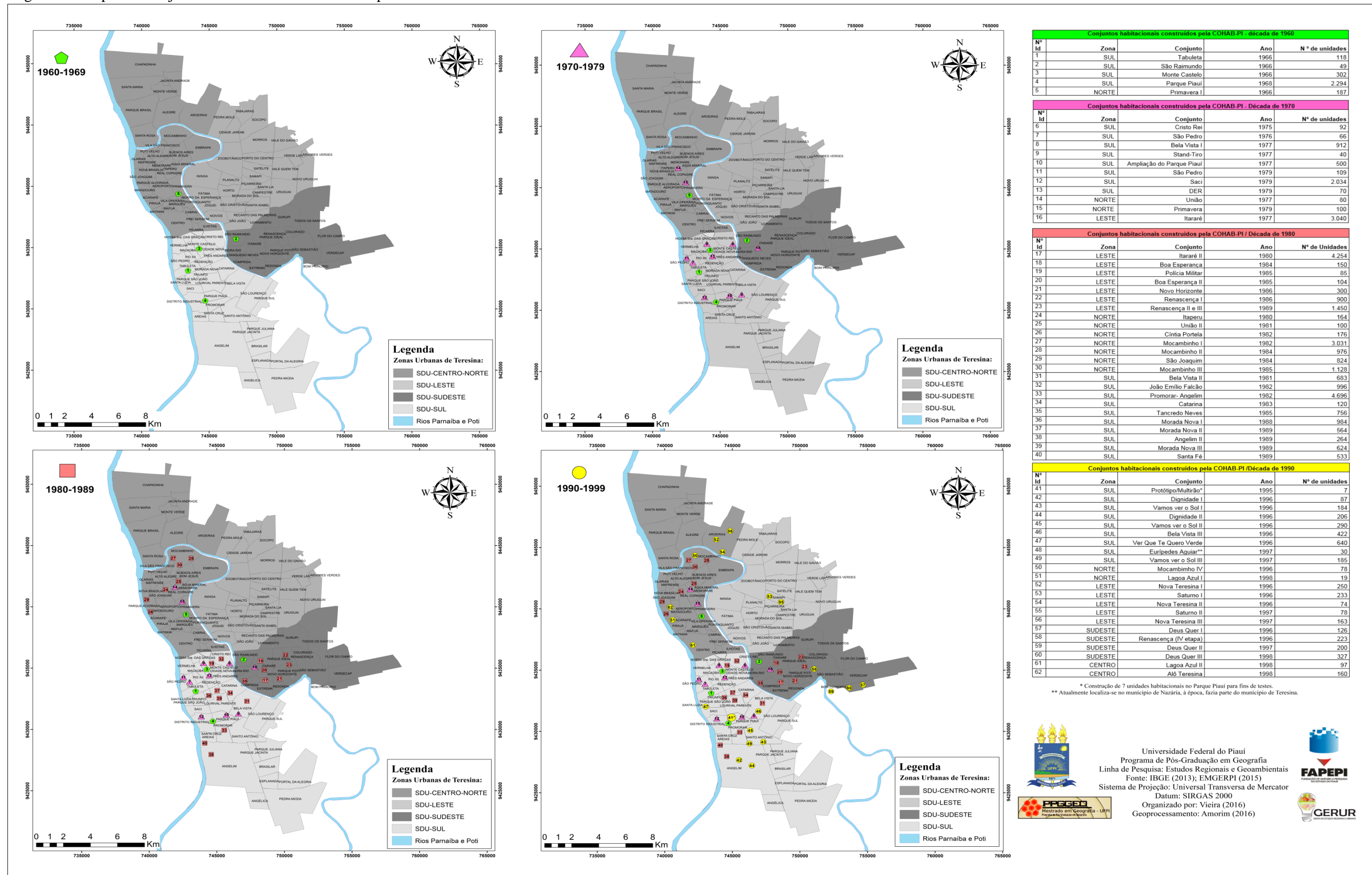
[...] por conjuntos massificados (horizontalizados ou verticalizados) de moradia com reduzida metragem, ocupado geralmente terrenos distantes, com pouquíssima infraestrutura e equipamentos urbanos no entorno imediato. Problemas construtivos são bastante comuns nessas unidades habitacionais, devido à velocidade de construção e à baixa qualidade de materiais empregados nas casas e apartamentos, que são reveladores da lógica que rege esse tipo de negócio [...].

Volochko (2015, p. 108) destaca ainda que, dentre vários autores que discutem esta questão, alguns como Damiani (1993) e Rodrigues (2003) analisam que a produção da moradia, para o período destacado na Figura 5, “[...] significava um controle sobre as periferias, evidenciando o caráter de tutela das classes trabalhadoras por parte do Estado [...]”, no contexto político repressivo da época. O mesmo autor ressalta, ainda, que esta sistemática ação de produção habitacional dá-se “paralelamente ao processo de produção das periferias, sobretudo, através da difusão da autoconstrução da casa própria em loteamentos irregulares e regulares [...]”.

Embora alguns dos conjuntos habitacionais (Figura 5) estejam localizados em áreas que atualmente apresente considerável infraestrutura, no início, quando construídos, esta era uma realidade distante, visto que a prática de construções de moradia popular no Brasil sempre priorizou as áreas mais afastadas das regiões centrais das cidades, sobretudo, como destaca Volochko (2015, p. 109), “[...] residenciais em espaços pouco valorizados localizados em sua maioria em bairros periféricos autoconstruídos, que contavam (e em parte ainda contam) com terrenos incorporáveis à nova construção”.

Nos anos 2000, a expansão urbana de Teresina foi reflexo da atuação do setor privado e do público com a atuação expressiva da ADH, criada através da Lei nº 5.644, de 12 de abril de 2007. Nesse período destaca-se o conjunto residencial Jacinta Andrade localizado no bairro Santa Maria Codipi, zona Norte da cidade. Composto por 4.300 unidades habitacionais, o mesmo foi construído com recursos do Programa Pró-Moradia, do governo federal, vinculado ao FGTS (PIAUI, 2012).

Figura 5 – Mapa dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PI - 1966 a 1998.



Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI - década de 1960				
Nº Id	Zona	Conjunto	Ano	Nº de unidades
1	SUL	Tabuleta	1966	118
2	SUL	São Raimundo	1966	49
3	SUL	Monte Castelo	1966	302
4	SUL	Parque Piauí	1968	2.294
5	NORTE	Primavera I	1966	187

Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI - Década de 1970				
Nº Id	Zona	Conjunto	Ano	Nº de unidades
6	SUL	Cristo Rei	1975	92
7	SUL	São Pedro	1976	66
8	SUL	Bela Vista I	1977	912
9	SUL	Stand-Tiro	1977	40
10	SUL	Ampliação do Parque Piauí	1977	500
11	SUL	São Pedro	1979	109
12	SUL	Saci	1979	2.034
13	SUL	DER	1979	70
14	NORTE	União	1977	80
15	NORTE	Primavera	1979	100
16	LESTE	Itararé	1977	3.040

Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI /Década de 1980				
Nº	Zona	Conjunto	Ano	Nº de Unidades
17	LESTE	Itararé II	1980	4.254
18	LESTE	Boa Esperança	1984	150
19	LESTE	Polícia Militar	1985	85
20	LESTE	Boa Esperança II	1985	104
21	LESTE	Novo Horizonte	1986	300
22	LESTE	Renascença I	1986	900
23	LESTE	Renascença II e III	1989	1.450
24	NORTE	Itaperu	1980	164
25	NORTE	União II	1981	100
26	NORTE	Cintia Portela	1982	176
27	NORTE	Mocaminho I	1982	3.031
28	NORTE	Mocaminho II	1984	976
29	NORTE	São Joaquim	1984	824
30	NORTE	Mocaminho III	1985	1.128
31	SUL	Bela Vista II	1981	683
32	SUL	João Emilio Faício	1982	996
33	SUL	Promorar- Angelim	1982	4.696
34	SUL	Catama	1983	120
35	SUL	Tancredo Neves	1985	756
36	SUL	Morada Nova I	1988	984
37	SUL	Morada Nova II	1989	564
38	SUL	Angelim II	1989	264
39	SUL	Morada Nova III	1989	624
40	SUL	Santa Fé	1989	533

Conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI /Década de 1990				
Nº Id	Zona	Conjunto	Ano	Nº de unidades
41	SUL	Protótipo/Multirão*	1995	7
42	SUL	Dignidade I	1996	87
43	SUL	Vamos ver o Sol I	1996	184
44	SUL	Dignidade II	1996	206
45	SUL	Vamos ver o Sol II	1996	290
46	SUL	Bela Vista III	1996	422
47	SUL	Ver Que Te Quero Verde	1996	640
48	SUL	Eurípedes Aguiar**	1997	30
49	SUL	Vamos ver o Sol III	1997	185
50	NORTE	Mocaminho IV	1996	78
51	NORTE	Lagoa Azul I	1998	19
52	LESTE	Nova Teresina I	1996	250
53	LESTE	Saturno I	1996	233
54	LESTE	Nova Teresina II	1996	74
55	LESTE	Saturno II	1997	78
56	LESTE	Nova Teresina III	1997	163
57	SUDESTE	Deus Quer I	1996	126
58	SUDESTE	Renascença (IV etapa)	1996	223
59	SUDESTE	Deus Quer II	1997	200
60	SUDESTE	Deus Quer III	1998	327
61	CENTRO	Lagoa Azul II	1998	97
62	CENTRO	Alô Teresina	1998	160

* Construção de 7 unidades habitacionais no Parque Piauí para fins de testes.
 ** Atualmente localiza-se no município de Nazária, à época, faz parte do município de Teresina.

Universidade Federal do Piauí
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Linha de Pesquisa: Estudos Regionais e Geambientais
 Fonte: IBGE (2013); EMGERPI (2015)
 Sistema de Projeção: Universal Transversa de Mercator
 Datum: SIRGAS 2000
 Organizado por: Vieira (2016)
 Geoprocessamento: Amorim (2016)

Fonte: EMGERPI (2015). COHAB-PI. Lima (2010a). Crisanto (2002). Organização: Vieira (2016). Geoprocessamento: João Victor Amorim (2016).

Neste mesmo período, foi criada a EMGERPI, através da Lei Complementar nº 83, de 12 de abril de 2007, sucessora da extinta COHAB/PI. Ainda sobre os anos 2000, ressalta-se a retomada da construção de casas populares pelo poder público. Porém, de acordo com informações prestadas pela própria ADH, entre os anos 2000 até 2003, não houve construções de novas unidades habitacionais, e de 2003 a 2007 (Quadro 2) foram construídas 3.546 unidades habitacionais pela COHAB/PI. Após sua extinção, mais precisamente a partir de 2007, ano em que foi fundada, a ADH passou a ser responsável pela política habitacional no estado do Piauí. Convém destacar que os dados quantificados fazem referência ao perímetro urbano de Teresina.

Quadro 2 – Programas e quantidades de unidades habitacionais construídas pela COHAB/PI 2004/2006 em Teresina - PI.

RELATÓRIO DE EXECUÇÕES COHAB/PI – 2003/2007				
ANO	PROGRAMA	BAIRRO	UNIDADES	TOTAL
2004	Não especificado	-	613	613
2006	Semeando Moradia	Parque Eliane	103	1.249
		Madre Teresa	194	
		Satélite/Bom Futuro	95	
		Parque Brasil	357	
		Vila Irmã Dulce	500	
2006	PSH 1	Mestre Dezinho	108	1.297
		Nova Teresina	54	
		Vila Irma Dulce	1135	
2006	PSH 2	-	70	70
2006	PSH 3	-	53	53
2006	Polícia Militar	Vamos Ver o Sol	90	129
		Deus Quer	39	
2006	Habitar Brasil	Vamos Ver o Sol	50	63
		Deus Quer	13	
2006	Residencial O Sonho Não Acabou	-	72	72
TOTAL				3.546

Fonte: ADH (2016). Organização: Vieira (2016).

Em relação ao período de 2008 até o ano de 2010, foram construídas, em Teresina, 8.287 unidades habitacionais (zona urbana). Vale ressaltar que este número de construções engloba programas que possuem recursos de origem diferentes, assim como a execução das obras que se deu em datas diferenciadas. O Quadro 3 destaca que, das 8.287 unidades habitacionais construídas, no período em discussão, estão distribuídas de acordo com o programa e a origem dos recursos destinados à execução das mesmas. Quanto aos programas, os que foram executados, no período, são: Semeando Moradia; Fundo Nacional de Habitação

e Interesse Social – FNHIS (principal fonte de recursos - Orçamento Geral da União - OGU); Pró- Moradia (com recursos do FGTS); OGU e o Semeando Moradia.

Quadro 3 – Programas e quantidades de unidades habitacionais construídas pela ADH/ - 2008/2010 em Teresina - PI.

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL – ADH – 2008/2010				
ANO	PROGRAMA	BAIRRO	UNIDADES	TOTAL
2008	Semeando Moradia	Santo Antonio	67	98
		Buenos Aires	31	
		Vila Santa Bárbara	47	
2008	FNHIS	Parque Brasil	136	136
2008	Pró-Moradia	Residencial Jacinta Andrade	4.300	4.300
2008	OGU	Residencial Nova Teresina	527	527
2009	Semeando Moradia	Santa Maria da Codipi/Parque Brasil I e III	86	2.497
		Madre Teresa	156	
		Monte Verde/Poti Velho/Real Copagre	46	
		Parque das Explanadas/ Palitolândia I e III/ Vila Nova Parnaíba	56	
		Vila Irmã Dulce (grêmio)	91	
		Parque Brasil II	87	
		Água Mineral/Cidade Jardim/Vila Bandeirante	59	
		Dagmar Maza	72	
		Parque Cidade Verde/Buenos Aires/Monte Castelo/Cidade Nova	67	
		Santo Antonio	48	
		Satélite/Alto da Ressurreição/Vila do Gavião/Santa Bárbara	90	
		Vila Joana Isabel/Vila Irmã Dulce	42	
		Satélite	32	
		Vila Santa Bárbara	10	
		Centro	01	
Alto da Ressurreição	25			
Residencial Sol Nascente	01			
2010	Semeando Moradia	Parque Universitário	92	92
2010	Pró-Moradia	Mirante Santa Maria da Codipi	556	556
2010	FNHIS	Vila Irmã Dulce	81	81
TOTAL				8.287

Fonte: ADH (2016). Organização: Vieira (2016).

Convém destacar que, a partir do ano de 2009, os investimentos no âmbito federal para custear moradias de cunho popular se concentram a partir do PMCMV, lançado neste mesmo ano e regido pela Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e que se caracteriza como a maior iniciativa de acesso à casa própria no Brasil. Apresentado em 2009 pelo governo federal, o PMCMV tem como objetivo principal facilitar a aquisição da casa própria para famílias de baixa renda.

A Lei Nº 11.977, em seu art. 1º, destaca que o PMCMV “[...] tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou

requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais [...]”. Para tanto, compreende-se dois programas nacionais: a) Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU); e, b) Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Ressalta-se, ainda, que as concessões de benefícios pelo programa, até 2016, obedeciam aos seguintes critérios da faixa de renda (Quadro 4).

Quadro 4- Modalidades da faixa de renda do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICAS
Até R\$ 1.800,00	Faixa 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 1.800,00	Faixa 1 - Entidades	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no mínimo R\$ 80,00 e no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.350,00	Faixa 1,5	Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 3.600,00	Faixa 2	Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 6.500,00	Faixa 3	8,16% de juros ao ano
*No caso dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, a renda anual da família deve ser até R\$ 78.000,00.		

Fonte: Brasil (2016). Disponível em < <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>>. Acesso em: 27. dez. 2016. Organização: Vieira (2016).

Além de atender aos limites de renda, outros critérios são utilizados para avaliar a possibilidade de inserção dos interessados ao programa, como; a) o beneficiário não pode ser dono ou possuir financiamento de nenhum outro imóvel residencial registrado em seu nome; b) também não pode ter sido beneficiado por nenhum programa habitacional do governo federal. Além disso, é necessário estar cadastrado no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI) e/ou Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT) e não estar em débitos com o Governo Federal (BRASIL, 2016).

Convém destacar que, no primeiro semestre de 2017, o governo federal estabeleceu novas regras para o PMCMV. Além da ampliação do programa, o governo divulgou novo reajuste referente ao valor da renda máxima para as faixas do programa, com exceção da faixa 1 que continua com as regras anteriores a este reajuste (Tabela 1). Dentre as medidas anunciadas, destaca-se o reajuste de 7,69%, referente ao reajuste no teto da renda familiar, tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Deste modo, o reajuste anunciado pelo governo atinge as famílias beneficiárias das faixas 1,5, 2 e 3 do programa (BRASIL, 2017).

Destaca-se, ainda, que o novo reajuste também atinge o valor máximo dos imóveis por localidade do programa em relação às operações do FGTS. Para as regiões do Distrito

Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, o valor que antes era de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), será ajustado para R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Enquanto que nas capitais das Regiões Norte e Nordeste, o valor do teto que antes era de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), por exemplo, passa para R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) (BRASIL, 2017).

Tabela 1 - Novas faixas de renda para financiamentos do PMCMV-2017.

FAIXA DO PMCMV	VALOR ANTIGO	NOVO VALOR	CARACTERÍSTICAS
Faixa 1	Até R\$ 1.800,00	Não houve alterações	Não houve alterações
Faixa 1 - Entidades	Até R\$ 1.800,00	Não houve alterações	Não houve alterações
Faixa 1,5	Até R\$ 2.350,00	Ate R\$ 2.600,00	Fica mantida em 5% ao ano
Faixa 2	Até R\$ 3.600,00	Até R\$ 4.000,00	Variando de 6,0% a 7% ao ano
Faixa 3	Até R\$ 6.500,00	Até R\$ 9.000,00	Para esta faixa de renda os juros podem atingir até 9,16% ao ano

Fonte: BRASIL (2017). Infográfico Minha Casa Minha Vida-Planalto. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/02/info-nova-regra-do-minha-casa-minha-vida-01.png/view>>. Acesso em: 15. jul. 2017.

Outro ponto a destacar refere-se ao Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades. Criado em 2009, esta modalidade correspondente a Faixa 1 e objetiva tornar a moradia acessível às famílias de baixa renda organizadas sob forma associativa (seja por uma Entidade Organizadora-EO, Associações, Cooperativas, e outros), que estejam habilitadas, para que produzam suas unidades habitacionais. No Piauí, o primeiro empreendimento construído nesta modalidade foi inaugurado em 2012 na cidade de Piripiri. Denominado de residencial Novo Jenipapeiro, o mesmo foi realizado numa parceria da FAMCC, com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o governo do Estado. Ao todo, 150 famílias de baixa renda foram contempladas.

Em relação à produção habitacional realizada pelo PMCMV em Teresina, desde 2009 quando o programa foi instituído, confere-se, a partir de diferentes fontes de pesquisas, que vários empreendimentos, de diferentes faixas de renda, já foram construídos na referida cidade. Ressalta-se que, na modalidade faixa 1 (0 a 3 salários mínimos), estavam previstos para a zona urbana de Teresina 28 empreendimentos habitacionais (totalizando, 18.171 unidades).

A Tabela 2 mostra os empreendimentos construídos até dezembro de 2016. Do total previsto, até a referida data, 20 haviam sido entregues. Destes, 15 correspondem à primeira fase do PMCMV, e 5 são da segunda fase. Quanto aos da primeira fase, 3 deles estão localizados na zona Norte da cidade, 5 na zona Leste, e 7 na zona Sul. Já os que integram a

segunda fase do programa estão, 4 deles localizados na zona Sul, e apenas 1 (Residencial Edgar Gayoso), localiza-se na zona Norte da cidade. É importante frisar que uma das características destes empreendimentos populares são as construções no formato horizontal e o padrão quanto ao tamanho da área construída.

Tabela 2 - Empreendimentos habitacionais concluídos em Teresina, pelo PMCMV, até dezembro de 2016.

Zona	Nº	EMPREENDIMENTOS	FASE PMCMV	BAIRRO	UH	INVESTIMENTOS
Norte	01	Conjunto Habitacional Jornalista Paulo de Tarso Moraes	MCMV - 1	Aroeiras	263	9.728.365,21
	02	Conjunto Habitacional Nova Vila	MCMV - 1	Aroeiras	487	18.018.802,72
	03	Residencial Inglaterra	MCMV - 1	Aroeiras	350	12.949.996,59
	04	Residencial Edgar Gayoso I	MCMV - 2	Chapadinha	459	27.999.000,00
Leste	05	Conjunto Residencial Tabajaras	MCMV - 1	Pedra Mole	144	5.512.048,93
	06	Residencial Mirian Pacheco	MCMV - 1	Vale do Gavião	219	8.102.999,98
	07	Residencial Sigefredo Pacheco I	MCMV - 1	Vale do Gavião	500	18.497.500,00
	08	Residencial Sigefredo Pacheco II	MCMV - 1	Vale do Gavião	500	18.497.500,00
	09	Residencial Wilson Martins Filho	MCMV - 1	Vale do Gavião	455	16.832.725,00
Sul	10	Residencial Nova Alegria II	MCMV - 1	São Lourenço	500	18.497.500,00
	11	Residencial Bem Viver	MCMV - 1	Catarina	400	16.327.813,04
	12	Residencial Cidade do Sul	MCMV - 1	Parque Juliana	250	9.250.000,00
	13	Residencial Teresina Sul I	MCMV - 1	Angélica	500	18.499.542,00
	14	Residencial Teresina Sul II	MCMV - 1	Angélica	500	18.499.542,00
	15	Residencial Portal da Alegria III	MCMV - 1	Portal da Alegria	450	16.649.132,10
	16	Residencial Portal da Alegria IV	MCMV - 1	Portal da Alegria	450	16.649.132,10
	17	Residencial Portal da Alegria VI-A	MCMV - 2	Portal da Alegria	1.344	70.349.745,41
	18	Residencial Portal da Alegria VI-B	MCMV - 2	Portal da Alegria	1.354	71.301.235,16
	19	Residencial Professor Wall Ferraz	MCMV - 2	Pedra Miúda	928	43.781.467,22
	20	Bosque Sul	MCMV - 2	Angélica	1.424	86.864.000,00
TOTAL					11.477	522.808.047,46

Fonte: CEF (2015). Organização: Teresina (2016). Adaptação: Vieira (2016).

Em relação aos investimentos, destaca-se que os maiores volumes de recursos são destinados aos residenciais que se enquadram na segunda fase do PMCMV. Dos que foram construídos até dezembro de 2016, o que mais se destaca quanto ao valor de investimento foi o Residencial Portal da Alegria VI-B localizado no bairro Portal da Alegria, na zona Sul de Teresina. Trata-se de um empreendimento constituído com 1.354 unidades habitacionais, com investimento de R\$ 71.301.235,16 milhões de reais. E, em relação ao que recebeu o menor investimento (5.512.048,93 milhões de reais), destaca-se o Conjunto Residencial Tabajaras (localizado na zona Leste), tendo em vista a quantidade de unidades habitacionais (144

unidades). Quanto aos residenciais que ainda estão em fase de execução (refere-se à data da pesquisa) somam-se 8 empreendimentos (Tabela 3). Destes, 7 localizam-se na zona Sul de Teresina e apenas um na zona Leste da cidade. Neste caso, todos os empreendimentos habitacionais, ainda não concluídos, referem-se à segunda fase do PMCMV.

Tabela 3 - Empreendimentos habitacionais em execução, pelo PMCMV, em Teresina/PI.

ZONA	Nº	EMPREENHIMENTOS	FASE PMCMV	BAIRRO	UH	INVESTIMENTOS	
Sul	21	Residencial Judithe Nunes	MCMV - 2	Pedra Miúda	804	49.044.000,00	
		Residencial Francisco das Chagas Oliveira	MCMV - 2	Parque Sul	400	24.400.000,00	
	22	Residencial Jardim dos Caneleiros - A	MCMV - 2	Portal da Alegria	720	43.919.409,60	
	23	Residencial Jardim dos Caneleiros - B	MCMV - 2	Portal da Alegria	576	35.135.527,68	
	24	Residencial Jardim dos Ipês	MCMV - 2	Portal da Alegria	720	43.919.409,60	
	25	Residencial Orgulho do Piauí	MCMV - 2	Pedra Miúda	1.368	83.392.965,36	
	26	Angicos	MCMV - 2	Portal da Alegria	1.296	79.056.000,00	
	Leste	27	Sigefredo Pacheco III	MCMV - 2	Vale do Gavião	820	50.020.000,00
	Total					6.704	408.887.312,24

Fonte: CEF (2015). Organização: SEMPLAN (2016). Adaptação: Vieira (2016).

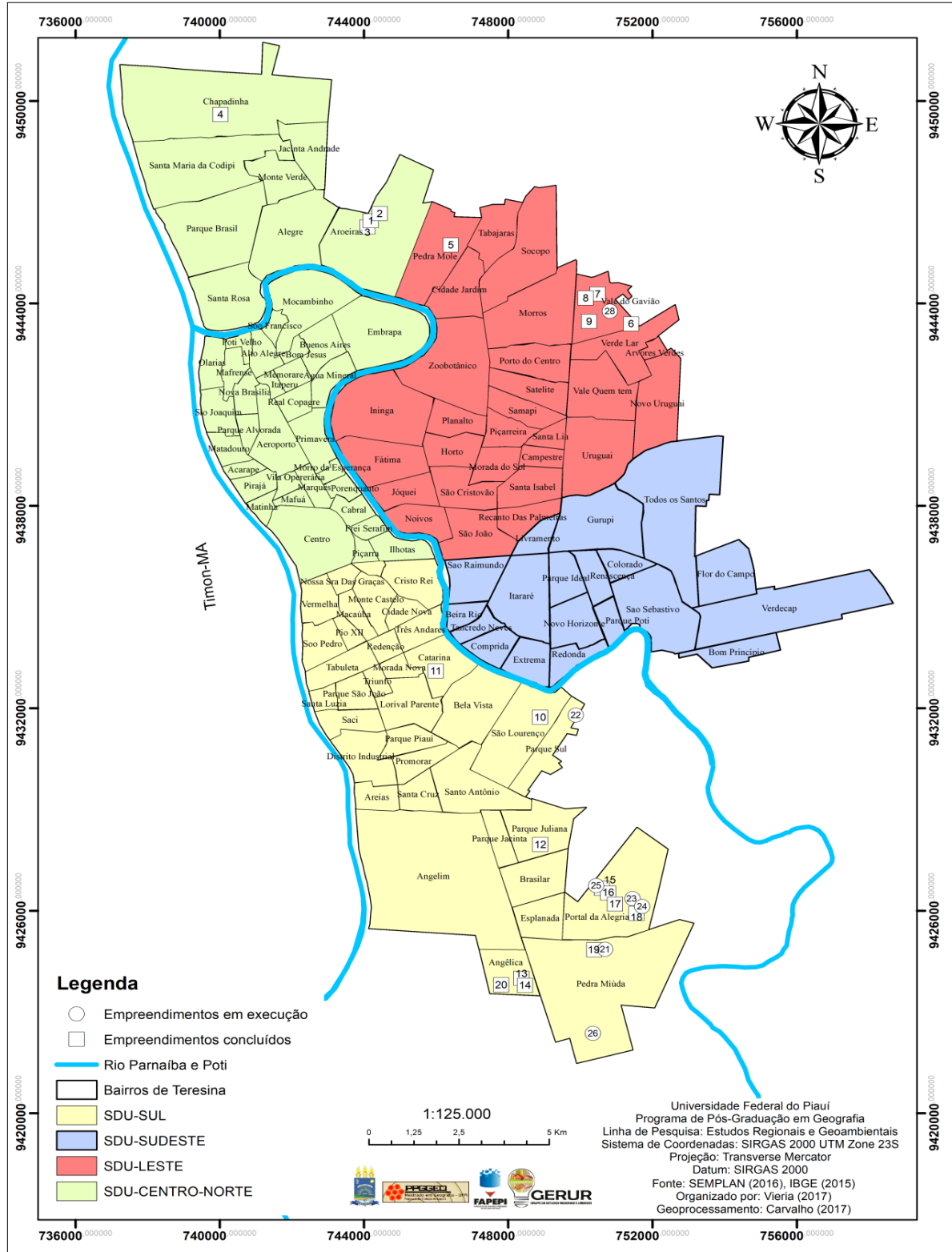
A análise da distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV (Figura 6) em Teresina corrobora com Pontes *et al* (2010, p.99), quando afirmam que os empreendimentos que estão sendo ofertados pelo PMCMV em Teresina

[...] repetem alguns equívocos verificados no BNH [...], localização ruim, distante da área central, em áreas não-urbanizadas ou pouco urbanizadas, não ocupando os vazios urbanos existentes na malha urbana; tipologias habitacionais pequenas, em alguns casos são muitos blocos padronizados, com uma densidade alta, sem área verde ou de lazer suficiente; impacto na valorização da terra em virtude da grande oferta de imóveis e procura por terrenos; entre outros.

De fato, os empreendimentos do PMCMV, em Teresina, sejam os já concluídos ou os que ainda estão em processo de execução (Figura 6), localizam-se em áreas afastadas tanto da área central da cidade quanto de equipamentos urbanos de uso coletivo. Isso se configura como um dos maiores problemas para os moradores que residem nestes residenciais, tendo em vista a dificuldade de acesso que os mesmos têm em relação a esses equipamentos de uso coletivo, como também das áreas mais centrais da cidade, que, como se sabe, dispõem de melhor infraestrutura e, aliado a isso, somam-se outros instrumentos urbanos que permitem vivenciar os espaços públicos da cidade, como áreas de lazer, por exemplo. O serviço do

transporte público não atende a demanda e os moradores, não dispondo de recurso suficiente para aquisição de transporte de uso pessoal, ficam a mercê da referida situação.

Figura 6 – Mapa da distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV (concluídos e em execução) em Teresina/PI.



Fonte: Caixa Econômica Federal (2015). SEMPLAN (2016). Organização: Vieira (2017). Geoprocessamento: Orleando Carvalho (2017).

Neste contexto, Pontes *et al.* (2010, p. 99) chama atenção para a forma como os empreendimentos habitacionais do PMCMV têm sido implantados nos municípios brasileiros, ao afirmar que:

O Programa MCMV no Piauí pode, portanto, contribuir para a continuidade do padrão periférico de crescimento das cidades, com a construção em áreas distantes, sem estimular a ocupação das áreas vazias mais centrais, conforme propõe os instrumentos urbanísticos mais recentes, como o Estatuto da Cidade. A lógica do programa parece estar mais voltada a atender uma demanda econômica, do que a buscar o enfrentamento do déficit habitacional e a promoção da função social e do direito à cidade.

Verifica-se, ainda, a partir da leitura da Figura 6, que os 4 empreendimentos do PMCMV localizados na zona Norte já foram concluídos. A zona Leste possui 6 empreendimentos, sendo que apenas o Residencial Sigefredo Pacheco III está em fase de execução. Em relação à zona Sul, a mesma possui 18 empreendimentos incluindo o Residencial Angicos (o mesmo não consta na figura 6) sendo que 7 deles ainda não foram concluídos (refere-se à data da pesquisa). Já a zona Sudeste não possui nenhum empreendimento do PMCMV para a faixa 1 do referido programa.

Em relação ao número de unidades habitacionais, verifica-se, a partir das Tabelas 5 e 6, que os residenciais com maior número de unidades encontram-se na zona Sul de Teresina, variando entre 200 a aproximadamente 1.500 unidades. Para ser mais exato, o Residencial Bosque Sul, localizado no bairro Angélica, possui maior número (1.424 unidades habitacionais). Os empreendimentos da zona Leste não chegam a ultrapassar o número de mil unidades e, na zona Norte, a quantidade é ainda menor, variando entre 200 a 600 unidades habitacionais.

Neste contexto, é necessário fazer um paralelo com esta análise sobre a informalidade relacionada à questão da moradia nas cidades. Deste modo, Pontes *et al.* (2010) destaca que essa informalidade em Teresina foi diagnosticada nos Censos de Vilas e Favelas realizados para a capital. Neste sentido, os autores destacam que o desafio que se coloca refere-se à necessidade de identificar, quantificar e qualificar as diferentes situações de informalidade para, a partir de então, projetar as intervenções que se fizerem necessárias.

Para uma caracterização precisa da produção informal, faz-se necessário, de acordo com Pontes *et al.* (2010, p.104), “[...] distinguir questões de posse e propriedade, questões administrativas e de legislação urbanística e ambiental e questões relativas à precariedade seja de infraestrutura, seja da unidade habitacional”. Assim, a presente pesquisa atenta-se aos casos de ações relativas à informalidade e precariedade para o espaço urbano de Teresina.

Rodrigues Neto (2005) revela que, na década de 1990, Teresina registra um aumento dos conflitos por moradia e que estes impunham desafios à gestão da cidade. Impulsionada pela crise habitacional nas cidades e pela ineficiência de políticas públicas e uma gestão eficaz, capazes de garantir o direito à moradia e a cidadania, várias reivindicações, segundo ele, se espalham por todo território nacional, sobretudo na segunda metade da década de 1990.

Neste sentido, é relevante considerar reflexões sobre alguns termos que permeiam esta discussão. Viana (1999) destaca que muitos são os termos utilizados para caracterizar a atitude de ocupar um terreno, que legalmente pertence a outrem sem autorização ou concordância. Ela revela que os termos, “invasão”, “ocupação” “favela”, “vila”, entre outros, são utilizados na linguagem cotidiana, assim como na literatura jurídica e acadêmica para caracterizar usurpação, ou seja, uso ou apropriação indevida de propriedade alheia.

Dentre várias conceituações presente na literatura que advoga sobre esta temática, Carvalho (2001) utiliza o termo “invasão” para designar o ato de tomar algo que esteja sendo utilizado de forma adequada por seu proprietário, e “ocupação” diz respeito em estar de posse de uma área que não esteja adequadamente utilizada, ou seja, não está assumindo sua função social. Almeida (2006, p.1) reforça esta ideia e destaca que “invasão” “[...] possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. A [...] “ocupação” mitiga essa ilegalidade e nos põe a par de um sentido mais brando, é a posse [...] legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada”.

De acordo com o Censo das Vilas e Favelas (1999, p. 9), a Prefeitura Municipal de Teresina-PMT, considera como

[...] Vila: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto sem obedecer as exigências feitas pela lei de parcelamento do solo, mas possível de ser regularizada, saneada e urbanizada. Favela: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto geralmente localizada em áreas de risco iminente (alagamento/desmoronamento) ou em leito de vias públicas (ruas e/ou avenidas) sujeitas quase sempre a remoção.

Segundo Viana (1999, p. 23), na conceituação dos termos “vila” e “favelas”, a PMT não considera como fator determinante a quantidade de domicílios que conjugam estas áreas. Ela revela também que muitas ocupações locais evitam o termo “favela” por considerá-lo mais pejorativo do que vila. Neste sentido, Viana (1999, p. 25) destaca que “a área de vila [...] é, em Teresina, uma ocupação que apresenta condições para a urbanização; situação diferente das favelas, onde a situação de carência é, geralmente, mais grave, sobretudo no que diz respeito às condições de habitabilidade”.

A partir desta discussão e da análise da Tabela 4, ressalta-se que a PMT registrou, em 1991, a partir de um estudo realizado pela Secretaria Municipal de Planejamento, um número de 56 áreas de vilas e favelas em Teresina. O Censo de Vilas e Favelas (1993) revelou que este número havia aumentado, somando-se 141 vilas e favelas, o que representou um aumento de 151,79%. Em 1996 o II Censo de Vilas e Favelas indicou um número de 149 áreas de moradia de baixa renda. O Censo de Vilas e Favelas (1999) apresentou os dados mais detalhados e registrou que a cidade possuía 117 Vilas, 24 Favelas e 09 Parques e Residenciais.

Diante do elevado percentual de Vilas e Favelas na cidade, Rodrigues Neto (2005) destaca que o governo municipal deu “início à urbanização” das áreas de vilas e favelas, como parte de um conjunto de ações proposta na gestão do prefeito de Teresina, Wall Ferraz, no período de 1993 a 1996.

De acordo com Lima (2013), em 1997, o então prefeito de Teresina, Firmino Filho, implantou o Projeto Vila-Bairro, que, baseado no Favela-Bairro do Rio de Janeiro (RJ), propunha-se a alterar o perfil urbanístico de 155 assentamentos irregulares, com ações de melhoria habitacional e legalização da posse da terra, implantação de equipamentos coletivos, de projetos de geração de emprego e de ação educativa. O Projeto foi anunciado como a principal intervenção do governo no setor de políticas urbanas. Inscrevia-se como uma proposta inovadora, porquanto com perspectiva de impacto sobre a exclusão urbanística, já que visava intervir em distintas dimensões da moradia popular.

Tabela 4 – Quantidade de Vilas e Favelas em Teresina – década de 1990.

EXPANSÃO DE VILAS, FAVELAS, PARQUES E RESIDENCIAIS EM TERESINA – 1991/2005														
Quantidade de Localidades														
Ano	1991	1993			Total	1996			Total	1999			Total	2005
Zonas	Vilas/ Favelas - Total	Vilas	Favelas	Parques/ Residenciais		Vilas	Favelas	Parques/ Residenciais		Vilas	Favelas	Parques/ Residenciais		Vilas/ Favelas - Total
Centro	03	01	05	-	06	01	04	-	05	06	01	-	07	09
Leste	14	20	31	-	51	21	25	02	48	27	16	02	45	51
Norte	15	10	07	-	17	13	06	01	20	16	02	01	22	31
Sudeste	06	25	03	-	28	26	02	-	28	28	02	01	31	38
Sul	18	36	03	-	39	45	02	01	48	40	03	02	45	61
Total	56	92	49	-	141	106	39	04	149	117	24	09	150	190

Fonte: Censo de Vilas e favelas (1993, 1996, 1999). Rodrigues Neto (2005). Adaptação: Vieira (2016).

Quanto aos problemas relacionados à ocupação irregular em Teresina, o PLHIS apresenta vários, como: dificuldade de acesso a transporte e coleta de lixo; ausência de espaços públicos para implantação de equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança; expansão horizontal excessiva da malha urbana, ocasionando elevados ônus para o orçamento público (TERESINA, 2012).

O mesmo plano destaca, ainda, a partir de dados oficiais, que há uma demanda por moradia na capital na ordem de 55.305 unidades habitacionais e que cerca de 50 mil famílias residem no município de forma irregular em aproximadamente 200 áreas espalhadas pela cidade. O mesmo documento chama atenção para o elevado número de domicílios vagos (total de 20.349, segundo censo de 2010), fato que contrapõe o déficit habitacional apresentado na cidade.

Questões relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano, assim como a qualidade das moradias de uma parcela significativa da população em Teresina, são antigas, fato comum em praticamente todas as cidades brasileiras. De acordo com a Agenda 2030 (TERESINA, 2015), na década de 1940, a PMT chegou a possuir olarias para a confecção de telhas e tijolos, no intuito de atender a demanda, o que não foi suficiente. A partir de década de 1960, como destacado anteriormente, Teresina foi beneficiada com a construção de conjuntos habitacionais populares do governo federal. No entanto, sabe-se que, devido a uma série de fatores, conjuntamente à grande demanda por moradia, uma parcela significativa dos teresinenses necessitados de um local para morar não foram contemplados. E, para atender as centenas de pessoas que não tiveram acesso aos programas habitacionais a PMT tomou algumas iniciativas. Quanto a esta discussão, a Agenda 2030 (TERESINA, 2015, p. 39) destaca que

[...] a prefeitura passou a desenvolver linhas de atuação implantando programa de melhoria das condições habitacionais da cidade. No governo do prefeito Wall Ferraz passou a distribuir lotes de terras em áreas seguras e doar madeira e telhas cerâmicas para a autoconstrução de moradias de taipa. Para as famílias remanejadas de áreas inundáveis e ocupantes de áreas públicas reservadas para a construção de equipamentos de uso coletivo (escolas, unidades de saúde, praças) e ou que obstruíam vias públicas, a prefeitura construía pequenos conjuntos de casas denominados de Parques Habitacionais.

Dentre algumas medidas adotadas, a prefeitura criou a Secretaria Municipal de Habitação que passou a coordenar uma série de ações que atendiam a demanda relacionada a diferentes necessidades. Dentre essas medidas, destacam-se projetos para construção de novas moradias (Quadro 5), assim como projetos de melhorias habitacionais para quem já possuía

uma casa, porém em condições insalubres e/ou em condições precárias para se viver com um mínimo de dignidade possível.

Quadro 5 – Ações de habitação na zona urbana de Teresina-PI – 2001 a 2011.

RESIDENCIAIS DA PMT			
Zona	Projeto	Ação/Descrição	Nº de Unidades
Norte	Residencial Francisca Trindade	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco, leitos de ruas e sem teto.	1.242
	Residencial Leonel Brizola	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco e leitos de ruas.	257
Leste	Residencial Árvores verdes	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco e leitos de ruas.	717
	Residencial HBB – Pedra Mole	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco e leitos de ruas.	400
	Residencial Maurílio Lima	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco, leitos de ruas e sem tetos.	142
Sudeste	Residencial Padre Pedro Balzzi	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco e leitos de ruas.	353
	Residencial Tabocas	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco, leitos de ruas e sem tetos.	310
Sul	Residencial Mário Covas	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco, leitos de ruas e sem tetos.	632
	Residencial Monsenhor Chaves	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco e leitos de ruas.	184
	Residencial João Paulo II	Atendimento a famílias provenientes de áreas de risco e leitos de ruas.	347
TOTAL			4.584
MELHORIA HABITACIONAL			
Zona	Projeto	Ação/Descrição	Nº de Unidades
Todas as zonas	Vila Bairro – Projeto Minha Casa	Melhoria habitacional; autoconstrução.	731
	Vila Bairro – Projeto Minha Casa Melhor	Melhoria habitacional; autoconstrução.	633
	Projeto Morar Melhor	Melhoria habitacional; autoconstrução.	3.084
	Orçamento Popular	Melhoria habitacional; autoconstrução e empreitada direta.	307
Leste	Programa HBB – Pedra Mole	Melhoria habitacional; autoconstrução.	658
	Vila Bairro – Ladeira do Uruguai	Melhoria habitacional; autoconstrução.	120
Norte	Vila Bairro – Parque Brasil	Melhoria habitacional e empreitada direta.	603
TOTAL			6.136

Fonte: Teresina (2012). Organização: Vieira (2016).

Atualmente a política municipal de habitação de uso e ocupação do solo urbano é coordenada pela SEMDUH, com apoio das SDUs, distribuídas em cada zona da cidade. Embora ainda haja áreas ocupadas nas diferentes zonas da cidade fruto de ocupações irregulares organizadas, é perceptível que as tensões, nos últimos 15 anos, têm diminuído se comparadas com décadas anteriores, quer seja por redução da migração, pelo atendimento de

famílias que foram contempladas com moradias, seja ainda a partir de programas oferecidos pela prefeitura e/ou Estado, sobretudo, pelo PMCMV que passou a ter ação conjunta com os governos Federal, Estadual e Municipal e que, a partir de 2009, passou a ofertar casas populares, beneficiando milhares de pessoas. Outro ponto ainda a considerar refere-se à influência dos municípios vizinhos que absorvem uma parcela da procura por moradia nas cidades, opção que antes não existia na mesma proporção dos dias atuais.

Vale ressaltar que, quanto à obtenção de dados relacionados à produção da moradia vinculada ao poder público municipal, algumas dificuldades foram encontradas, tendo em vista que não há no âmbito municipal uma sistemática de tabulação de todas as ações referente à moradia, já construídas pela PMT para esta cidade.

Convém destacar, ainda, que, em Teresina, a produção do espaço urbano é marcada pela luta dos movimentos sociais e a segregação espacial entre as elites locais e os segmentos sociais de menor poder aquisitivo. Além disso, os diferentes espaços produzidos retratam fielmente a diversidade dos aspectos socioespaciais, motivada pelas várias relações sociais vivenciadas em cada parte da cidade (LEITE, 2013). Deste modo, a próxima subseção discute o papel dos agentes sociais no âmbito da produção da moradia em Teresina.

2.3 Atores sociais e a questão da moradia em Teresina

A problemática urbana de Teresina, assim como no Brasil, articula-se à questão social, relacionada, dentre vários fatores, à utilização do solo urbano que tem como consequência a intensificação de contradições e desigualdades sociais. No Brasil, à medida que as atividades do setor econômico, sobretudo, relacionadas à zona rural não permitem a absorção da mão de obra no campo, esta se torna fator de expulsão da população rural rumo às cidades, modificando, assim, toda sua dinâmica urbana.

Deste modo, o objetivo desta subseção é entender o contexto em que surgiu e quais as formas de organização dos diversos grupos sociais que atuam no setor habitacional de Teresina e sua “capacidade” de atuação. Para isso, buscou-se identificar os principais atores sociais com relevante atuação na produção de moradia popular na cidade, visando identificar tanto os que atuam no âmbito das organizações dos bairros, como a capacidade de articulação enquanto agente de transformação do espaço urbano.

Deste modo, vale lembrar que o contexto de redemocratização no Brasil foi marcado pelo aumento das lutas sociais urbanas por acesso a infraestrutura básica, moradia, transporte, saúde e educação. Pontes *et al.* (2010, p. 32) destaca que “[...] este período também se

caracterizou pelo surgimento de um forte associativismo local que emergiu na criação de associações de moradores, conselhos comunitários e de diversos movimentos sociais de caráter reivindicatório”.

Em Teresina, o contexto de surgimento dos movimentos sociais está vinculado a lutas pelo direito à cidade, à moradia e por melhores condições de vida. Segundo Pontes *et al.* (2010, p. 32),

[...] na década de 1980, sobretudo nos anos de 1985 e 1986, há um aumento significativo das organizações populares em Teresina, sendo que a grande maioria dessas organizações está envolta em conflitos pela posse da terra, seja por meio de ocupações, despejos ou remoções de favelas. O crescimento dessas organizações e dos conflitos permitiu, em certos momentos, a abertura para negociação, sobretudo com a Prefeitura Municipal de Teresina, o que levou a ações de desapropriação, de regularização fundiária e benfeitorias em moradias e infraestrutura.

De acordo como Lima (2010a), até a década de 1960, Teresina registrara experiências isoladas, em geral vinculadas à atuação da Igreja Católica, via Ação Social Arquidiocesana (ASA), ou a agentes partidários. Na década seguinte, tais experiências passam a se consolidar, embora seja gradativamente. Desta maneira, Rodrigues Neto (2005, p. 22) destaca que “na zona Sul, sobretudo, o bairro Parque Piauí, sediaria, durante a década de 1970, esses movimentos sociais e entidades organizativas [...]”. Segundo o mesmo autor, no processo de organização desses movimentos sociais, era “forte” a presença da Igreja Católica, sobretudo, em alguns conjuntos habitacionais (Parque Piauí, Saci e Bela Vista) e nas primeiras favelas que surgiam na cidade, neste mesmo período. Em função da atuação da Igreja Católica, surge os Conselhos Comunitários e Associações de Moradores em conjunto com a formação de lideranças comunitárias.

Em face do surgimento desses movimentos, a luta por moradia em Teresina vai gradativamente ganhando visibilidade ainda nos anos de 1970. Embora as manifestações de caráter reivindicatório, neste período, fossem “fortemente” reprimidas, o governo local mostrou-se aberto a negociações com a população, ora atendendo, ora protelando resultados (RODRIGUES NETO, 2005).

Nos anos de 1980, as lutas sociais se intensificaram. Dentre os vários fatores que contribuíram para este aumento, destaca-se o intenso fluxo migratório combinado com uma política urbana que não acompanhou a demanda populacional, tornando, assim, Teresina numa cidade de fortes tensões e conflitos sociais, onde a questão da moradia desencadeou-se como uma das principais causas destes conflitos na cidade.

Neste contexto, Lima (2010a, p. 58) revela que, “assim, em princípio da década de 1980, Teresina já registrava um significativo processo de organização de bairros, com a multiplicação das entidades formais, o que marca um novo momento na história dos movimentos locais”. De acordo com a mesma autora, entre os anos de 1980 e 1985, foram criadas 42 entidades associativas, sendo que, em 1989, encontravam-se registradas na Secretaria Municipal do Interior e Assuntos Especiais (SINAE) 177 entidades. Deste total, 96 constava como Associação de Moradores e Conselhos Comunitários, 60 constava como grupos e clubes de jovens e 21 eram clube de mães.

Deste modo, com o objetivo de unificar as lutas e fortalecer os movimentos sociais, surgem, em 1986, em Teresina, várias associações, sobretudo associações de moradores. No mesmo ano, surge a FAMCC e a FAMEPI. Dentre estes, outro agente que se destacou por articular diversas dessas organizações foi o Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC), criado entre 1983 e 1984. Esta Organização Não-Governamental (ONG) atuava na formação política, assessoria e capacitação dessas organizações. Neste período é regulamentada a existência dos conselhos populares de Teresina por meio do Decreto Municipal N° 789 (PONTES, *et al.*, 2010).

Vale ressaltar que, antes da existência destas duas federações, já existia a União dos Líderes Comunitários da zona Norte de Teresina. No entanto, Lima (2010a) destaca que esta tinha uma atuação limitada e que a mesma não trabalhava de forma articulada com os movimentos em geral. Neste contexto, Lima (2010a, p. 59) revela que

Essas federações passam a congregar uma grande parte de entidades associativas, mas não representam todos os movimentos sociais, que se multiplicaram a partir de 1985, pois, diversas lutas ocorreram fora de seu domínio, a exemplo do conhecido Movimento dos Sem-Teto, que tomou a cena urbana desde 1985. A FAMCC tem atuação mais direta junto a esse Movimento, assumindo a luta pela moradia, um dos principais problemas de Teresina.

Ressalve-se, portanto, que a afirmação acima faz referência à época em que a articulação entre os movimentos sociais em Teresina eram mais atuantes. Consoante à dinâmica de lutas por moradia em Teresina, Rodrigues Neto (2005) revela que houve dois momentos que marcam a atuação tanto do Estado quanto dos movimentos sociais. O primeiro ocorre entre os anos de 1975 e 1985 e se caracteriza por lutas isoladas de moradores que residiam em ambientes não “formalizados” (favelas), os quais resistiam a ações jurídicas que estabeleciam ordem de despejo.

De fato, Viana (1999, p.82) revela que “as primeiras ocupações em Teresina têm a marca da espontaneidade, da ação individual, da fraca divisão social e técnica do trabalho [...] da incipiente consciência da dimensão política de ocupar enquanto mecanismo de acesso ao espaço para morar”. Segundo a autora, as ocupações urbanas têm revelado, ao longo dos anos, o processo de desigualdade que progressivamente tem se instalado em Teresina.

Viana (1999) revela, ainda, que a modificação do espaço urbano, em detrimento do surgimento de favelas, passou a incomodar. Diante disso, até 1985, havia uma política de remoção e/ou transferência desta população para as recentes construções dos conjuntos habitacionais que, além de localizarem-se nas “franjas urbana” da cidade, dificultando a vida dos que trabalhavam em outras áreas, estes conjuntos, num primeiro momento, não dispunham de bens de consumo coletivo urbano que atendesse sua demanda.

Em Teresina, ocorreu em 1976 a primeira tentativa de remoção da Favela COHEBE (conhecida por este nome por localizar-se numa área que pertencia a antiga Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança). Porém, apenas no período de 1980 e meados 1983, através da implantação do PROMORAR⁶, programa do governo federal em parceria com o Estado, é que de fato ocorre a remoção das famílias. Segundo Lima (2010a), o programa caracterizou-se com a remoção de famílias de cinco favelas, a saber: COHEBE, São Pedro, Lucaia, Tabuleta e Codipi, de diferentes zonas da cidade. Lima (2010a) chama atenção para este caso, uma vez que, em nível local, a implantação do referido programa deu-se de forma contraditória a sua filosofia que tinha como princípio a urbanização de favela e não de remoção das mesmas, conforme expresso nas diretrizes do referido programa.

O segundo momento o qual Rodrigues Neto (2005) faz referência ocorre a partir de 1985 quando as lutas por moradia ganham mais densidade, ou seja, passam a ocorrer de forma mais organizadas possuindo, assim, uma dimensão política distinta das práticas anteriores. Reforça-se esta afirmativa com Viana (1999, p. 94), quando a autora revela que

[...] dado a experiência acumulada pelo movimento, articulado em torno das federações de associações de moradores, as ocupações passam a incorporar a preocupação com o planejamento da ação de ocupar; com a forma de proceder ao parcelamento do solo; com a necessidade de designar áreas apropriadas para circulação (ruas), para equipamentos de uso coletivo (igreja, posto de saúde, escola), bem como espaço para áreas verdes, assimilando assim uma preocupação ecológica e de preservação.

⁶ Como parte da “política de urbanização” de favelas do governo federal, o Programa de Erradicação da Subhabitação (PROMORAR) foi criado em 1979, pelo ministro Mário Andreazza, através da Exposição Interministerial de Motivos nº. 066/79, de 25 de junho de 1979 (LIMA, 2010a, p. 70).

Diante deste panorama o qual a cidade se encontrava, tendo em vista a ausência de políticas públicas que objetivassem a questão urbana, sobretudo a moradia, além do fluxo migratório campo-cidade, Teresina apresentava um acentuado déficit habitacional e uma expressiva expansão dos assentamentos irregulares.

A década de 1980 torna-se emblemática quanto ao processo de favelização em Teresina. Segundo Façanha (2003, p. 6), “[...] resultado das inundações ocorridas na cidade, em especial na zona Norte, surgiram as ocupações de terras [...] por grupos sociais excluídos, atuando de forma articulada com os movimentos sociais urbanos [...]”, como a FAMCC e FAMEPI. Ressalta-se, ainda, que, com a criação das federações, há um fortalecimento da luta pela moradia, sobretudo no que concerne às ocupações, que passaram a ser realizadas de forma “organizada” e coletiva. Um dos exemplos dessa articulação foi a ocupação das Vilas Risoleta Neves e Tancredo Neves por desabrigados da zona Norte da cidade em decorrência de enchentes. Pontes *et al.* (2010) destaca que estas federações, além de Teresina, também tiveram um papel importante ao articular lutas comunitárias nas principais cidades do Estado.

Outro exemplo quanto à organização de ocupações urbanas irregulares realizada em Teresina, destaca-se o caso da Vila Irmã Dulce em 1998, que será discutida nesta seção. A história desta ocupação está atrelada a várias entidades, que, sob a coordenação da FAMCC, juntamente com as famílias sem teto, contou com a parceria de diversas entidades sociais como a Igreja Católica, Sindicatos, Movimentos populares (Associações de Moradores), ONGs, Partidos Políticos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros.

Convém destacar que a Federação de Entidades Comunitárias do Piauí (FECEP), fundada em 30 de maio de 2013, é regulamentada a partir da Lei Nº 4.601 de 11 de julho de 2014, no âmbito do município de Teresina. A federação constitui-se como uma instituição civil autônoma de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, atendendo tanto entidades comunitárias como associação de moradores, como também outras vinculadas entidades. De acordo com a atual presidente da federação (faz-se referência à data da pesquisa), a FECEP também realiza atividades de organização popular, de formação de lideranças e realiza trabalhos de organização de demandas e reivindicações, assim como informações e documentos para facilitar o acesso dos associados às instituições do estado.

A partir destas experiências, verifica-se que tais práticas representavam e/ou ainda representam a possibilidade de uma solução em defesa do direito à moradia. Quanto a esta discussão, Lima (2003, p. 74) revela que “essas formas de apropriação do solo urbano abrem perspectivas novas ao enfrentamento da questão da moradia [...]” nas cidades. Na verdade o

que se verifica a partir desta discussão é que a ausência e/ou ineficiência de um planejamento adequado relacionado a investimentos de infraestrutura, sobretudo à moradia, conjuntamente a uma gestão apropriada, são um dos principais fatores que contribuem para ocorrência de ocupações de espaços público e/ou privados para moradia, ainda que seja uma forma não regulamentada pela legislação vigente.

A partir desta análise, sobre a atuação dos principais responsáveis pela luta da moradia, a subseção a seguir discute a zona Sul de Teresina no contexto da moradia popular, tendo em vista tratar-se do recorte espacial desta pesquisa, no intuito de elencar as principais características que dão singularidades a esta zona que, no entanto, se reportam as demais zonas da cidade.

2.4 A zona Sul de Teresina no contexto da moradia popular

O objetivo desta subseção é entender o contexto de formação da zona Sul de Teresina e suas características socioespaciais sob o enfoque da moradia popular, tendo em vista tratar-se do recorte espacial desta pesquisa. Para tanto, abordou-se a formação desta zona da cidade a partir da identificação dos bairros que a compõem, assim como de outros elementos que permitem compreender se, de fato, as formas socioespaciais de moradia popular localizadas na zona Sul se espalham à realidade das demais zonas da cidade.

As ponderações levantadas têm como base, além de outras fontes, dados do IBGE referentes ao ano de 2010, assim como da PMT através da publicação “Teresina em Bairros” de 2015 e 2016, que caracteriza todos os 123 bairros da capital. Em relação às diferentes formas utilizadas para nomeação destes 123 bairros, Teresina (1994) revela que “à medida que uma povoação se expande, é natural que as novas áreas ocupadas tenham batismos específicos associados às características locais”.

Deste modo, dentre as várias justificativas, em Teresina, destaca-se a ocorrência de elementos que fazem alusão: a fauna e flora (Macúba e Vale do Gavião); características geológicas e localização da área (Piçarra e Bela Vista); fatos locais, acontecimentos de cunho histórico e folclórico (Noivos, Por enquanto, Mafuá); atividades marcante e pioneira na área (Matadouro, Água Mineral); homenagens a pessoas da comunidade ou personalidade local e/ou nacional (Mafrense, Tancredo Neves); à fé cristã das comunidades (Fátima, São Pedro) e outros (TERESINA, 1994).

Quanto à organização do espaço urbano da cidade, Lima (2010b) revela que, até 1988, Teresina foi regida pelo Decreto Nº. 240, de 2 de maio de 1980, que a circunscreveu em

quatro zonas (Centro, Norte, Sul e Leste) subdivididas em 53 bairros. Dando continuidade ao processo de intervenção no espaço urbano, por intermédio da elaboração de leis e códigos vinculados ao uso do solo e zoneamento urbano, a PMT realizou a organização do II PET, instituído pela Lei Nº. 1.932, de 16 de agosto de 1988, que teve por finalidade incorporar na legislação urbana “a regularização das ocupações localizadas em áreas de conflito”, criar o “Fundo Municipal de Terras”, bem como demarcar as cinco zonas (Centro, Norte, Sul, Sudeste e Leste) administrativas da cidade (FERRAZ, 2007).

Com a elaboração do II PET, considerou-se a divisão do espaço urbano teresinense em áreas características, como uma preocupação necessária. Deste modo, dentre um pacote de 10 leis que compõem o II PET, está inclusa a Lei Nº 1.934, de 16 de agosto de 1988, que delimita o perímetro dos bairros de Teresina e dá outras providências. Dentre uma série de diferentes fatores que instigaram esta divisão oficial, Teresina (1994, p. 17) revela que esta divisão também foi consequência de “[...] consultas às comunidades, quando se observaram as dificuldades de identificação dos limites dos bairros tradicionais [...]. Às vezes, citavam três ou quatro nomes distintos”.

Diante destas circunstâncias, a Lei Nº 1.934 prescreve as condições e procedimentos, no qual foram consideradas características históricas e urbanísticas, com respectivas divisões e nomes, para a correta divisão dos bairros da capital. À medida que a cidade cresce, reformulações, sobretudo, urbanísticas tornam-se necessárias. Assim, em 1992, novas leis foram sancionadas e Teresina passou, então, a possuir 110 bairros com a criação da Lei nº 2.113, de 10 de fevereiro de 1992 (TERESINA, 1994).

A atual divisão territorial de Teresina foi criada através das Leis de Nº 2.960 e 2.965, de 26 de dezembro de 2000, que dividiu, para fins administrativos, a atuação da PMT em quatro áreas de atuação: Centro-Norte, Sul, Sudeste e Leste. Estas por sua vez, contam respectivamente, com uma SDU, que, segundo a PMT, objetivam aproximar os serviços da população teresinense.

Segundo Teresina (2016b) a zona Sul da cidade é composta por 35 bairros e que estes são equivalentes a 28,5 % do total de bairros da cidade. Quanto à área territorial, esses bairros ocupam 68,88 km², representando um total de 28,7 % da área urbana de Teresina (Tabela 5). A partir dos dados apresentados, verifica-se que a região administrativa Sul é a mais populosa com 237,059 habitantes, o que corresponde a 30,9% da população, seguido da regional Centro/Norte com 29,8%, a Leste 21,8% e da Sudeste 17,5% (TERESINA, 2016b).

Tabela 5 - Distribuição dos bairros por Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDUs) – Teresina PI

SDUs	Nº de Bairros	% Total	Área Territorial Km²	% Área urbana	População residente	% População urbana	Densidade Demográfica hab/km²
Centro/ Norte	40	32,5	71,51	29,8	228.906	29,8	3.201
Leste	29	23,6	62,87	26,2	167.443	21	2.663
Sudeste	19	15,4	36,69	15,3	134.119	17,5	3.655
Sul	35	28,5	68,88	28,7	237.059	30,9	3.441,62
Total	123				767,527		

Fonte: Teresina (2016b). Organização: Vieira, (2016).

De acordo com IBGE (2010a), o município de Teresina contava, no referente ano do censo, com 111 bairros, distribuído nas cinco zonas da cidade. No entanto, a partir de 2013 com a promulgação da Lei Nº 4.423, de 16 de julho de 2013, que fixou as denominações e delimitou os perímetros dos bairros de Teresina, a cidade passou a contar com 123 bairros (Tabela 5), tendo em vista a criação de 12 (doze) bairros (Quadro 6) e exclusão do bairro Cidade Industrial na regional Centro/Norte. Vale lembrar que a referida lei revoga, em especial as Leis Nº 1.934, de 16 de agosto de 1988, e nº 2.113, de 10 de fevereiro de 1992.

Quadro 6 – Alterações ocorridas pelas SDUs em Teresina a partir da lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013.

Regional	Exclusão de bairro	Criação de novos bairros
Centro/Norte	Cidade Industrial	Chapadinha; Santa Maria; Jacinta Andrade; Monte Verde, Parque Brasil e Alegre
Leste	-	Cidade Jardim e Árvores Verde;
Sul	-	Parque Sul; Portal da Alegria; Pedra Miúda e Angélica
Total		12

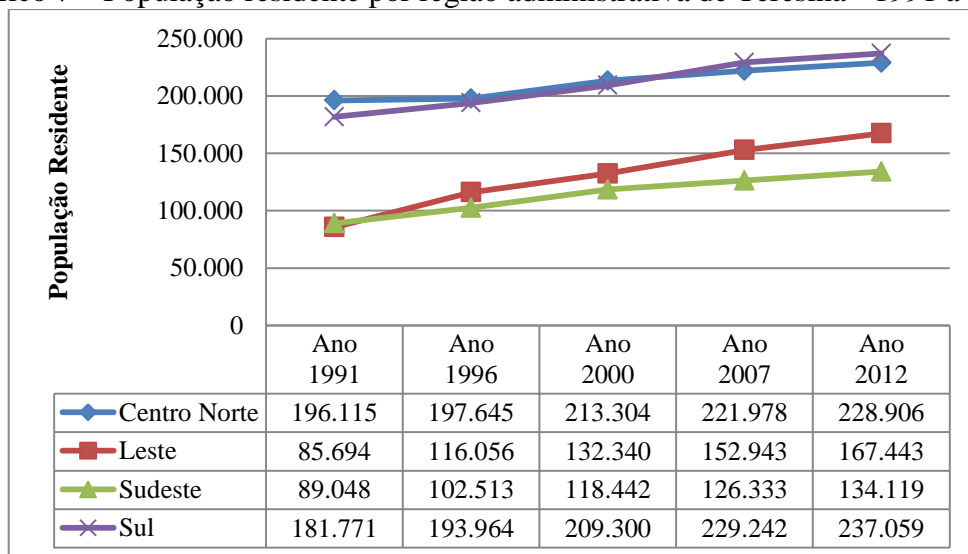
Fonte: Teresina (2016b). Organização: Vieira, (2016).

Em relação ao crescimento da população residente por zona na cidade, o Gráfico 7 ilustra este crescimento no período de 1991 a 2010. Ao fazer uma comparação entre os dados apresentados no referido gráfico e na Tabela 5, verifica-se que o crescimento da população residente por regiões administrativas de Teresina tem apresentado uma crescente ao longo do período analisado. A zona Sul, por exemplo, registrou, em 1991, o número de 181.771 residentes e, em 2012, este registro foi de 237.059, ou seja, houve uma crescente populacional de 55.288 residentes.

No entanto, quando esta análise é realizada por bairros de forma individualizada, os dados são diferentes, tendo em vista que alguns bairros apresentam uma queda no número da população residente nas quatro datas analisadas (Tabela 5), quando comparados com anos anteriores. Para tanto, uma série de fatores explica essas mudanças. Dentre tais, Araújo Neto

(2014), por exemplo, destaca a dinâmica no processo de venda de imóveis para atender uma demanda crescente relacionada a mudanças econômicas, tendo em vista que, à medida que surgem novas áreas residenciais próximas às já existentes, o fluxo de pessoas tende a aumentar, e a necessidade por produtos e serviços acompanha este crescimento, favorecendo, assim, o aumento do comércio e, conseqüentemente, a redução de casas destinadas à moradia, principalmente nas principais vias de acesso dos bairros. Esta dinâmica reflete-se nas constantes mudanças dos bairros, à medida que as principais avenidas perdem a característica de áreas residências, passando a se configurar como áreas comerciais.

Gráfico 7 – População residente por região administrativa de Teresina - 1991 a 2010.



Fonte: IBGE (2010). Organização: Teresina (2015).

Ressalta-se que os bairros Angélica, Parque Sul, Pedra Miúda, e Portal da Alegria não estão inclusos na Tabela 6 porque ainda não há dados disponíveis sobre a população, tendo em vista a recente criação dos mesmos com a promulgação da Lei Nº 4.423, de 16 de julho de 2013, mencionado anteriormente.

Na análise da expansão urbana de Teresina, verifica-se que, desde o princípio, são marcantes as construções habitacionais de cunho popular na zona Sul da cidade, com as construções dos primeiros conjuntos habitacionais ainda na década de 1960. Lima (2010a, p.94.) revela que “na década de 1960 a zona Sul ainda era constituída de inúmeras e extensas propriedades [...]”. Como já mencionado, nesta década houve a construção de cinco conjuntos habitacionais (São Raimundo, Tabuleta, Monte Castelo, Primavera I e Parque Piauí), estando quatro deles na zona Sul com exceção do Primavera I. Estes, por sua vez, passaram a atuar

como agentes de expansão urbana da capital, sobretudo na zona Sul, visto que recebeu 2.950 unidades habitacionais, com destaque para o Parque Piauí com 2.294 unidades.

Tabela 6 - População residente por bairros na regional SDU Sul de Teresina - 1991 a 2010.

Bairros	Ano 1991	Ano 1996	Ano 2000	Ano 2010
Angelim	12	2.111	14.395	27.743
Areias	640	1.341	2.066	3.024
Bela Vista	10.841	11.397	12.470	12.999
Brasilar	384	753	1.629	2.742
Catarina	1.598	1.640	1.557	1.771
Cidade Nova	4.267	4.177	2.767	3.336
Cristo Rei	8.259	8.578	8.120	8.474
Distrito Industrial	2.952	3.359	2.963	4.780
Esplanada	18	7.036	12.439	18.393
Lourival Parente	14.447	14.052	14.090	14.753
Macaúba	7.423	6.887	6.446	5.925
Monte Castelo	13.775	12.661	12.033	10.981
Morada Nova	7.021	6.579	5.947	6.104
Nossa Senhora das Graças	5.935	5.063	4.604	3.964
Parque Jacinta	126	369	613	1.122
Parque Juliana	0	69	0	89
Parque Piauí	15.521	13.990	12.950	11.307
Parque São João	893	1.185	2.061	2.765
Pio XII	2.883	2.700	2.612	2.395
Promorar	23.192	21.929	20.823	18.988
Redenção	2.015	2.496	2.894	3.248
Saci	10.434	9.755	9.183	8.190
Santa Cruz	6.760	9.311	8.765	10.181
Santa Luzia	1.493	930	720	734
Santo Antônio	6.275	11.265	13.911	21.879
São Lourenço	76	139	23	474
São Pedro	10.622	10.388	9.240	8.780
Tabuleta	3.963	3.963	3.384	3.271
Três Andares	11.553	12.154	13.570	12.739
Triunfo	392	300	296	249
Vermelha	8.001	7.387	6.729	5.659
Total	181.771	193.964	209.300	237.059

Fonte: IBGE (2010); Organização: Teresina (2016a). Adaptações: Vieira (2016).

Neste contexto, vale inferir que, a partir da construção destes conjuntos e de investimentos em obras de infraestruturas de mobilidade, com destaque para rodovias e avenidas (rodovia Federal BR – 316; rodovia estadual PI – 130; Avenidas Miguel Rosa e Barão de Gurgueia), além de obras de outra natureza que foram executadas, estas imprimiram, de acordo com Lima (2010a), um novo formato ao espaço urbano da zona Sul.

Ressalta-se, ainda, que tendenciada como uma área propícia à expansão urbana, devido a não inferência de “barreiras” naturais e paralelo aos investimentos citados anteriormente, Teresina tem recebido, ao longo de sua efetivação enquanto capital do estado,

áreas de moradia de cunho popular, espriada em todas as zonas da cidade, fato que tem contribuído para a reconfiguração do seu espaço urbano.

Atualmente, a dinâmica habitacional de cunho popular, na zona Sul, em termos quantitativos, tem superado as demais zonas da cidade, uma vez que a maioria dos empreendimentos do PMCMV localiza-se nesta zona. De um total de 28 residenciais (todos da faixa 1 do referido programa) destinados para o município de Teresina, desde 2009, 18 estão localizados na zona Sul da cidade. Convém destacar que os empreendimentos habitacionais referentes às demais faixa do PMCMV não foram objeto desta pesquisa.

Vale lembrar que esta dinâmica habitacional não se limita apenas aos empreendimentos de natureza pública. Deste modo, a produção da moradia popular em Teresina é habitual, seja financiada ou não pelo governo (federal, estadual ou municipal), uma vez que há intervenções relacionadas diretamente à sociedade, a exemplo das ocupações urbanas de caráter irregular, como é o caso, por exemplo, do Parque da Vitória (que será abordado em detalhes mais adiante) datado de agosto de 2011 e que atualmente possui cerca de 3.000 famílias segundo informações da atual (refere-se à data da pesquisa) presidente.

Destaca-se, portanto, que os diferentes espaços de moradia popular em Teresina espriam-se por toda a cidade e que o maior crescimento verificado ocorre especialmente na direção Sul. Convém ressaltar que os assentamentos de caráter irregular, distribuídos por zonas administrativas (Centro/Norte, Sul, Leste e Sudeste), apresentam maior concentração dentre os bairros da zona Sul. Dito isto, a seção seguinte trará elementos para uma discussão que visa entender a dinâmica da cidade de Teresina, relacionada aos espaços de moradia popular a partir da análise de algumas formas socioespaciais presente na capital.

3 FORMAS SOCIOESPACIAIS DA MORADIA POPULAR EM TERESINA: uma análise a partir da dimensão pública e “política”

Esta seção busca subsídios que permitam estabelecer uma compreensão sobre a formação das diferentes formas socioespaciais de moradia que compõem o cenário urbano teresinense. A propósito, ressalta-se que o termo “formas” foi empregado para designar espaços resultantes de processos e atividades que se materializam no tempo e no espaço, sobretudo, relacionada à moradia. Entendido a partir de Corrêa (2000), esta se caracteriza como o que é visível, palpável e passível de modificações diárias.

Para tanto, considerou-se cinco áreas de moradia popular localizadas na zona Sul de Teresina (Figura 7) no intuito de evidenciar o que configura cada uma delas para a cidade.

Entende-se, ainda, que, para esta compreensão, faz-se necessário estabelecer um percurso histórico no intuito de facilitar o entendimento, considerando as singularidades existentes em cada área estudada. Embora algumas apresentem, atualmente, características que “fogem” da conjuntura que as classificam, na sua essência como popular, todas as áreas estudadas têm esta característica, visto que foram construídas a partir desta concepção.

Destarte, as áreas estudadas são categorizadas a partir de Conjuntos Habitacionais, Vila, Residencial e Parque, entendidas como espaços de moradia. Quanto a este último (Parque), o mesmo foi analisado sob duas perspectivas. A primeira nos moldes do conjunto habitacional e, a segunda enquanto área de ocupação irregular. Vale lembrar que, para esta discussão, o termo “irregular” faz referência às áreas que não atendem às normas vigentes para ocupação de terra no âmbito urbano. Em virtude destes e de outros fatores, esta pesquisa visa esta discussão com o objetivo de identificar o que caracteriza estes espaços de moradia em Teresina, comparando-os com os demais, também em análise.

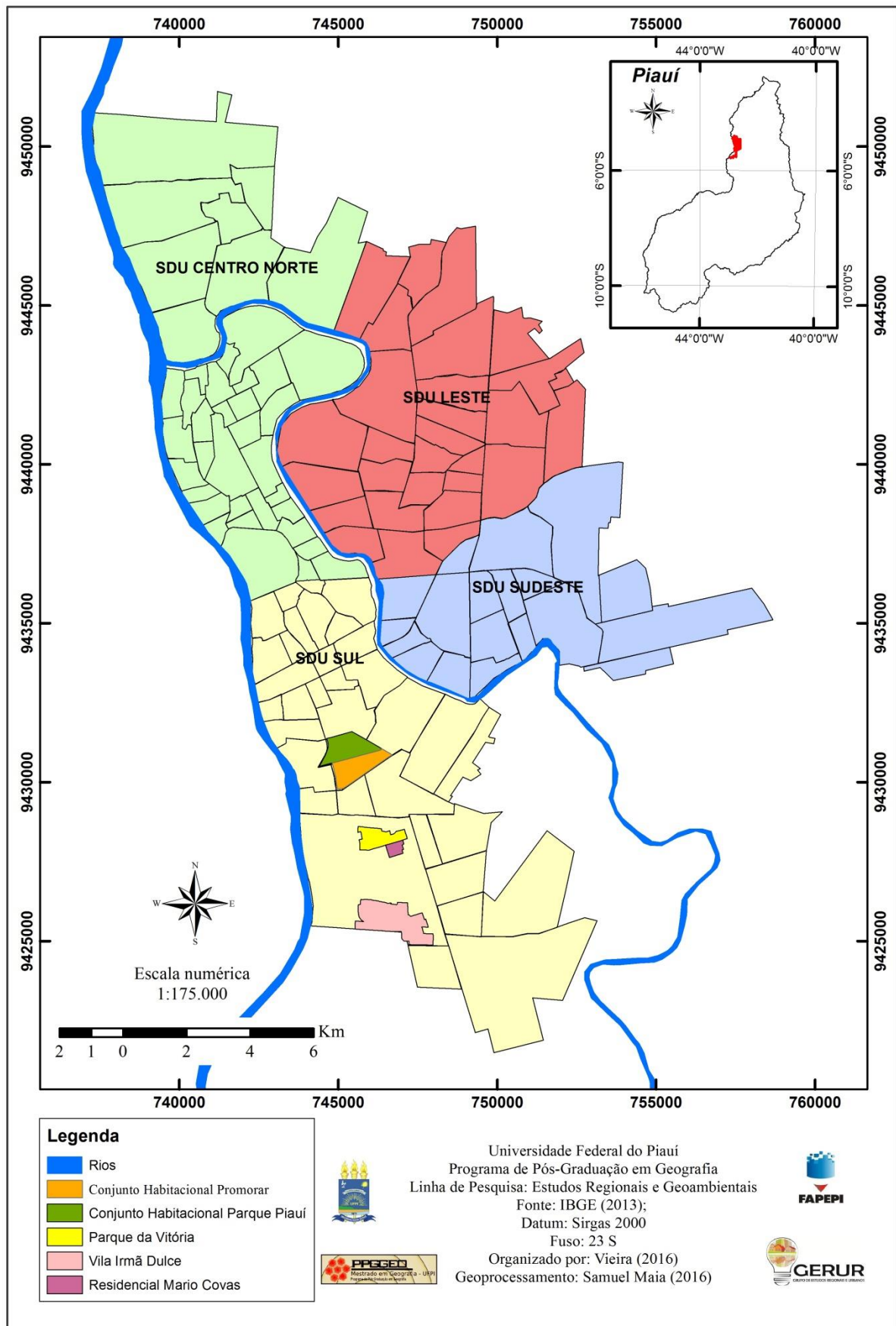
Diante dos fatores de escolhas já explicitados, optou-se por estudar o “Parque” da Vitória, tendo em vista sua trajetória na luta por moradia popular, que, no contexto atual, configura-se como um dos exemplos mais emblemáticos na zona Sul de Teresina. Vale lembrar que, inicialmente, a pesquisa tinha como objetivo discutir também a categoria Favela no âmbito desta cidade. No entanto, em virtude de uma série de fatores, citados anteriormente, a mesma não foi incluída para uma análise profícua, tendo em vista a inexistência de um espaço físico denominado como tal, no recorte espacial desta pesquisa.

Ressalta-se, portanto, que, para a análise das categorias em discussão, fez-se uso de alguns caminhos do ponto de vista da interpretação das mesmas. Para tanto, a análise deu-se a partir do aspecto histórico, da ação dos agentes e dos atores sociais, além de uma breve descrição sobre a forma espacial de cada área elencada na pesquisa. Com o objetivo de caracterizar a partir das quatro dimensões estabelecidos para esta pesquisa os espaços de moradia popular que redefinem a paisagem urbana de Teresina e para uma análise mais profícua das áreas estudadas, realizou-se entrevistas (Quadro 7) a partir de duas perspectivas, a primeira faz referência a agentes governamentais⁷ e a segunda refere-se a agentes não governamentais⁸, com o intuito de entender como se configuram estes espaços de moradia na cidade, seja pela ação do poder público e/ou pela luta por moradia.

⁷ Faz referência ao Estado (EMGERPI, ADH) e à Prefeitura (SEMDUH e SEMPLAN), enquanto agentes produtores do espaço urbano.

⁸ Refere-se aos grupos sociais (FAMCC, FAMEPI e FECEP, associação de moradores e representantes da comunidade) que participam de forma efetiva na “construção” da cidade. Neste caso, eles não só mediam como de fato produzem o espaço urbano, a exemplo das ocupações urbanas. Esta é uma realidade evidente de Teresina.

Figura 7 – Mapa da distribuição espacial dos locais em estudo na zona Sul de Teresina.



Fonte: Dados do IBGE (2013). Organização: Vieira (2016). Geoprocessamento: Samuel Maia (2016).

Quanto à primeira perspectiva, incluem-se representantes de órgãos do poder público estadual e municipal. Para a segunda, foram considerados outros representantes, como: a) atores sociais, no qual foram elencadas três entidades (FAMCC, FAMEPI e FECEP). Inicialmente, o objetivo era que os três atuais presidentes das referidas entidades fossem os entrevistados. Porém, devido a alguns imprevistos (que não cabe mencionar), junto à atual presidente da FAMCC, entrevistou-se um representante da referida entidade. Para as demais, os atuais presidentes mostraram-se receptivos em colaborar com a pesquisa concedendo a entrevista; b) associação de moradores, neste caso, entrevistou-se o presidente atual de cada uma das associações elencadas na pesquisa; e, c) moradores, para este grupo, optou-se por um número de 05 (cinco) moradores para cada uma das áreas em discussão, no intuito de complicar a tabulação dos dados de forma satisfatória e consolidação das entrevistas.

Quadro 7 - Quadro síntese dos entrevistados.

QUADRO DE ENTREVISTAS							
ENTREVISTADOS	Dimensão pública: Agentes governamentais	ESTADO	EMGERPI		QUANTIDADE	01 Representante	
			ADH			01 Representante	
		PREFEITURA	SEMDUH			01 Representante	
			SEMPPLAN			01 Representante	
	Dimensão política: Agentes não-governamentais	ATORES SOCIAIS	FAMCC			01 Representante	
			FAMEPI			01 Presidente	
			FECEP			01 Presidente	
		ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	Conj. Habitacional Vila Residencial Parque "ocupação"	Promorar		01 Presidente	
				Parque Piauí		01 Presidente	
				Vila Irmã Dulce		01 Presidente	
				Residencial Mário Covas		01 Presidente	
				Parque da Vitória		01 Presidente	
		MORADORES	Conj. Habitacional Vila Residencial Parque "ocupação"	Promorar		05 Moradores	
				Parque Piauí		05 Moradores	
	Vila Irmã Dulce			05 Moradores			
	Residencial Mário Covas			05 Moradores			
	Parque da Vitória			05 Moradores			
TOTAL					37		

Fonte: Organização: Vieira (2016).

A partir da realização das entrevistas com os 37 colaboradores, foi elaborado um quadro síntese (Apêndice II) no intuito de identificar como as áreas e/ou os espaços em discussão são caracterizados para a cidade de Teresina, a partir da percepção dos entrevistados.

Deste modo, esta seção visa a apresentar a discussão empírica da pesquisa a partir da análise de cinco espaços de moradia popular, como já citado. Inicialmente fez-se uma análise do conjunto habitacional Parque Piauí tendo como "ponto de partida" as quatro dimensões de análises elencados para a discussão (aspecto histórico, ação dos agentes e atores sociais e, descrição sobre a forma espacial). Na sequência, analisou-se o conjunto habitacional

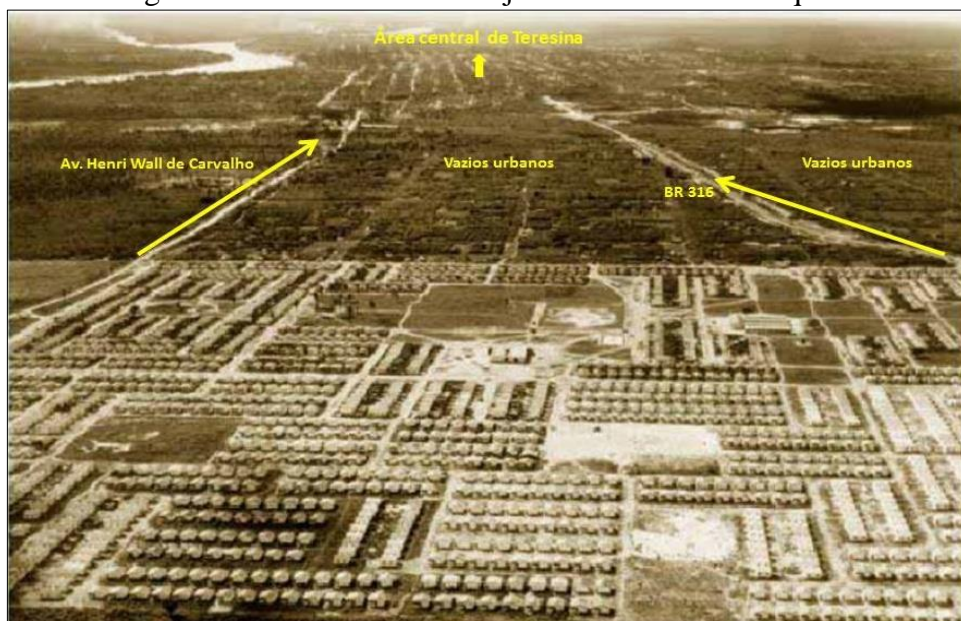
Promorar, considerando o mesmo molde da análise realizada para o Parque Piauí. Em relação à Vila estudada, fez-se uma discussão sobre a Vila Irmã Dulce. Na sequência, fez-se a mesma análise para o estudo sobre o Residencial Mário Covas, tendo seguido os mesmos critérios utilizados para as demais discussões. Por fim, fez-se uma discussão sobre Parque, sendo este estudado na perspectiva de espaço destinado para moradia. Neste caso, optou-se para uma análise sobre o Parque da Vitória localizado na zona Sul de Teresina, tendo como justificativa de escolha aspectos anteriormente destacados.

Em relação ao quarto critério, ressalta-se que se optou por fazer uma síntese dos principais logradouros públicos pertencentes a cada área estudada. Levou-se em consideração os mais expressivos e que, portanto, se configuram como espaços característicos destes locais de moradia.

3.1 Conjunto Habitacional Parque Piauí

Resultado de políticas habitacionais promovida pelo Estado que imperavam nas décadas de 1960 e 1970, o conjunto habitacional Parque Piauí é um dos que se destacam dentre os 35 bairros que compõem a zona Sul de Teresina. A parceria entre o governo federal e estadual deu-se através do BNH e da COHAB/PI. Iniciado em maio de 1967 e concluído em 1968, no governo de Helvídio Nunes, o conjunto Parque Piauí com 2.294 unidades habitacionais (Figura 8) foi um dos primeiros conjuntos da COHAB/PI inaugurado na cidade (INFOPAPI, 2001).

Figura 8 – Imagem aérea ilustrativa do conjunto habitacional Parque Piauí – 1968.



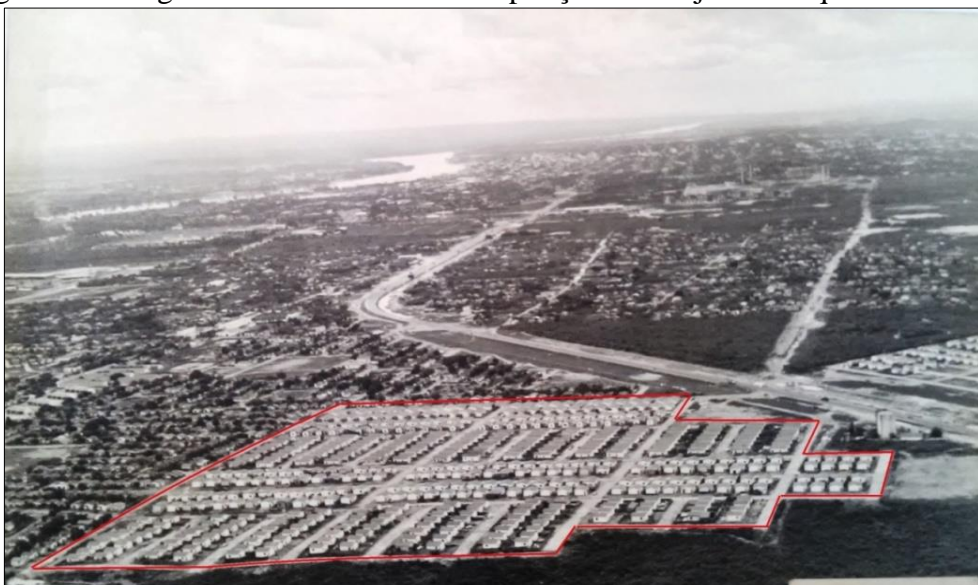
Fonte: PMT In: Melo (2009). Organização: Vieira (2016).

Durante os sete primeiros anos de fundação, sua ocupação foi dificultada, sobretudo, pela falta de infraestrutura. Além deste fator, o distanciamento da área comercial da cidade caracterizava-se como outro agravante, fato que contribuiu para que muitas famílias que foram contempladas, num primeiro momento, desistissem das casas. Em entrevista realizada com moradores do bairro, para esta pesquisa, foi possível constatar esta veracidade, como mostra o relato de um dos entrevistados.

[...] eu sou a pessoa que veio morar nessa casa porque é o seguinte: o conjunto foi inaugurado em 1968, aí muitas pessoas não vieram morar aqui porque não tinha muita estrutura, faltava a água, não tinha luz, as coisas eram muito difícil e muitas pessoas abandonaram as suas casas, né [...] então muitas pessoas que receberam as casas foram embora, aí o que aconteceu foi que a COHAB/PI ela ressorteou as casas para pessoas que quisessem morar, graças a Deus ela fez esta boa ação. Eu como era do interior e morava na casa de família e os meus irmãos precisavam vir e eu já estava trabalhando né, então eu fui pleiteada pela COHAB/PI com uma casa dessa. Então, o bairro tem 48 anos e eu tenho 44 que moro aqui, mas assim, esta casa já tinha sido de outra pessoa, só que ela veio, mas não gostou aí ela foi embora e aí no “ressorteio” fiquei e estou com ela até hoje, aqui aconteceu que trabalhei, casei, tive filhos e hoje tenho netos tudo aqui no Parque Piauí.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores do bairro, é possível verificar no depoimento de um dos entrevistados quando relata que, “[...] quando eu cheguei para cá, a água era muito salgada, não tinha nenhuma água encanada, a energia também não era assim como hoje [...]”. Ainda sobre o aspecto histórico, convém destacar que, após nove anos de sua inauguração, em 1977, o conjunto foi ampliado com 500 unidades habitacionais, (Figura 9) no governo de Dirceu Arcoverde (INFOPAPI, 2001).

Figura 9 – Imagem aérea ilustrativa da ampliação do conjunto Parque Piauí-1977.



Fonte: ADH (s.d). Organização: Vieira (2016).

Quanto ao perímetro do bairro (Figura 10), o mesmo compreende a área contida no seguinte perímetro: na direção Norte tem-se a avenida 19 de outubro (limite com o bairro Lourival Parente), segue, por esta, até a avenida Prefeito Wall Ferraz (BR-316) - Leste; prossegue, na direção Sul, até a avenida Walfrido Salmito, pela qual atinge a avenida Henry Wall de Carvalho (PI-130) - Oeste.

Atualmente, em razão do comércio diversificado e da oferta de serviços (bancos, correios e outros), o conjunto Parque Piauí, hoje denominado de bairro pelos seus moradores, assim como pela PMT, tem se destacado dentre os bairros vizinhos e de outros mais afastados. Quanto ao comércio popular, um dos destaques é a feira livre que ocorre aos domingos no mercado público e em seu entorno, como também em outras ruas nas proximidades da Igreja católica do bairro. Convém destacar que a diversidade de produtos ofertados atrai um público de diferentes bairros da zona sul e de outras zonas da cidade.

Figura 10 - Imagem de satélite ilustrativa do perímetro do conjunto Parque Piauí-Teresina/PI.



Fonte: Imagem Google Earth (2016). Organização: Vieira (2016).

Quanto à discussão sobre a ação dos agentes produtores, o governo federal em parceria com o governo estadual e a PMT, foram os principais mentores para a execução do conjunto em discussão. Neste caso, a ação dos atores sociais relacionados à luta pela moradia foi bem expressiva no que confere aos direitos básicos dos moradores do conjunto, desde início, quando construído, até os dias atuais. Dentre as entidades presentes na história do Parque Piauí, destaca-se a Associação dos Moradores do Parque Piauí (AMPAPI). Fundada em 1969, teve como primeiro presidente o Sr. Francisco que permaneceu à frente da entidade

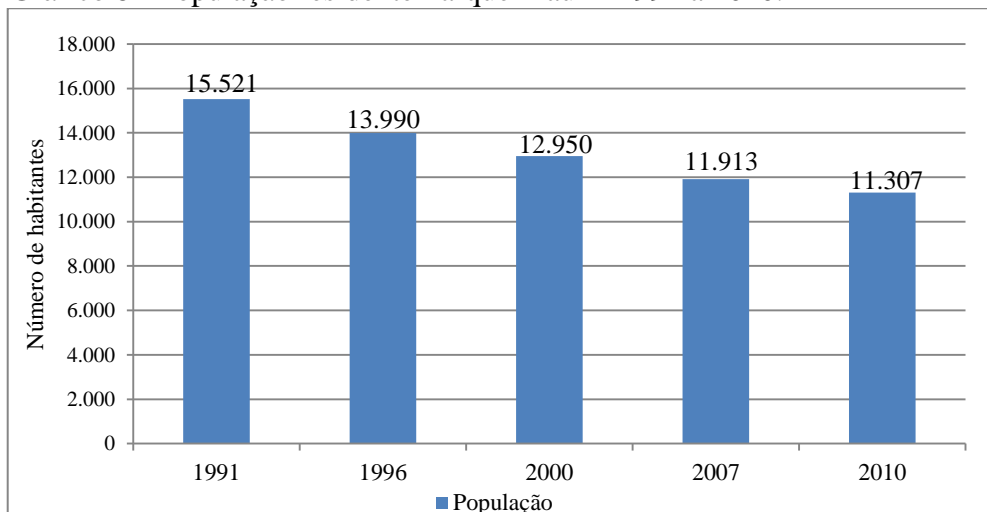
até 1972, quando assumiu o Sr. César. Este se manteve no cargo até 1974, quando a Associação foi desativada, tornando-se, então, Conselho Comunitário e ficando nessa condição até fevereiro de 1986, quando, no dia 04 de fevereiro do mesmo ano, a AMPAPI foi reativada tendo como presidente Carlos Ivan que ocupou o cargo até 1989 (INFOPAPI, 2001).

No período de 1989 a 1990, quem presidiu a AMPAPI foi Avelar Rodrigues, e, no período de 1990 a 1994, a associação mais uma vez ficou desativada, permanecendo assim até o ano de 1995, quando foi reativada provisoriamente tendo à frente o Sr. Gerson Pereira Leal (atual presidente) que ocupou a presidência da entidade nos mandatos de 1997- 1998 e 1999-2000, sendo reeleito para o biênio 2001 -2002 (INFOPAPI, 2001).

Quanto à atual gestão (refere-se à data da pesquisa) da AMPAPI, tem-se como presidente o Sr. Gerson. Em entrevista cedida para esta pesquisa ele revela que “[...] desde 1997 que a gente vem, de lá para cá, só passou uma gestão de dois anos que não foi a gente, o restante todos foram nós. Então de 1997 pra cá só teve uma gestão de dois anos que não foi a gente e a gestão é de dois anos, o mandato”.

Em relação à população residente do bairro, o IBGE (2010a) destaca que, no referido ano, a população do Parque Piauí era de 11.307. De acordo com Teresina (2015c), este número representava um percentual de 1,47% da população total da cidade de Teresina e, no ranking geral, ocupava a 19ª posição dentre os demais bairros da capital. Verifica-se, a partir do Gráfico 8, que a população residente do conjunto apresentou gradativamente um decréscimo, sendo que, no ano de 1991, a população total somava 15.521 habitantes (cerca de 2,79% da população urbana do município). Nos anos 2000 chegou ao número de 12.950 e o último censo de 2010 somava-se a 11.307 moradores no bairro (TERESINA, 2015b).

Gráfico 8 - População residente Parque Piauí – 1991 a 2010.



Fonte: IBGE (2010). TERESINA (2015b). Organização: Vieira (2016).

Esses indicadores populacionais revelam que, mesmo a princípio, o bairro tendo sido projetado para fins de moradia, com o passar dos anos, tendo em vista a crescente expansão da cidade, algumas casas, sobretudo, as localizadas na Juarez Távora (Figura 11), principal avenida, foram transformadas em pontos comerciais, fato que tem contribuído para que muitos moradores migrassem para outros locais.

Em detrimento desta e de outras mudanças, (como filhos de moradores que casam e migram para outras áreas, assim como a implementação de programas de moradia ,a exemplo do PMCMV, na cidade, visto que há também uma demanda por aluguel), verifica-se uma diminuição do número de moradores no bairro. Embora isso, ressalta-se que o perímetro do bairro permanece o mesmo desde o início. A partir da leitura do Gráfico 8, verifica-se que, entre os anos de 1991 e 2010, houve uma redução de 4.214 moradores do bairro.

Figura 11 – Fotografia da Av. Marechal Juarez Távora no conjunto Parque Piauí.



Fonte: Vieira (2016).

De acordo com um levantamento da PMT no ano de 2015, que elencou um grupo de cinco ramificações de negócios (agropecuária, comércio, construção civil, indústria e serviços), para espacializar estas atividades em Teresina, o Parque Piauí apresenta um percentual significativo destas atividades, tendo em vista que 1.013 estabelecimentos foram contabilizados como atuantes no bairro. Ressalta-se que, no ramo da agropecuária, não houve dados registrados. Porém, os demais estabelecimentos estão distribuídos no bairro, sendo o comércio a atividade preponderante, seguido pelas atividades de serviços (TERESINA, 2015b).

Quanto à análise referente à forma espacial, como já mencionado, utilizou-se como critério de escolha, apresentar uma síntese dos principais logradouros públicos do conjunto, levando em consideração os mais expressivos e que se configuram como espaços que caracterizam (Figura 12) o Conjunto Habitacional Parque Piauí.

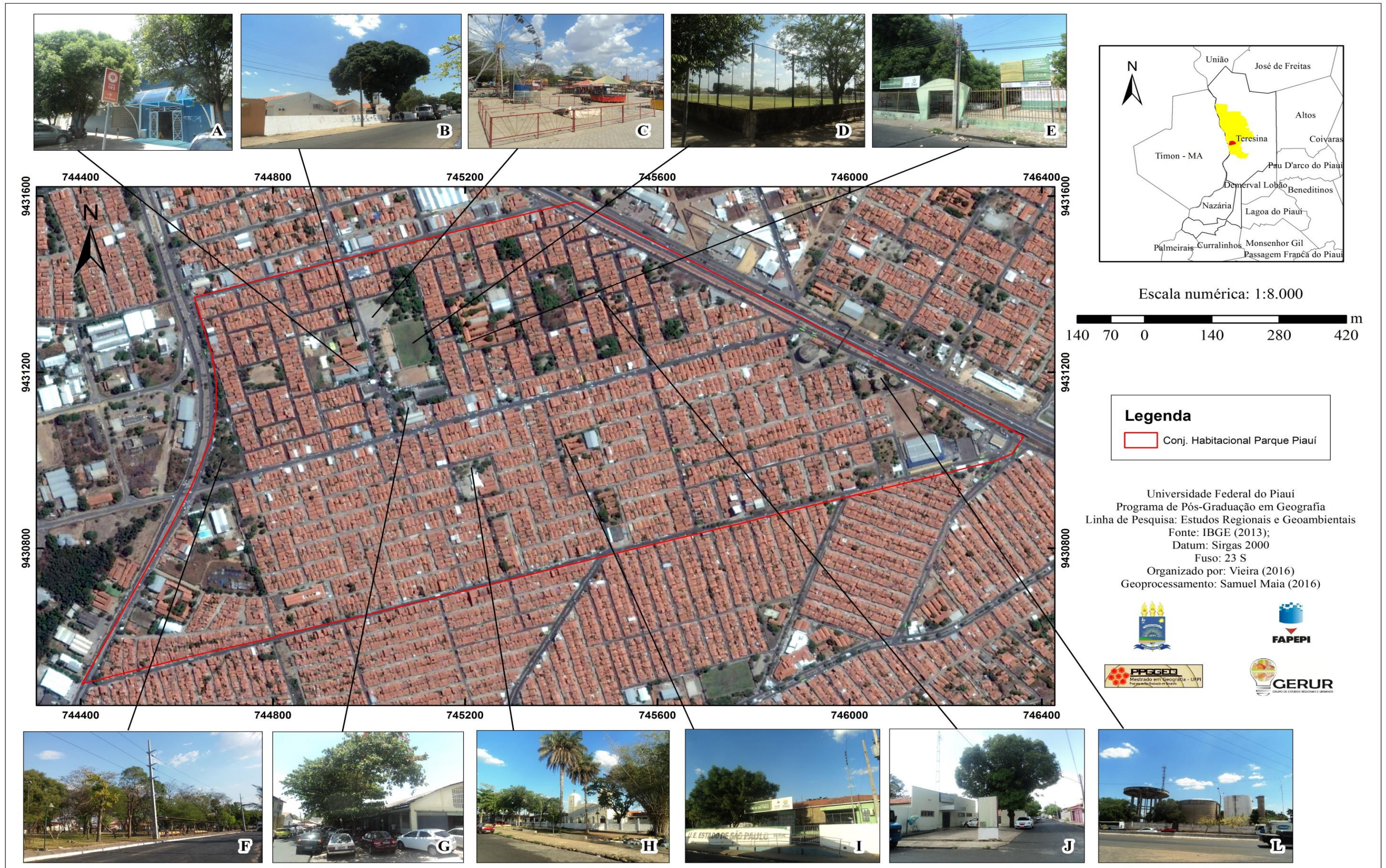
Desta forma, dentre uma série de outros logradouros públicos, destaca-se: uma Unidade Integrada de Saúde Parque Piauí, Figura 12(A); um Centro Social Urbano, Figura 12 (B). Quanto às praças, destaca-se a Praça da Integração, Figura 12(C) e a Praça das Ações Comunitárias, Figura 12(F), além de um campo de futebol, Figura 12(D). Em relação às escolas estaduais, destaca-se a Unidade Escolar Monsenhor Cícero Portela Nunes, Figura 12(E) e a Unidade Escolar Estado de São Paulo, Figura 12(I). Há, ainda, um Mercado Público, Figura 12(G); o 4º Distrito Policial, Figura 12(J) e uma das primeiras obras de infraestruturas construídas no bairro refere-se à Caixa D'água, Figura 12(L). Outro destaque, a Praça da Igreja São João Batista, Figura 12(H), ponto de celebração de muitas atividades culturais desenvolvidas pela Igreja Católica na comunidade.

Quanto aos aglomerados subnormais existentes no perímetro do Parque Piauí, encontra-se apenas a Vila Nova. Além dos logradouros públicos já citados, ao todo, o Parque Piauí conta com sete estabelecimentos de ensino pertencente ao estado, como: a Unidade Escolar Padre Antônio José do Rego; Unidade Escolar Professor Agripino Oliveira; Unidade Escolar Professor Antônio Maria Madeira; Unidade Escolar Professor Bartolomeu Vasconcelos Filho e a Unidade Escolar CEJA - Professora Shirley Costa e Silva, além das duas já citadas, anteriormente.

Em relação aos estabelecimentos de ensino da prefeitura municipal, ao todo, o conjunto Parque Piauí conta com seis destes estabelecimentos, a saber: a Escola Municipal Parque Piauí (conhecida como Escolão), CMEI Professora Maria do Carmo Nunes, a Escola Municipal Esther Couto, CMEI Hercília Torres de Almeida, CMEI Luterano e CMEI Jesus Diocesano (TERESINA, 2015b).

Sobre os estabelecimentos de ensino privado, ao todo, o conjunto conta com 6 (seis) destes estabelecimentos de acordo com dados de Teresina (2015b), a saber: S.S. Computers; Escola São José de Ribamar; Instituto Educacional Franklin Rocha; Invicto Cursos; Unidade Escolar Parque Piauí-Unesp e Cooperativa Educacional Perfil (TERESINA, 2015b).

Figura 12 – Imagem de satélite adaptada, e mosaico de fotografias mostrando a espacialização dos principais logradouros públicos do conjunto Parque Piauí – Teresina/PI.



Fonte: IBGE (2013). Teresina (2013). Imagem Google Eart (2017). Organização: Vieira (2016). Geoprocessamento: Samuel Maia (2016).

Quanto aos equipamentos públicos de lazer, segundo a PMT, existem: onze praças, dois campos de futebol, um ginásio poliesportivo, duas quadras de esportes e uma academia. Em relação às praças, destacam-se as praças da Praça da Concórdia, Praça da União, Praça São Pedro, Praça da Igreja São João Evangelista, Praça da Faveira, Praça das Crianças, Praça das Mangueiras, Praça Vereador Paulo Fortes, além das três, já citadas.

Em relação à forma espacial do bairro, verifica-se, a partir da Figura 12 e da descrição geral dos logradouros do Parque Piauí, que os serviços públicos estão bem distribuídos em todo o conjunto. Em vista disso, verificou-se na pesquisa *in loco* que os moradores estão satisfeitos com a configuração e com as atividades ofertadas no bairro, embora algumas reivindicações sejam presente. Dentre tais, a pavimentação asfáltica do bairro, assim como a titulação da terra sempre foram algumas das principais. Ressalta-se que estes dois projetos têm sido implantados, paulatinamente, no bairro.

Quanto ao processo de regularização dos conjuntos habitacionais em Teresina, o destaque é para o programa Minha Casa Legal (Programa de Regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais) idealizado pelo governo do estado. Elaborado pela EMGERPI, que assumiu a competência para deliberar sobre a Carteira Imobiliária da extinta COHAB/PI, o programa tem como objetivo promover a regularização fundiária dos empreendimentos habitacionais que possuem pendência de documentação, regularizando, assim, todos os conjuntos habitacionais construídos pela extinta COHAB/PI, em Teresina e nos demais municípios piauienses que ainda não foram regularizados em cartório.

A obtenção da titularidade definitiva proporcionará ao mutuário gozar de todos os benefícios decorrentes do direito de propriedade, com segurança jurídica. O programa conta ainda com a negociação de dívidas e parcelamento de débitos concedendo ao mutuário que estiver com 03 (três) ou mais prestações em atraso a oportunidade de quitar suas dívidas com descontos de até 90% (noventa por cento) de descontos sobre os acréscimos moratórios (juros e mora) apurados (EMGERPI, 2016).

Destaca-se, portanto, que, em Teresina, o Parque Piauí, após 48 anos de sua construção, é o primeiro conjunto que está sendo beneficiado pelo programa. A ideia é que, progressivamente, esta ação se estenda aos demais conjuntos habitacionais da cidade à medida que as demandas forem sendo resolvidas.

3.2 Conjunto Habitacional Promorar

Localizado na zona Sul de Teresina, o conjunto habitacional Promorar compreende a área contida no seguinte perímetro (Figura 13) partindo do encontro das avenidas Walfrido Salmito (Norte) e Prefeito Wall Ferraz (BR-316) a Leste, segue, pela rodovia, até a Rua Odilon Nunes, ao Sul; continua, por esta até a Rua 11 de Julho, a Oeste; por esta, rumo Norte, atinge a Av. Walfrido Salmito e retorna ao ponto de partida (TERESINA, 2015c).

Figura 13 – Imagem de satélite com adaptações do perímetro do conjunto Promorar – Teresina/PI.



Fonte: Imagem Google Earth (2016). Organização: Vieira (2016).

Quanto ao aspecto histórico, o conjunto Promorar possui uma trajetória histórica bem ilustrativa do ponto de vista quantitativo, uma vez que o número de unidades habitacionais, à época de sua construção, foi o mais expressivo. Fundado em 1982, através da COHAB/PI, o conjunto recebeu o mesmo nome do programa do governo federal destinado à erradicação de favelas e ao atendimento dos mais pobres que viviam em condições subnormais de moradia. Lima (2010a) destaca que, no âmbito local, o programa PROMORAR atuou em cinco favelas (COHEB, São Pedro, Lucaia, Tabuleta e Codipi) de diferentes zonas da cidade de Teresina.

Convém destacar que, ainda no primeiro semestre de 1980, o governo local solicitou ao BHN recursos para a construção de 5.000 casas no intuito de atender a demanda da Favela COHEBE, uma vez que a intenção era extingui-la, não só porque apenas representasse uma

“ameaça” ao ordenamento da cidade, mas principalmente sob pressão da CHESF, como também de grandes proprietários de terras nas proximidades da favela (LIMA, 2010a).

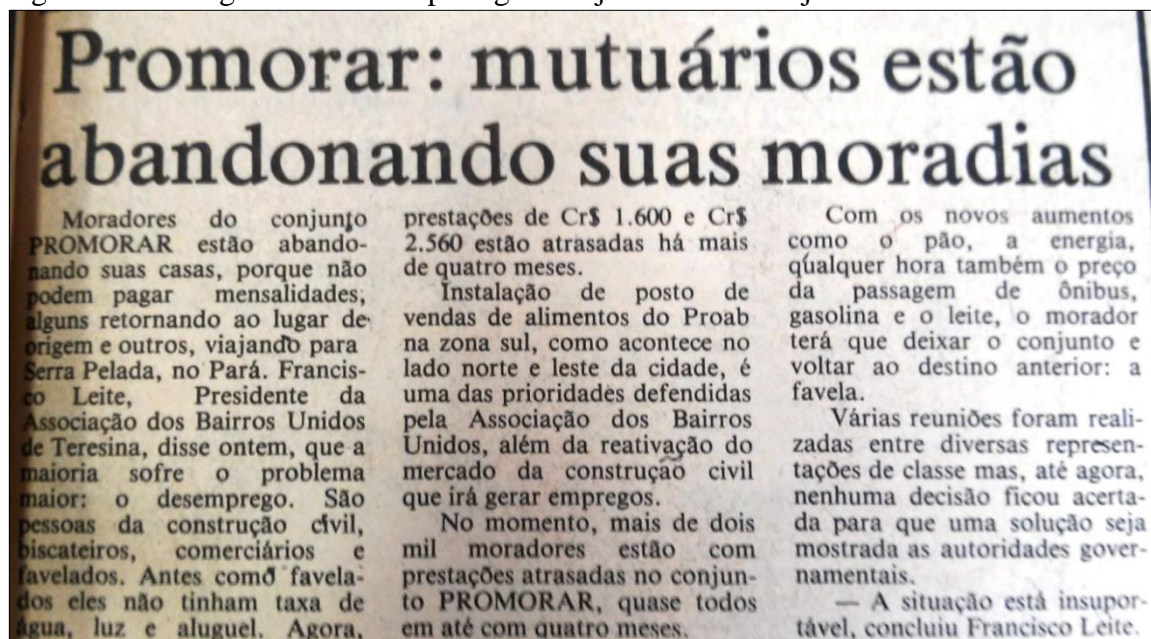
Construído no governo de Lucídio Portela, que, de acordo com Lima (2010a), cumpria a promessa assumida no princípio de seu governo, o conjunto recebeu 4.698 unidades habitacionais, tornando-se um dos maiores conjuntos habitacionais de Teresina, à época. Ainda de acordo com Lima (2010a, p. 90), a obra teve sua conclusão protelada “[...] devido ao atraso de liberação de verbas e nos serviços de terraplanagem [...], sendo entregue definitivamente à população apenas em março de 1983”. De acordo com o atual (refere-se à data da pesquisa) presidente da associação de moradores do Promorar,

[...] a terraplanagem foi em 1981 e em 1983 foi inaugurado a primeira parte do bairro pelo então Governador Lucídio Portela Nunes. Esse bairro, o objetivo primeiro dele era habitar aquele pessoal que viviam naquela invasão conhecida como invasão da COHEB, favela coheb [...] era para acolher esse pessoal, tirar de lá e trazer para cá, então, o objetivo primeiro era esse. E veio muita gente da COHEB, aí veio muito morador de lá para cá e em 1983 foi terminado todo bairro Promorar e as pessoas foram habitando [...].

A implantação do conjunto Promorar deu-se sob grandes discussões, tendo em vista que não atendia a dinâmica proposta pelo então programa de moradia de mesma denominação, expresso em suas diretrizes, que se tratava de urbanização de favela e não de remoção, como ocorreu com o conjunto Promorar. Outro ponto refere-se à distância do terreno escolhido para a construção do conjunto que não atendia as exigências de 500m de distância, como era proposto. Neste caso, o conjunto Promorar localizava para além da parte urbana da cidade (LIMA, 2010a).

No início, quando transferidos para o conjunto, muitos dos mutuários (sem condições de pagar a mensalidade referente às casas), abandonaram suas moradias e alguns voltaram ao seu local de origem (Favela COHEBE), como destaca a reportagem do jornal O Dia (Figura 14), datado de junho de 1983. Dentre vários outros problemas enfrentados, no início, pelos moradores, o conjunto Promorar, com pouco tempo de inaugurado, também apresentava problemas na infraestrutura como destaca o jornal O Dia (1993, p. 17) ao relatar que “[...] com pouco tempo de inaugurado já começa a apresentar problemas. Com as chuvas caídas ultimamente, muitas ruas ficaram intrafegáveis, como é o caso daquelas que ainda não dispõem de calçamento. [...] nas proximidades das quadras 25 e 26, a chuva que caiu nas primeiras horas de ontem e deixou várias ruas com o calçamento danificado [...]”.

Figura 14 – Fotografia de uma reportagem do jornal O Dia de junho de 1983.



Fonte: Jornal O Dia (1983, p.5-6).

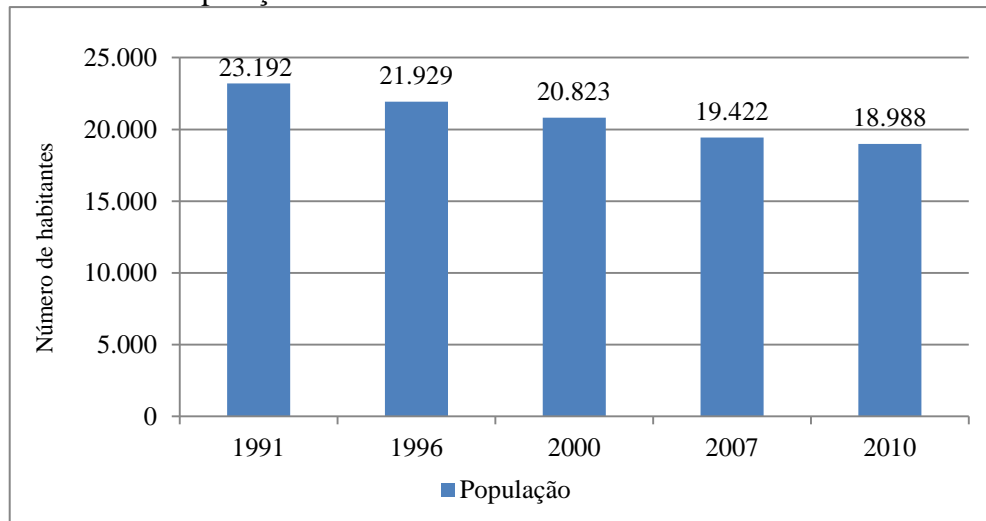
Quanto à discussão sobre a ação dos agentes produtores do espaço urbano, destaca-se que o governo Federal, em parceria com o Estadual e a PMT, foram os principais mentores desde a elaboração à execução do conjunto em discussão. Neste caso, os atores sociais relacionados à luta pela moradia passaram a questionar e denunciar pontos de falha da execução do programa, em destaque, à medida que os problemas surgiam.

De acordo com IBGE (2010a), o número de habitantes do conjunto Promorar, no referido ano, correspondia a uma população de 18.988 habitantes (Gráfico 9) o que representava, à época, 2,47% do total da cidade de Teresina, ocupando, assim, a 7ª posição em relação à quantidade de habitantes (TERESINA, 2015c). Vale ressaltar que os censos demográficos anteriores haviam registrado uma população superior ao apresentado no ano de 2010.

A partir da leitura do Gráfico 9, verifica-se que, em 1991, o total de habitantes do bairro era de 23.192 pessoas e que, nos anos posteriores, este número foi diminuído gradativamente. No ano de 1996 eram 21.929 moradores, em 2000 este número passou para 20.823 e no ano de 2010, este número foi reduzido para 18.988, ou seja, considerando o ano de 1991 até o ano de 2010, o Promorar perdeu 4.204 moradores no período em análise. A partir desta interpretação, vale inferir que a dinâmica atual do conjunto Promorar, com acentuado número de estabelecimentos comerciais, confere como uma das possíveis

explicações para esta redução do número de moradores, ao longo dos anos apresentados no gráfico em discussão.

Gráfico 9 - População residente do Promorar – 1991 a 2010.



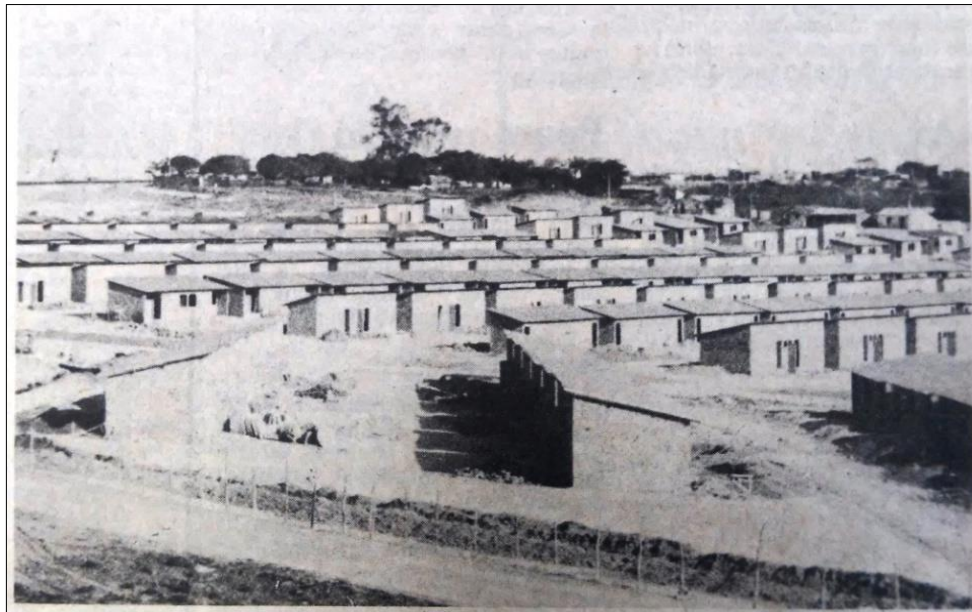
Fonte: IBGE (2010). Teresina (2015c). Organização: Vieira (2016).

De acordo com um levantamento da PMT, em 2015, realizado no intuito de espacializar os estabelecimentos comerciais na cidade de Teresina, elencou um grupo de cinco ramificações de negócios como agropecuária, comércio, construção civil, indústria e serviços. Destas, o conjunto Promorar apresenta um percentual significativo de algumas das atividades, tendo em vista que 791 estabelecimentos foram contabilizados como atuantes no conjunto. Estes, por vez, são distribuídos da seguinte forma: 1 para agropecuária; 410 estabelecimentos atuam no comércio; 23 na construção civil; 135 atuam na indústria; e 222 no ramo de serviços, dos mais variados possível (TERESINA, 2015d).

É importante salientar que, desde sua fundação, várias são as transformações que têm ocorrido no Promorar. Atualmente a propagação de pequenos comércios e serviços tem mudado sua dinâmica inicial. Do ponto de vista econômico o que prevalece são as atividades do setor terciário (comércio e serviços), sendo o comércio a principal atividade que movimenta a economia local, configurando-se também como a “responsável” pelo fluxo de pessoas que trafegam neste espaço diariamente. Outro destaque refere-se ao padrão residencial que ainda predominante é o horizontal. Este fato é reflexo das primeiras construções que, desde o início, assim foram projetadas (Figura 15). Ressalta-se que este modelo pode se configurar, ainda, como um indicativo de que a população residente, na sua maioria, configura-se como de baixo *status*. Construído nos moldes dos programas habitacionais do governo federal referente à moradia popular, que atualmente ainda prevalece,

a Figura 15 mostra o padrão de casas iguais e bem próxima umas das outras, à época de sua construção, aspecto comum neste tipo de construções financiadas com tais finalidades.

Figura 15 – Fotografia aérea da vista parcial do conjunto Promorar - 1983.



Fonte: Jornal O Dia (1983, p.3).

Outro ponto a ser considerado refere-se à distância, à época, para as áreas com maior infraestrutura da cidade, no caso do Promorar, porém não específico deste conjunto, foi construído para além do perímetro urbano da cidade. Se comparado com a dinâmica dos atuais empreendimentos habitacionais do PMCMV, este é dos pontos, dentre vários outros que continua a se repetir, fato que dificulta a vida diária dos moradores destes empreendimentos, uma vez que um dos poucos meios de locomoção dos mesmos ainda é o transporte coletivo e, via de regra, é bastante deficitário no contexto geral das cidades brasileiras e, quando se refere a estes locais de moradia, a situação torna-se ainda mais grave.

Ainda sobre a dinâmica econômica, destaca-se que os principais fluxos ocorrem nas principais avenidas do conjunto. Além da Avenida Deputado Ulisses Guimarães Figura 16(A), principal do bairro, outras também se destacam como a Avenida Conselheiro Alcides Nunes Figura 16(B), também conhecida por Transversal 3. Sobre esta última avenida, um dos moradores entrevistados para esta pesquisa, destacou que, em 1983, o então Governador Lucídio Portela Nunes, à época, entregou a primeira parte concluída do conjunto Promorar (referindo-se a Avenida Transversal 3) ao seu sucessor, Hugo Napoleão.

Figura 16 – Fotografias em mosaico da Vista parcial das Avenidas Ulisses Guimarães e Transversal 3 no Promorar - Teresina/PI.



A: Vista parcial da Avenida Dep. Ulisses Guimarães. B: Vista parcial da Avenida Conselheiro Alcides Nunes. Fonte: Vieira (2016).

Em relação à ação dos atores sociais presentes na história do Promorar, destacam-se a Associação dos Moradores, assim como grupos “isolados” e/ou mesmo que fazem parte da Igreja católica do referido conjunto. Perguntado sobre este assunto, em entrevista para esta pesquisa, o atual presidente (faz-se referência à data da pesquisa) destaca que

Existem alguns grupos, mas não tem a legalidade com CNPJ, por exemplo, hoje quem me ajuda em torno da função do CNPJ é a Fundação Viver com Dignidade que cadastrou no orçamento popular e nos dar uma contribuição, porque cada entidade ela consegue no mínimo uma emenda de orçamento por ano, e a Fundação Viver com Dignidade que hoje é dona da rádio FM Verona e da Clínica Santa Luzia [...], através do seu grupo gestor ela cadastrou o CNPJ na prefeitura, no Orçamento Popular, e com isso nos ajuda e muito porque cada emenda dessas pode chegar até 150 mil R\$ a 170.000 mil reais, e nos ajuda e muito [...] se existe outros grupos como de mulheres ou mães, mas eu acho que elas não são registradas [...].

Como se observa no depoimento acima, embora outros grupos atuem no conjunto, em discussão, eles não trabalham de forma articulada com a Associação de Moradores. Como visto, o atual presidente até sabe dar existência de alguns, mas não apresentou maiores detalhes sobre os mesmos. Quanto ao processo de regularização fundiária do conjunto Promorar, todos os entrevistados, para esta pesquisa destacaram que ainda não possuem o título de posse da terra de suas casas. Porém, questionado sobre esta questão, o então presidente da Associação de moradores destaca que

O governo já iniciou este processo e o Parque Piauí foi o primeiro contemplado com a regularização, se eu não me engano, o Bela Vista vem depois, mas ainda não chegou a vez do Promorar. Agora também tem uma coisa, como aquele acordo já existe só que sai caro para o usuário regularizar

por sua conta. Hoje se eu quiser registrar uma casa nova eu gasto em torno de 8 a R\$10.000 mil reais [...] isso casa de valor baixo aqui no Promorar e se ela já tiver quitada, isso com a contribuição dos imposto da prefeitura que ela cobra e também com a despesa de cartório [...], com o programa, o registro, a documentação já está tudo feita e se torna muito barato e a gente vai ter o documento praticamente gratuito por conta disso, mas por hora devemos esperar. Assim, é um programa do governo, mas eles estão fazendo bairro a bairro porque tem que ser analisada cada processo, agora foi o Parque Piauí vai entrar o Saci, o Bela Vista, aí depois, a gente tá lutando para que o Promorar seja contemplado.

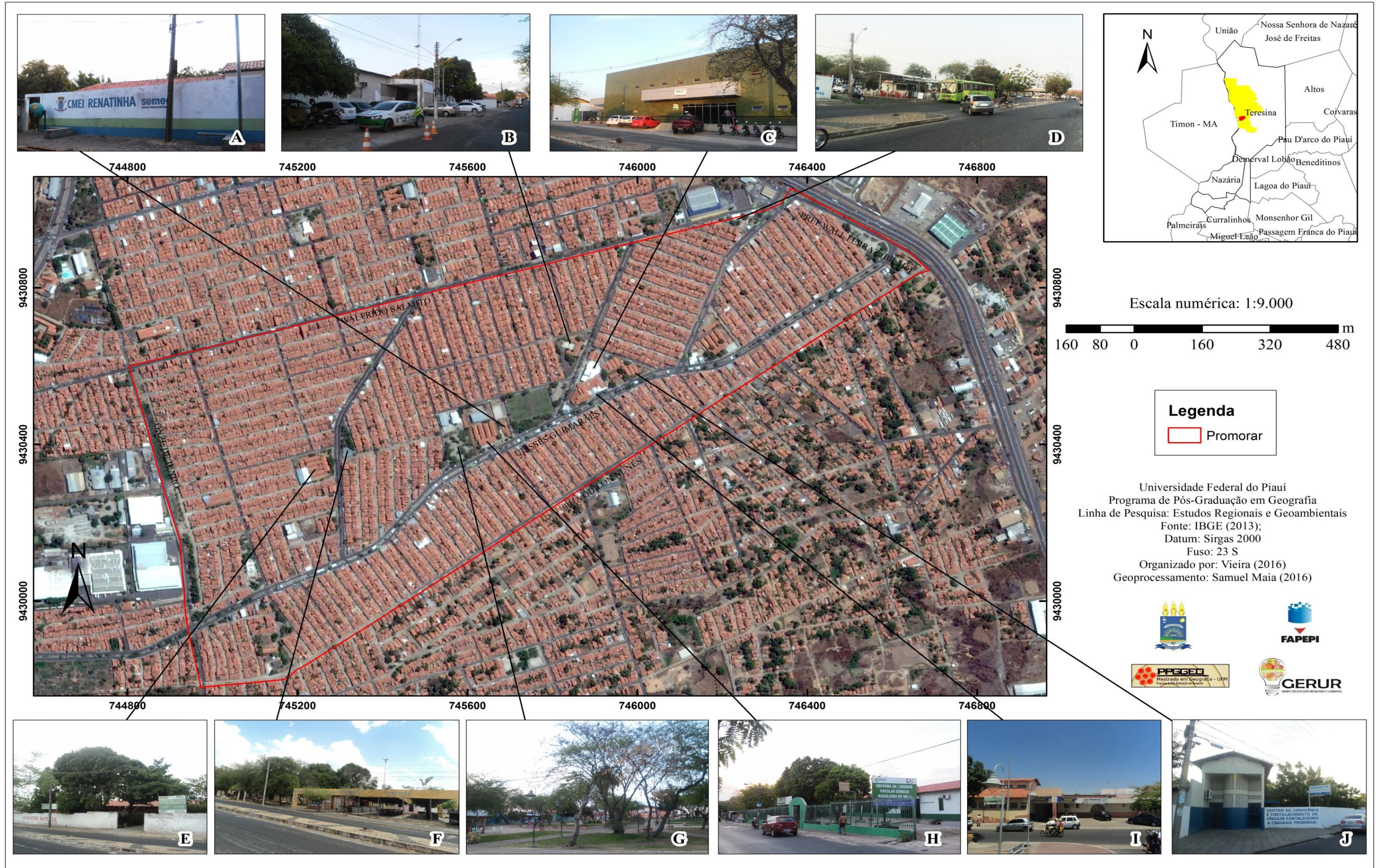
Em relação à análise da forma espacial, destaca-se que, dentre uma série de outros espaços públicos, o conjunto Promorar conta com: um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI (Creche Renatinha), Figura 17(A); 2ª Companhia Independente da Polícia Militar-2ª (CIPM) Promorar, Figura 17(B); uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Figura 17(C); um terminal rodoviário de ônibus de uso coletivo, Figura 17(D); conta, ainda, com a Unidade Escolar Martins Napoleão, Figura 17(E), de nível fundamental e médio, e com a Unidade Escolar Domício Magalhães Melo, Figura 17(H), dentre outras estabelecimentos.

Há ainda, um mercado público, conhecido popularmente como feirinha do Promorar, Figura 17(F). Dentre as cinco praças, destaca-se a praça da Bíblia, conhecida popularmente como praça da Igreja, Figura 17(G). Outro destaque refere-se ao Hospital Geral do Promorar que recentemente tornou-se a Maternidade Dr. Olavo Mendes de Carvalho, Figura 17(I). Além destes e de vários outros logradouros importantes, há ainda uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Sul III, Figura 17(J).

Além destes, o conjunto Promorar conta ainda com vários outros estabelecimentos. Dentre as Unidades de Assistência Social, além do CRAS Sul III, já mencionado, destaca-se o Núcleo de Atendimento Intergeracional (NAI) e o Núcleo de Convivência Intergeracional (NUCI) da Família. Sobre os estabelecimentos de ensino no âmbito do Estado, o conjunto possui quatro unidades em pleno funcionamento, a saber: Unidade Escolar Prof. Mercedes Costa; Unidade Escolar Domício Magalhães de Melo; Unidade Escolar Martins Napoleão; Unidade Escolar Solange Sinimbu Viana Arêa Leão.

De responsabilidade municipal, há apenas uma: CMEI (Creche Renatinha) localizada no perímetro do conjunto. Neste caso, o excedente da demanda de crianças não atendida nesta unidade de ensino é encaminhado para outros bairros, nas proximidades do Promorar.

Figura 17 – Imagem de satélite adaptada, e mosaico de fotografias mostrando a espacialização dos principais logradouros públicos do conjunto Promorar – Teresina/PI.



Fonte: IBGE (2013). Teresina (2013). Imagem Google Eart (2017). Organização: Vieira (2016). Geoprocessamento: Samuel Maia (2016).

De acordo com TERESINA (2015c), o conjunto conta ainda com 6 (seis) estabelecimentos de ensino privado, a saber: Instituto de Sabedoria e Ensino (ISE); Sistema Educacional Avanço; Educandário Jean Piaget; Colégio Afirmativo; Instituto Franklin Rocha e o Sistema Educacional Aquarela. Sobre as praças públicas, o conjunto conta com oito ao total, como: Praça Vila Santa Maria; Praça da Feira Comunitária; Praça do Campo de Futebol; Praça da Bíblia; Praça da Vitória; Praça São Francisco; Praça de Eventos; Praça e Espaço Cultural Desembargador Vicente Ribeiro Gonçalves. Há, ainda, um Mercado (Feira comunitária do Promorar) e um Centro de Produção do Promorar (TERESINA, 2015c).

Ressalta-se, portanto, que, atualmente, o conjunto Promorar conta com uma série de logradouros públicos, fato bem distinto da época de sua construção. Embora isso, a pesquisa constatou que alguns anseios da população ainda não foram alcançados, a exemplo destacam-se: a) construção de mais escolas de educação infantil para atender a demanda, visto que há apenas uma creche; b) construção de um complexo poliesportivo (em entrevista para esta pesquisa, o atual presidente da associação de moradores afirmou que a mesma está trabalhando para que o projeto seja executado); c) pavimentação asfáltica de todas as ruas. Estas, dentre outras, é mais umas das reivindicações dos moradores do Promorar.

Em relação à moradia, ressalta-se que as condições de habitabilidade são satisfatórias. Conjuntamente, destaca-se a infraestrutura atual do conjunto, embora muito ainda tenha que ser executado. No geral, os padrões das casas são bem característicos, ou seja, não se diferem muito, predominando o padrão horizontal, característica desde a época de sua construção em 1982. Embora isso, muitas modificações foram realizadas nos mais diferentes setores, fato que, atualmente, torna o Promorar como um dos importantes bairros da zona Sul de Teresina que concentra uma demanda, sobretudo, de serviços, que atende a si e as demais áreas de moradia no seu entorno.

3.3 Vila Irmã Dulce

A falta de moradia resultante da conjuntura política e social tornou-se um dos principais problemas do mundo atual. Em Teresina, assim como em outras capitais brasileiras, este problema resultou em uma série de implicações para a sociedade, sobretudo relacionada ao uso e ocupação do solo urbano. Rodrigues Neto (2005) revela que, na década de 1990, Teresina registra um aumento dos conflitos por moradia e que estes impunham desafios à gestão da cidade, como exemplo, destaca-se a ocupação Vila Irmã Dulce que ocorreu em 1998.

Impulsionada pela crise habitacional nas cidades e pela ineficiência de políticas públicas capazes de assegurar o direito à moradia e à cidadania, várias reivindicações se espalham por todo território nacional. Neste contexto, o processo de ocupação que deu origem a Vila Irmã Dulce⁹ é reflexo de uma ação conjunta que vinha se fortalecendo por todo o Brasil sobre ocupações urbanas. Diante do contexto no qual a cidade se encontrava e das orientações do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a data marcada para a ocupação do terreno foi, propositalmente, 03 de Junho de 1998 (Figura 18), dia em que ocorreriam, simultaneamente, diversas ocupações em vários Estados da Federação. O propósito era chamar atenção do poder público para o problema em discussão.

Figura 18 - Fotografia da ocupação Vila Irmã Dulce.



Fonte: Jornal O Dia (1998, p.6).

Convém destacar que a história da Vila Irmã Dulce se iniciou antes da ocupação e está atrelada a várias entidades, em especial a FAMCC. Esta tem como foco, desde o início de sua fundação, a promoção da moradia e lutas por conquistas sociais, sobretudo, no âmbito da moradia popular. Destaca-se que, na década de 1990, Teresina apresentava um elevado índice de famílias sem moradia, fato que contribuiu para a prática de ocupações de terras na capital e que culminou na ocupação Vila Irmã Dulce.

Neste contexto, os envolvidos no processo de organização da Vila Irmã Dulce articularam-se com diferentes segmentos sociais no intuito de efetivamente pôr em prática o que a meses vinha sendo planejado. Convém ressaltar que, até então, a cidade de Teresina não

⁹ O nome de Vila Irmã Dulce dado para a área ocupada foi uma homenagem à brasileira e missionária católica, Dulce Lopes Pontes 1914 – 1992, (SILVA, 2005, p. 62).

contava com nenhuma ocupação de terra desta proporção, tanto em dimensões territoriais quanto a nível organizacional. No entanto, ressalta-se que já existiam várias ocupações de terra em Teresina, porém não na mesma dimensão que ocorreu a ocupação Vila Irmão Dulce.

Destaca-se, ainda, que esta foi a primeira experiência da FAMCC em relação à prática de realizar ocupações, como destaca C.A¹⁰, em entrevista concedida para esta pesquisa. De fato, Viana (1999) revela que a marca da espontaneidade é presente nas primeiras ocupações em Teresina. Segundo a autora, estas ocupações têm revelado, ao longo dos anos, o processo de desigualdade que progressivamente tem se instalado em Teresina.

A ocupação do terreno nas proximidades do Residencial Esplanada, na zona Sul de Teresina que, à época, era isento de total infraestrutura (Figura 19), e distante cerca de 15 km do centro da cidade de Teresina e que logo passaria a ser chamada de Vila Irmã Dulce, teve início no dia 03 de junho de 1998. De acordo com Silva (2005), o planejamento para a ocupação do terreno durou cerca de quatro meses (fevereiro a maio de 1998), sob a coordenação da FAMCC juntamente com as famílias sem teto, que contou ainda com a parceria de diversas entidades sociais como a Igreja Católica, Sindicatos, Movimentos Sociais, ONGs, Partido Político, CPT, dentre outros.

A Figura 19 ilustra diferentes etapas de consolidação da Vila em questão. Assim, verifica-se que a Figura 19(A) refere-se à capina do mato para limpeza do terreno; a Figura 19(B) mostra a concentração de um grupo de pessoas durante um dos momentos da ocupação Vila Irmã Dulce; na Figura 19(C) verifica-se as primeiras construções ainda bem rudimentares; por fim, a Figura 19(D) retrata as primeiras moradias eletrificadas com “gambiarras” realizadas pelos próprios moradores e o “transporte” de água por um morador, visto que, no início da ocupação, o acesso à água era uma das dificuldades posta à Vila Irmã Dulce.

Rodrigues Neto (2005) ressalta que as lideranças que participaram do processo de organização da Vila Irmã Dulce tinham como desejo organizar uma experiência articulada e impactante, no sentido de gerar uma discussão acerca da problemática da moradia, tanto em escala local como nacional. Em depoimento¹¹ para Vieira (2014), uma ex-integrante do movimento de organização desta ocupação revela de fato este desejo: “[...] a gente começou a pensar a Vila Irmã Dulce como era que ela seria, que tipo de referência ela seria aqui para estado do Piauí e para o Brasil [...]”.

¹⁰ Entrevista concedida no dia 17 de novembro de 2016 pela vice regional da FAMCC, da regional centro.

¹¹ Entrevista concedida no dia 17 de julho de 2014, por um ex-participante do movimento de organização desta ocupação à Vieira (2014).

Figura 19 – Fotografias em mosaico de diferentes momentos que retrata o processo da ocupação Vila Irmã Dulce – Teresina/PI.



A: Capina do mato para limpeza do terreno. B: Concentração de um grupo de pessoas em um dos momentos da ocupação da Vila Irmã Dulce. C: Primeiras construções, bem rudimentares. D: Primeiras moradias com “gambiarras” de energia elétrica.

Fonte: Barros (2002) In: Cadernos 150 anos de Teresina. Jornal O Dia (1998, p.6). Fotografia color digital (s.d). In: Arquivo Público.

Deste modo, à medida que se articulava o planejamento da ocupação, a FAMCC passava a coordenar reuniões setoriais nas diferentes zonas da cidade (Centro/Norte, Sul, Leste e Sudeste) em parceria com as associações de moradores afiliadas à FAMCC. De acordo com L. B. (2014)¹², nas reuniões, se discutia uma série de questões, principalmente questões relacionadas: a) à condição do município com alto déficit de moradia; b) ao que as famílias entendiam como necessário para superar essa dificuldade; e c) como olhar a cidade como um direito, dentre outras questões. A mesma entrevistada relata que “em cada zona teve pelo menos quatro ou cinco reuniões, grande reuniões com muitas famílias. Então, assim foi criado as condições subjetivas e objetivas de realizar a ocupação”.

Vale ressaltar que foram elencadas prioridades em relação ao perfil socioeconômico das famílias. Em entrevista concedida a Vieira (2014), um dos integrantes que participou do

¹² Entrevista concedida no dia 24 de julho de 2014, por L. B. (ex-dirigente da FAMCC) à Vieira (2014).

processo de ocupação revela que “[...] a prioridade eram as famílias de zero a três salários mínimos, que moravam em áreas de risco, ou com outras famílias [...], filhos que iam casando e ficando na casa dos pais, pessoas sem emprego, mas também, [...], mulheres chefes de famílias e pessoas que pagavam aluguel”.

Dentre os critérios que contribuíram para a escolha da área, Silva (2005) destaca o acesso ao transporte coletivo (por estar dentro do perímetro urbano); a proximidade com uma rede de abastecimento d’água e de energia elétrica nas adjacências do Residencial Esplanada. Dentre os aspectos mais importantes e até mesmo determinantes, Rodrigues Neto (2005) destaca o fato das famílias contarem com uma forte base organizativa de apoio jurídico e político, onde as entidades envolvidas mediavam as “negociações” com o poder público, sobretudo municipal. Segundo Rodrigues Neto (2005), devido à dimensão do terreno e ao número de famílias, a coordenação contou com o apoio dos moradores para a divisão da área em setores com diferentes denominações¹³. O mesmo autor destaca, ainda, que os terrenos para construção das moradias foram loteados medindo 10 por 20 metros.

De acordo com os depoimentos e registros em outras fontes de pesquisa relacionadas ao processo de ocupação da Vila em questão, verificou-se que as lideranças que estavam à frente deste movimento tiveram a convicção de que, ao dividir os lotes para construção das casas, seria necessário destinar uma área que fosse centralizada para a implantação de serviços públicos (Figura 20). Destaca-se que o objetivo seria facilitar o acesso destes serviços (quando instalados) a todos os moradores. De fato, verifica-se, a partir da leitura da Figura 20, que, atualmente, alguns estabelecimentos públicos foram instalados nesta área, como: uma Horta Comunitária, Figura 20(C); uma Escola Pública Municipal de ensino fundamental, Figura 20(D); o 23º Distrito Policial, Figura 20(G); uma Creche Municipal de educação infantil, Figura 20(H); um Posto de Saúde, Figura 20(I); e uma quadra Poliesportiva.

Além destes, a Vila Irmã Dulce conta ainda com outros estabelecimentos como um Centro Integrado da Criança e do Adolescente Cordeiro do Reino (CINACRE), Figura 20(A); a Escola Municipal Raimundo Nonato Monteiro Santana, Figura 20(B); CRAS SUL II, Figura 20(E); e o Centro Municipal de Educação Infantil Ruth Correia Leite Cardoso, Figura 20(F), além de estabelecimentos como comércios, lojas, igrejas, dentre outros.

¹³ Registra-se, de acordo com Rodrigues Neto (2005): Morro do Chacal, Palitolândia, Pé de Pequi, Morro dos Cegos, Setor das Hortas, entre outros.

Figura 20 – Imagem de satélite adaptada, e mosaico de fotografias mostrando a espacialização dos principais logradouros públicos da Vila Irmã Dulce – Teresina/PI.



Fonte: IBGE (2013). Teresina (2013). Imagem Google Eart (2017). Organização: Vieira (2016). Geoprocessamento: Samuel Maia (2016).

Vale ressaltar que, através das diversas fontes utilizadas nesta pesquisa, verificou-se que a luta pela fixação na terra, principalmente nos primeiros meses da ocupação, não foi fácil. Logo no segundo dia de ocupação, uma liminar foi expedida pedindo a reintegração de posse, mas os organizadores, juntamente com os moradores, se anteciparam junto ao juiz da 2ª Vara Civil pedindo a suspensão da mesma. Segundo Carvalho (2001), no dia 9 de junho de 1998, o juiz visitou a área e, sensibilizado com a situação, suspendeu o mandato.

No entanto, os proprietários do terreno entraram com outra ação na 3ª Vara Cível que resultou em uma ordem de despejo. Porém, os ocupantes resistiram à ordem e fizeram várias manifestações, inclusive de uma única vez ocuparam a PMT e Palácio de Karnak com o objetivo de evitar o despejo (RODRIGUES NETO, 2005).

Em relação a esta mobilização, Carvalho (2001, p.27) revela que a PMT, em audiência reivindicada pelos ocupantes do terreno, havia afirmado que não iria desapropriar a área. De fato isto ocorreu e, passados 19 anos de sua ocupação, a Vila em questão possui serviços básicos de uso coletivo (abastecimento de água, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica, entre outros), dispondo de uma infraestrutura básica (embora muito ainda tenha a ser feito), como mostra as Figuras 21(A) e 21(B), bem diferente do início, quando ocorreu o processo de ocupação da área (Figura 19).

Outro destaque refere-se ao padrão das casas, que muito se difere das primeiras moradias mostradas nas Figuras 19(C) e 19(D). Apesar da maioria das construções, atualmente, serem de alvenaria, ainda existe um número expressivo de moradias construídas de pau a pique¹⁴.

Vale ressaltar, ainda, que muitas ruas ainda não dispõem de calçamento, rede de esgoto e outros benefícios necessários e comuns a áreas urbanas como mostra as Figuras 21(C) e 21(D). Portanto, apesar de muitos avanços, a população residente da Vila Irmã Dulce ainda tem muito a conquistar e, dentre tais, a regularização fundiária, de acordo com o presidente da Associação de Moradores, atualmente, esta é uma das principais reivindicações dos moradores da Vila em questão, sendo, portanto, uma luta antiga e constante que se “arrasta” há 19 anos.

¹⁴ Refere-se a construção de casas com terra crua, madeira, cipó, barro e outros materiais.

Figura 21 – Fotografias em mosaico da pavimentação de vias públicas, do padrão de casas, de ruas sem pavimentação e rede de esgotos na Vila Irmã Dulce – Teresina/PI.



A: Pavimentação asfáltica de vias públicas; B: Padrão de casas nas principais ruas; C: Rua sem nenhum tipo de calçamento; D: Ruas sem rede de esgotos.

Fonte: Vieira (2014; 2017).

Diante deste contexto, é importante destacar, também, que a ocupação não se resumiu apenas as primeiras famílias que chegaram *a priori* ao local, devido, principalmente, à importância que a mídia local deu ao caso, à época, fato que contribuiu para visibilidade do “movimento”, tornando-o “polo de atração” para outras famílias que migraram para o local em busca de um lugar para morar (RODRIGUES NETO, 2005).

3.4 Residencial Mário Covas

Promovido pela PMT, o Residencial Mário Covas, pertencente ao bairro Angelim, localiza-se na zona sul de Teresina e faz limite (Figura 22) na direção norte com o Parque da Vitória, a leste tem-se a Vila Vitória. Na direção sul, tem-se um terreno particular, no lado oeste encontra-se com o Residencial João Paulo II.

Quanto ao aspecto histórico, destaca-se que o projeto inicial do Residencial, segundo informações da PMT, foi baseado em um empreendimento realizado no Estado São Paulo que

homenageava o ex-governador Mário Covas. Durante o processo de cadastramento das famílias que passariam a morar no Residencial Mário Covas, deu-se prioridade a famílias provenientes de áreas de risco, de leitos de ruas e sem teto com faixa de renda de até 1 (um) salário mínimo, porém famílias originárias de outras localidades que não tinha moradia própria e que se encaixariam nos quesitos exigidos pela prefeitura, também formam beneficiadas.

Figura 22 – Imagem de satélite com adaptações do perímetro do Residencial Mário Covas – Teresina/PI.



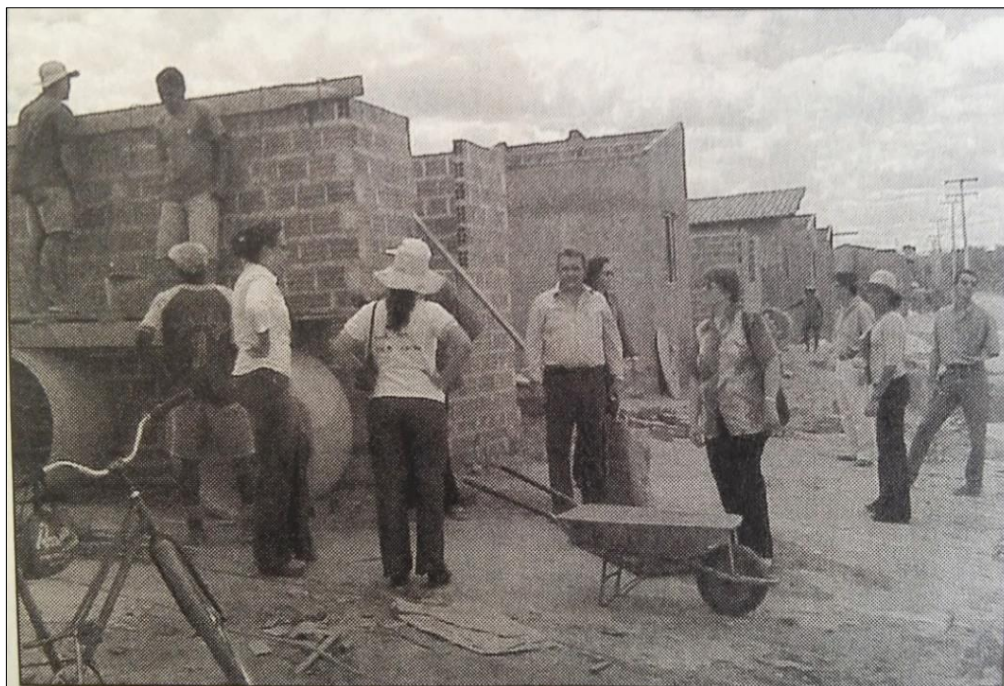
Fonte: Imagem Google Earth (2016). Organização: Vieira (2016).

Ao todo, o projeto tinha como meta atender 632 famílias e, de acordo com o jornal O Dia (2003), o projeto foi custeado pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH realizado pela PMT em parceria com o governo federal. De fato, as 632 unidades habitacionais foram construídas com investimento na ordem de R\$1,8 milhão segundo informações do jornal O Dia (2003).

Deste modo, 632 famílias foram beneficiadas. Vale ressaltar que o regime de autoconstrução foi um dos destaques deste projeto, uma vez que o material de construção foi entregue no lote de cada beneficiado pela prefeitura. Esta também ajudou com um auxílio de custo, uma espécie de bolsa construção, no valor de R\$ 300,00 que foi depositada para cada família. Quanto ao restante da obra, as famílias ficaram encarregadas para custear o que faltava. Em entrevista para esta pesquisa, um dos moradores relata que “[...] recebemos 50%

em dinheiro para execução da casa, que na época o pedreiro estava cobrando R\$ 600 reais para fazer a casa e a prefeitura dava os R\$ 300 reais, e a gente completava com os outros 300 [...] aí é o seguinte: tinha equipe de engenheiro de técnicos e mestre de obra para fiscalizar” a execução das casas (Figura 23).

Figura 23 – Fotografia de vistoria técnica de representantes da PMT no Residencial Mário Covas em 2003.



Fonte: Jornal O Dia (2003, p.11).

Quanto ao processo de seleção das famílias, um dos entrevistados relata que “[...] a seleção começou no ano de 2000, aí eu fui a muitas reuniões para a questão do processo de seleção, a gente entregou uma série de documentos para eles avaliarem e depois né, eles acabaram trazendo a gente aqui no local para cada um receber seu lote. No caso dos lotes eles eram sorteados [...]”. Ainda sobre a seleção das famílias, o mesmo entrevistado relata ainda que: “[...] a gente tinha que ir à prefeitura fazer o cadastro, participar de reuniões, tinham várias reuniões. Na época, até que minha esposa participou depois eu fui também com ela, já que as residências aqui na maioria, cerca de 95%, são em nome das mulheres”.

Sobre as características do empreendimento, das unidades construídas, a PMT destaca que a área total do terreno corresponde a 279.096m², distribuídos em 28 quadras e 632 lotes, onde cada lote mede em torno de 8,70m² X 20m². Cada unidade habitacional (Figura 24) mede 33,23 m², sendo dividido em 2 (dois) quartos, 1 (uma) sala de estar/jantar, 1 (uma) cozinha e 1 (um) banheiro (TERESINA, 2016c).

Figura 24 – Fotografia de um Protótipo das primeiras unidades habitacionais construídas no Residencial Mário Covas.



Fonte: Vieira (2016).

Quanto ao objetivo do programa que contemplou o Residencial, a PMT destaca que o mesmo foi pensado para promover a melhoria da qualidade de vida através da participação e organização comunitária dos mutuários do PSH.

Devido à demanda existente por moradia na capital e sabendo que a mesma não seria sanada com a construção deste residencial, a PMT adotou alguns critérios para seleção das famílias, como: não possuir ou ter possuído casa própria; ter renda familiar de até 1 (um) salário mínimo; ter família constituída (prioritariamente com filhos); residir na cidade de Teresina e habitar em áreas riscas. Além disso, foram realizadas entrevistas com aplicação do cadastro socioeconômico junto ao público alvo; visitas domiciliares para a confirmação das informações prestadas na entrevista; seleção dos beneficiários e apresentação do Programa às famílias.

Em relação ao processo de autoconstrução, destaca-se que este foi dividido em seis grupos (Tabela 7), ou seja, a construção das unidades habitacionais forma feitas por quadras seguindo critérios pré-estabelecidos pela própria prefeitura. À medida que se encerrava os trabalhos em uma determinada quadra é que se iniciaria em outra. O atual presidente do Residencial reafirma esta informação, em entrevista concedida para esta pesquisa, ao relatar que “[...] a construção era feito por quadras, elas iam ficando pronta e eles iam liberando para

os moradores, a quadra S em que moro, foi uma das últimas que foram liberadas, por conta do relevo, porque essa quadra era uma das mais acidentadas”.

Tabela 7 – Divisão das famílias em grupos para autoconstrução no Residencial Mário Covas.

Grupo	Nº de Famílias	Quadras
1º	100	A; B; C (parte da F)
2º	100	D; E; (parte da F); G; H; E (parte da J)
3º	100	J; K; L; M (parte da N)
4º	100	(parte da N); O; P; Q (parte da R)
5º	100	(parte da R); S; T; U e V
6º	132	W; X; Y; A-1; e A-2
Total	632	

Fonte: Teresina (2016c). Organização: Vieira (2016).

Quanto à origem das famílias, a PMT destaca que inicialmente foram cadastradas no PSH para compor o quadro de pessoas que residiriam no Residencial Mário Covas pessoas oriundas de diferentes bairros de Teresina (Gráfico 10), como também de outras localidades, que a prefeitura não soube dizer com exatidão quais seriam estes locais, que estão representadas no Gráfico 10 como famílias de origem diversas.

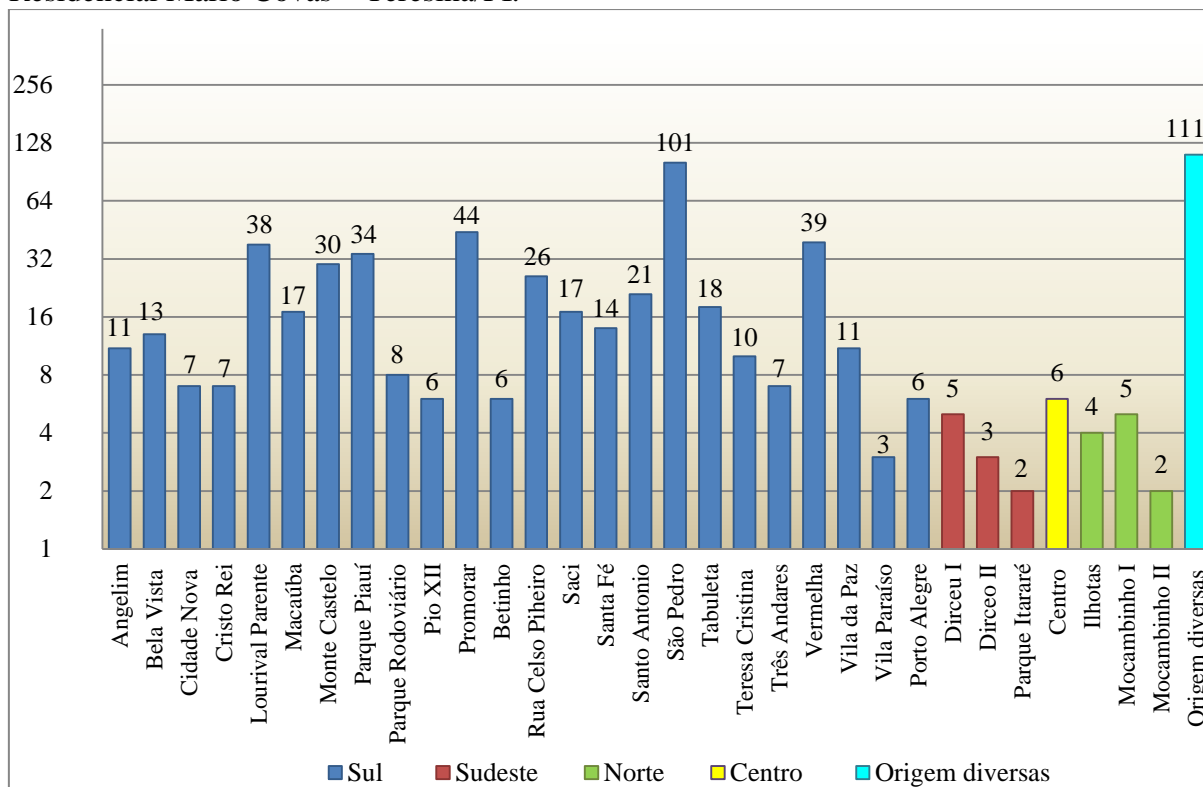
A análise do Gráfico 10 infere, ainda, que a grande maioria (494) das famílias são originária da zona Sul da cidade, enquanto que na zona Sudeste apenas 10 famílias foram contempladas. Da área central da cidade, foram 6 famílias que foram beneficiadas e ,da zona Norte, foram apenas 11 famílias.

Quanto às demais, que corresponde as 111 famílias beneficiadas, o documento disponibilizado com as informações do Residencial não apresenta a origem exata das mesmas. Ressalta-se, portanto, que, questionada sobre quais seriam estes locais, a PMT na “figura” de um representante da SDU Sul não soube dizer com afinco quais seriam exatamente os locais oriundos destas famílias, visto que um dos critérios para concorrer a uma casa neste residencial seria residir na cidade de Teresina.

Quanto ao trabalho social desenvolvido paralelo à seleção e ao processo de construção do residencial, a PMT destaca que foram realizadas uma série de atividades, como: a realização de cursos profissionalizantes (pedreiro, bombeiro hidráulico, eletricista e jardinagem); oficinas de capacitação, organização e participação comunitária; acompanhamento social às famílias envolvidas no processo construtivo, estimulando-as para o cumprimento do cronograma de execução; estímulo ao surgimento de novas lideranças

comunitárias na área de reassentamento; orientação das famílias quanto à apropriação, ao uso e à manutenção do imóvel.

Gráfico 10 – Distribuição (quantidade e origem) das primeiras famílias residentes do Residencial Mário Covas – Teresina/PI.



Fonte: Teresina (2016c). Organização: Vieira (2016).

Em relação à discussão sobre a ação dos agentes produtores, destaca-se a PMT, em parceria com o governo federal, através do programa de moradia PSH, como já mencionado. Em relação aos atores sociais presentes na história do Residencial, destaca-se a Associação dos Moradores, fundada nos primeiros anos de sua construção. Em entrevista, o atual presidente (refere-se à data da pesquisa) destaca que os moradores e a Associação são os principais responsáveis pelas conquistas, junto à PMT, no Residencial.

Passados 13 anos da sua construção, o residencial Mário Covas conta atualmente (refere-se à data da pesquisa) com uma significativa infraestrutura, como se verifica na fala de um dos moradores entrevistado: “na parte de saúde tá regular, tem um posto de saúde condizente, [...]. Tem uma escola também que é muito boa e à noite tem ensino médio que é a escola H. Dobal”.

Embora apresente um significativo panorama de questões relacionadas à infraestrutura, que tem atendido aos anseios dos moradores, ainda que seja parcialmente, há

algumas dificuldades a serem sanadas. Constatou-se, a partir das entrevistas realizadas, que uma das maiores reclamações dos moradores refere-se ao sistema público de transporte coletivo, que não tem suprido as necessidades dos moradores, tendo em vista a distância do Residencial em relação à área central da cidade.

Em relação à forma espacial do Residencial, verifica-se, a partir da Figura 25, que o mesmo possui poucos logradouros públicos, se comparado aos conjuntos habitacionais já analisados. Porém, isso talvez se explique em virtude da área pertencente ao residencial ser consideravelmente menor do que os outros espaços de moradia analisados nesta pesquisa.

Deste modo, destaca-se que as conquistas foram acontecendo ao passar dos anos, uma vez que, à época de sua construção, o residencial contava apenas com as casa construídas como se verifica na Figura 26. No entanto, uma área havia sido deixada para futuras instalações de logradouros públicos, como se verifica a partir da análise temporal (Figura 26) do Residencial Mário Covas. É possível identificar, a partir desta análise, que tanto a área pertencente ao residencial quanto das áreas adjacentes passaram por importantes transformações com o passar dos anos.

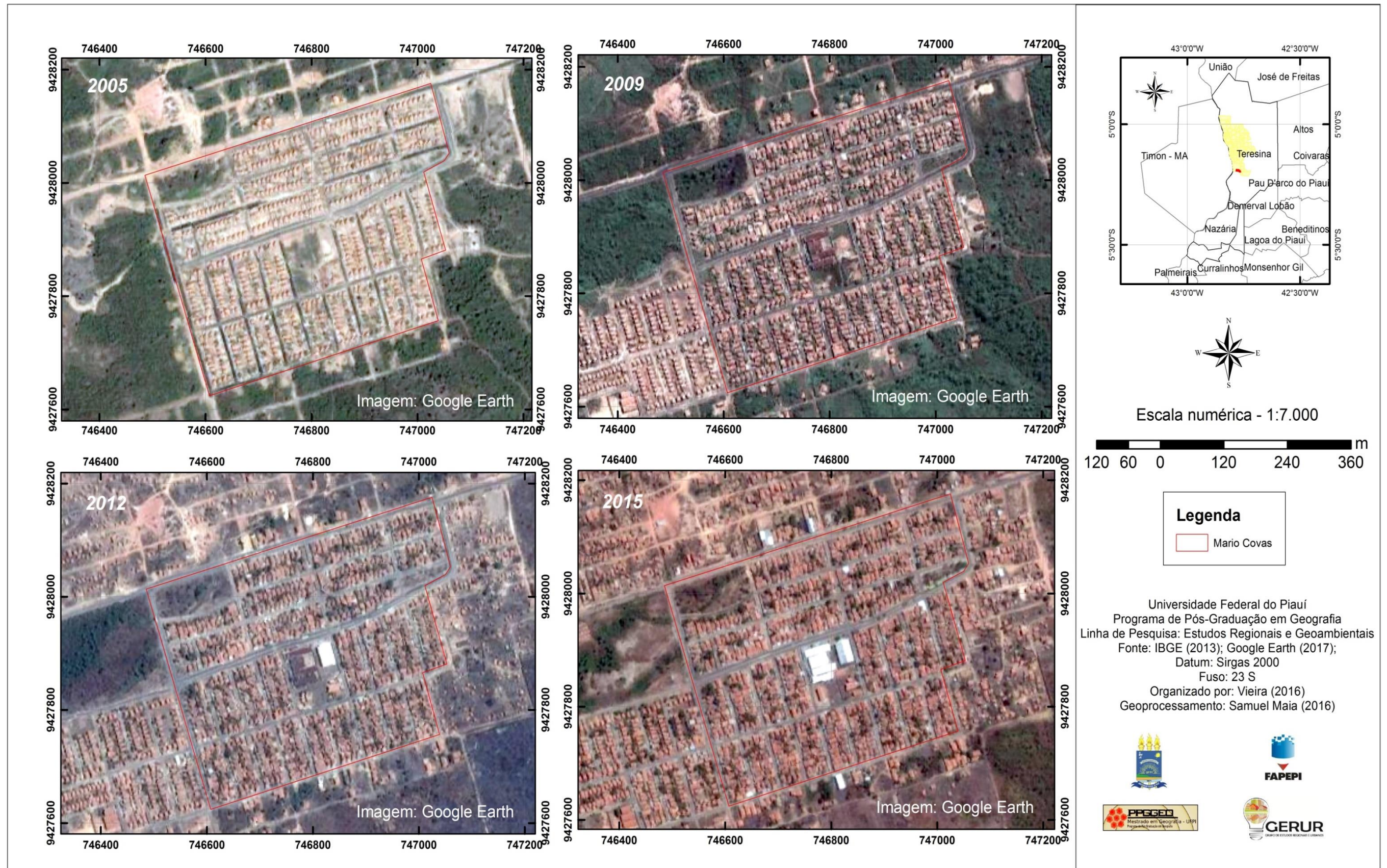
Atualmente, o Residencial Mário Covas (Figura 25) conta com: a Escola Municipal H. Dobal, Figura 25(A) de ensino fundamental e médio, que atende tanto a demanda do residencial como parte da demanda de outras áreas de moradia próximas ao residencial; uma Unidade Básica de Saúde da Família – Deputado Guilherme Xavier de Oliveira Neto, Figura 25(C); uma quadra poliesportiva, Figura 25(D); e um terminal de ônibus que fica localizado na única praça, Figura 25(E) que existe no residencial. Além destes, existe uma área, Figura 25(B) onde está localizada a Igreja Católica do residencial.

Figura 25 – Imagem de satélite adaptada e mosaico de fotografias mostrando a espacialização dos logradouros públicos no Residencial Mário Covas – Teresina/PI.



Fonte: IBGE (2013). Teresina (2013). Imagem Google Eart (2017). Organização: Vieira (2016); Geoprocessamento: Samuel Maia (2016).

Figura 26 – Imagem de satélite adaptada e análise temporal do Residencial Mário Covas – Teresina/PI.



Fonte: IBGE (2013). Teresina (2013). Imagem Google Eart (2017). Organização: Vieira (2016). Geoprocessamento: Samuel Maia (2016).

Em relação às questões de infraestrutura, o residencial conta, desde o início, com rede de esgoto e abastecimento de água. Outro destaque refere-se à pavimentação asfáltica em todas as quadras. Quanto ao padrão das casas, se comparada às primeiras casas construídas no residencial (Figura 24), a grande maioria já foram modificadas (Figura 27) por iniciativa dos próprios moradores que têm ou tiveram condições financeiras de arcar com os custos da reforma de suas moradias.

Figura 27 – Fotografia do padrão das casas no Residencial Mário Covas.



Fonte: Vieira (2016).

Outro destaque refere-se às modificações presentes na Avenida Deputado Ezequias Costa que é a principal do residencial. Esta tem passado, ao longo dos anos, por algumas transformações, sobretudo quando se considere a dinâmica comercial. Dentre os vários estabelecimentos comerciais encontrados na mesma, destacam-se panificadoras, mercadinhos, farmácias, salões de beleza e outros serviços.

3.5 Parque da Vitória

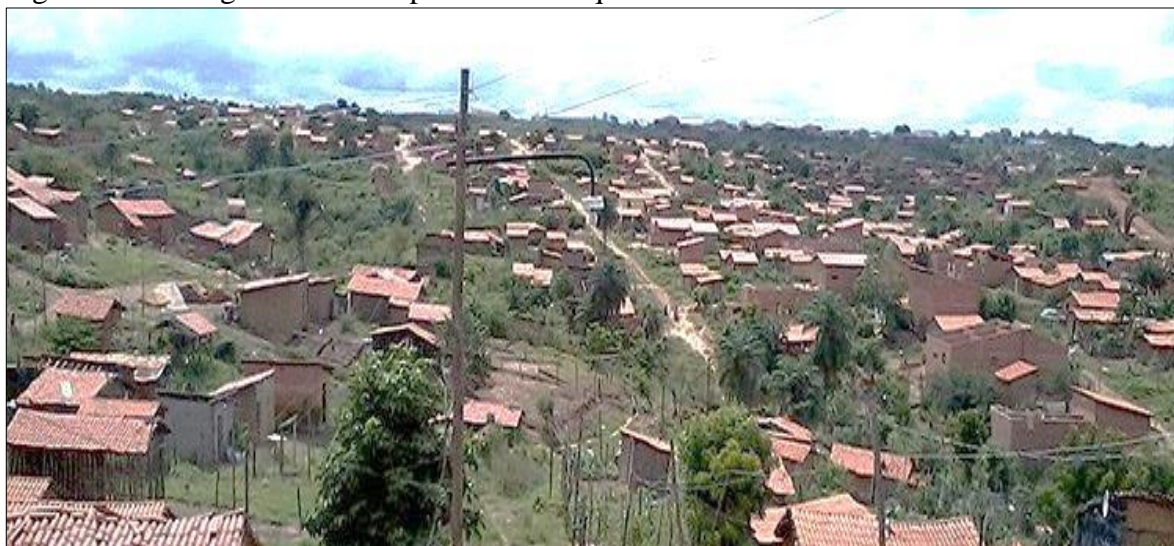
Em Teresina há um debate em relação às diferentes denominações dos espaços de moradia popular que gera certo impasse ao entendimento e caracterização dos mesmos, visto que há um estigma local em relação a alguns termos, principalmente, Favela e Vila. A propósito, acredita-se que muitos adotam termos como Parques e Residenciais para designar áreas de ocupação, por exemplo, por julgarem menos pejorativo. No entanto, a realidade de

muitos destes locais, independente da denominação, apresentam as mesmas características quanto à questão relacionada à qualidade de vida e às condições de habitabilidade dos cidadãos.

Neste sentido, esta abordagem referente a Parques, enquanto espaços de moradia popular em Teresina, oriundo de áreas de ocupação de terra, é oportuna nesta discussão, tendo em vista a propagação dos mesmos na cidade de Teresina. Deste modo, esta subseção visa uma discussão sobre o Parque da Vitória com o objetivo de identificar o que caracteriza estes espaços de moradia, comparando-os com os demais, também em análise nesta pesquisa.

Localizado nas imediações do Bairro Angelim na zona sul da cidade, o Parque da Vitória (Figura 28) é oriundo de uma ação popular que ocorreu no dia 12 de agosto de 2011 com cerca de 3 mil famílias.

Figura 28 – Fotografia da vista parcial do Parque da Vitória na zona sul de Teresina/PI.



Fonte: Alves/CT (2015a).

Quanto ao contexto histórico do Parque da Vitória, destaca-se como foi noticiado na reportagem “Parque da Vitória: quatro anos de resistência e luta” no site Capital/Teresina do dia 18 de agosto de 2015, que a ocupação ocorreu:

Por volta de meia noite do dia 12 de agosto de 2011, homens e mulheres embalados pelo sonho da casa própria, ocuparam uma área de aproximadamente 82 hectares na região do Mário Covas. Ali nasceria a comunidade Parque da Vitória, uma das maiores ocupações de terras urbanas da zona sul de Teresina. A incerteza não impediu a luta, e nem impediu que aqueles homens e mulheres suportassem as dificuldades dos primeiros momentos [...] (CAPITAL/TERESINA, 2015a, p. 2).

De acordo com Alves (2015a), a ocupação do Parque da Vitória teve como referência o processo de ocupação que deu origem a Vila Irmã Dulce ocorrido em junho de 1998, como já explicitado. Em entrevista para esta pesquisa, Z.C.¹⁵ destaca que, como previsto, inicialmente houve grandes embates com o poder público local e, apesar das inúmeras dificuldades, ainda permanecem no local, e ele destaca ainda que:

O Parque da Vitória ele foi construído nos moldes da Vila Irmã Dulce, então foi o modo que foi utilizado para o Parque da Vitória e aí teve a participação de parlamentares, da Igreja e dos sindicatos e claro do líder comunitário que aqui vos fala. Por que a gente sabe, que numa luta por moradia é muito forte ainda o latifúndio aqui, e as pessoas que estão à frente elas passam pressão, corre risco até de vida mesmo, como no Parque da Vitória [...] mas, graças a Deus, tudo ocorreu bem [...].

Alves (2015a) destaca que a ocupação se deu em virtude da organização do Coletivo de Luta em Defesa da Moradia. A ação foi coordenada por Z.C. Em depoimento para a reportagem do site Capital/Teresina publicada em 18 de agosto de 2015, ele relata que: “passamos mais de seis meses preparando essa ocupação, fazendo reuniões com pessoas de várias partes da cidade, que viviam de favor em casa de parentes ou pagavam aluguel. Elas já sabiam que não seria fácil”.

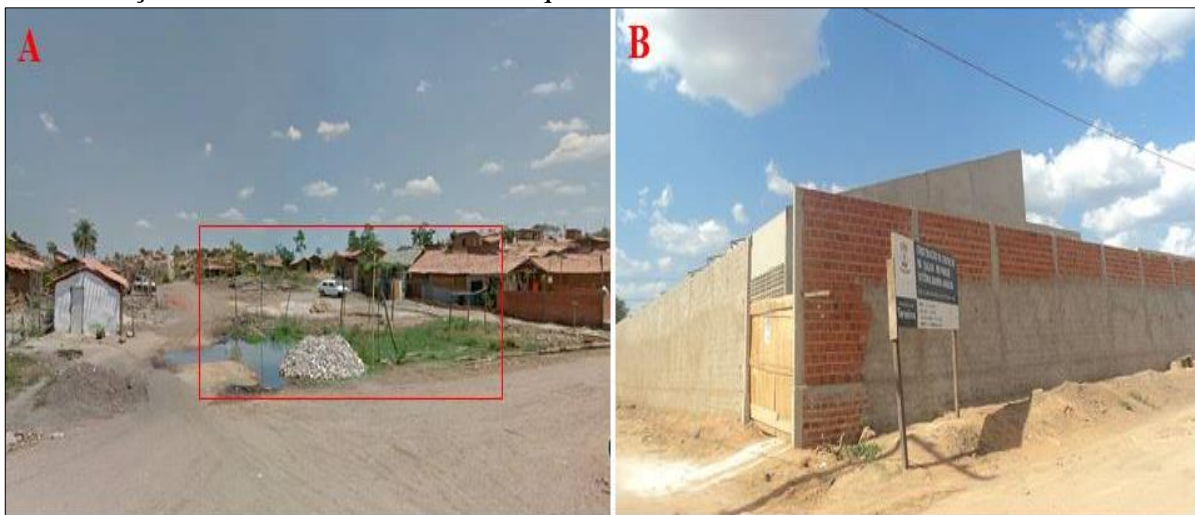
Ainda de acordo com Alves (2015a), mesmo já tendo passado cinco anos (refere-se à data da pesquisa) de resistência pela luta à moradia, nesse período, a comunidade várias vezes se deslocou às ruas e à Câmara Municipal de Teresina para reivindicar, não só o direito de permanecer no local, como também direitos que são essenciais a sobrevivência humana, como o uso e disponibilidade de água e energia elétrica, entre outros. Além destes, os moradores também tinham como reivindicação a construção de uma escola, neste primeiro momento, que atendesse a demanda da educação infantil. Neste caso, a obra já em andamento (refere-se à data da pesquisa *in loco*) visa atender não apenas a população do Parque da Vitória, mas uma parcela da população das localidades nas adjacências.

Além destas reivindicações, outro ponto de pauta da comunidade refere-se à construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que contemplará não apenas a comunidade do Parque da Vitória, mas também moradores das áreas adjacentes. Estas reivindicações, em parte, já estão sendo atendidas, tendo em vista que um Centro Municipal de Ensino Infantil (CMEI) está em fase de execução (Figura 29), desde dia 04 de maio de 2016, com investimentos na ordem de 1.240.078,81 (um milhão duzentos e quarenta mil e

¹⁵ Entrevista com Z.C., principal integrante da organização do Parque da Vitória, concedida no dia 19 de outubro de 2016.

setenta e oito reais e oitenta e um centavos) segundo dados que constam em uma placa da PMT, colocada ao lado do local de construção da referida creche. Segundo informações do Z.C. em entrevista concedida a esta pesquisa no dia 19 de outubro de 2016, o projeto inicial consta com seis salas de aulas e espaço de recreação, além de outros espaços.

Figura 29 – Imagem e fotografia em mosaico com adaptações do antes, e durante o processo de construção do CMEI localizado no Parque da Vitória – Teresina/PI.



A: Local antes do início das obras da construção do CMEI; B: Local do CMEI com as obras iniciadas.

Fonte: Imagem Google Eart (2012). Vieira (2016). Organização: Vieira (2016).

Diante de toda essa resistência, em maio de 2015, o prefeito de Teresina, Firmino Filho, assinou o decreto de desapropriação de uma área de 70 hectares no Parque da Vitória. A partir da decretação de interesse social da área em questão, a Eletrobrás iniciou o processo de instalação da rede regular para o fornecimento de energia elétrica (Figura 30) e substituição das “gambiarras” usadas pelas famílias, desde o início da ocupação (ALVES, 2015b).

Quanto à discussão sobre a ação dos agentes produtores, destaca-se que o governo estadual, em parceria com a PMT, tem contribuído com ações pontuais, no sentido de oferecer aos moradores da ocupação o mínimo necessário para atender algumas das reivindicações dos mesmos, assim como aos que estão à frente da organização do Parque da Vitória. Porém, quando se refere à ação dos atores sociais relacionados à luta pela moradia, neste caso, eles foram a “base” de todo o processo para que, de fato, a ocupação se concretizasse. É possível afirmar que, sem uma organização bem sistematizada, dificilmente uma ocupação nas proporções do Parque da Vitória existiria.

A partir da análise temporal do Parque da Vitória (Figura 32), verifica-se que, no ano de 2009, o terreno onde atualmente o mesmo está localizado ainda não possui nenhuma

intervenção realizada por parte dos atuais residentes, como também não dispunha, até então, de nenhuma outra atividade que possibilite verificar que o terreno estivesse cumprindo sua função social, condizente com as diretrizes do Estatuto da Cidade de 2001.

Figura 30 – Fotografia da implantação da rede de energia elétrica no Parque da Vitória.



Fonte: Alves/CT (2015b).

Em relação ao ano de 2012 (Figura 31), é possível identificar que o terreno encontra-se praticamente todo ocupado e com a presença de muitas casas, ainda que sejam de pau a pique, embora a ocupação do terreno tenha ocorrido em agosto de 2011, portanto, estando para este período de análise, apenas com um ano de existência. Ainda em relação ao ano de 2012, é possível verificar significativas modificações na área em estudo, sobretudo quanto à questão do desmatamento para a construção de moradias. Destaca-se, também, que, apesar das construções apresentarem características bem rudimentares, ainda é o que prevalece sobre a paisagem do terreno.

Nos anos seguintes, de 2014 e 2015, verifica-se que o número de construções é bem superior ao que foi identificado nos anos anteriores (2009 e 2012), ou seja, embora a ocupação Parque da Vitória tenha iniciado com mais de três mil pessoas, como já citado, é possível afirmar, a partir da análise da Figura 33, que a demanda foi aumentando com o passar dos anos. Isso é reflexo, sobretudo, da repercussão que a ocupação foi “ganhando”, atraindo, assim, mais pessoas que possivelmente não dispunham de moradia, e que naquele “momento” viram nesta ocupação um meio de adquirir um espaço “próprio” para morar. Embora isso, ressalta-se que, a partir da pesquisa *in loco*, verificou-se que uma parcela significativa dos primeiros moradores já se desfez de seus lotes, vendendo para terceiros, e

isso se configura como uma dinâmica rotineira para este tipo de ocupação, portanto, não específico do Parque da Vitória.

Outro ponto a destacar quanto à análise temporal (Figura 31) refere-se que, não apenas o perímetro do Parque da Vitória se modificou no período em análise. Significativas transformações em torno do mesmo ocorreram, e isso é reflexo da atuação dos “produtores” do espaço urbano, em diferentes níveis e escalas, visto que se constatou *in loco* que empreendimentos destinados a moradia com financiamentos como da CEF, por exemplo, já se instalaram nas proximidades da área em questão.

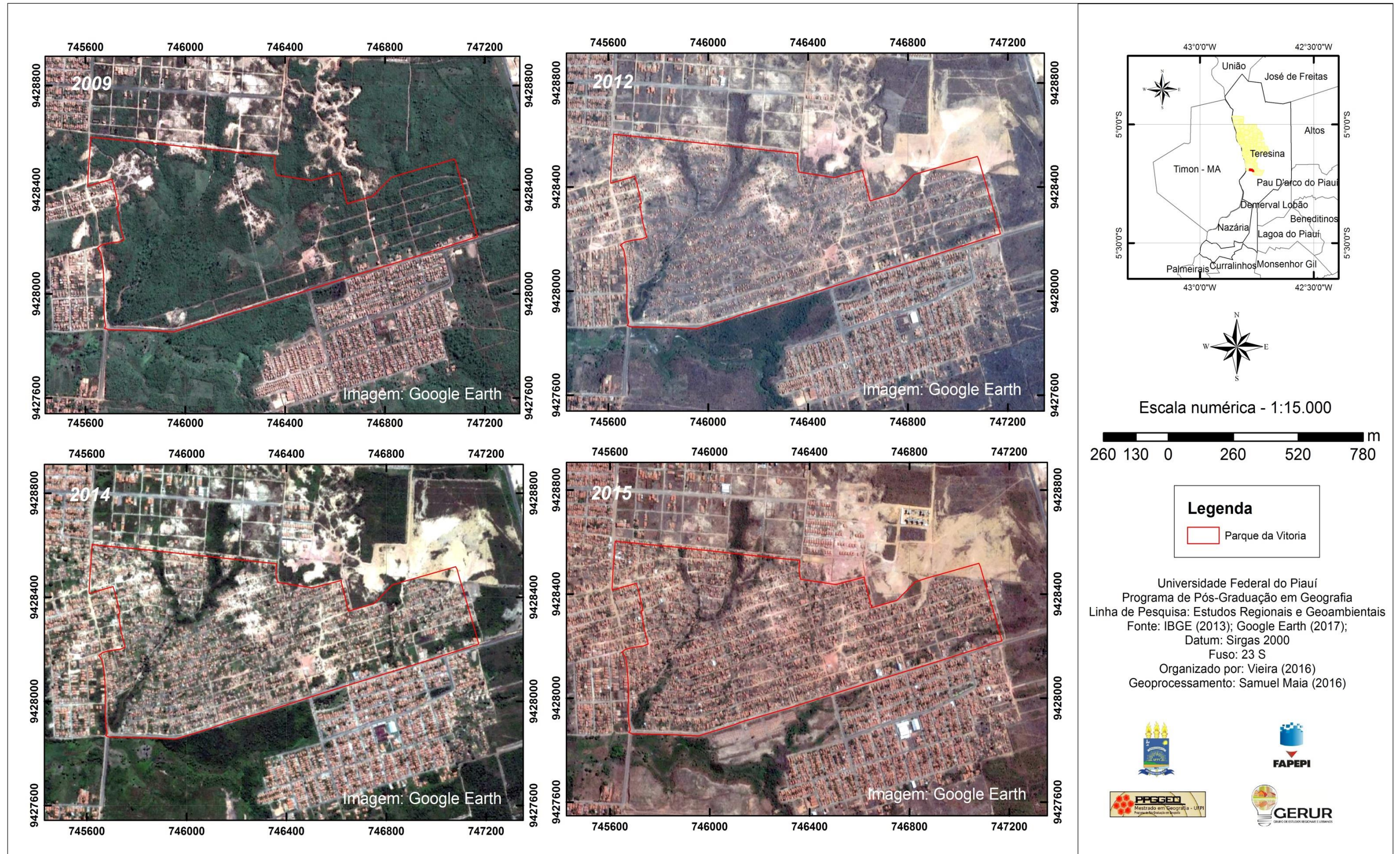
Quanto à análise da forma espacial do Parque da Vitória (Figura 32), algumas ressalvas devem ser mencionadas, por se tratar de uma área que ainda não tem recebido benefícios por parte do poder público (considerando o tempo e o contexto o qual a mesma foi constituída), comparando aos demais espaços de moradias já analisados. Para tanto, esta análise se ateve a destacar alguns pontos de evidência da área em discussão, em detrimento da não existência de logradouros públicos, como destacado nas análises anteriores.

Deste modo, na Figura 32 são evidenciados alguns pontos com algumas significações para os moradores e/ou que representam áreas destinadas (até o momento da pesquisa), para futuras instalações de logradouros públicos, segundo informações concedidas pela presidente da associação de moradores, em entrevista para esta pesquisa. Além destes, destacou-se também alguns pontos classificados como áreas de risco de acordo com o levantamento da PMT, quando foram realizadas as medições do perímetro da área total do Parque da Vitória.

Destarte, verificam-se, a partir da Figura 32, algumas áreas de risco como mostrado nas Figuras 32(A) e 32(B), assim como na Figura 32(G). As Figuras 32(C) e 32(L) se reportam as “estruturas” de ruas ainda sem nenhum tipo de infraestrutura. Verificam-se, a partir da Figura 32(D), construções em áreas com declives. Já, a Figura 32(E), mostra o limite da ocupação Parque da Vitória e terrenos privados, e alguns destes já com empreendimentos de moradias concluídos.

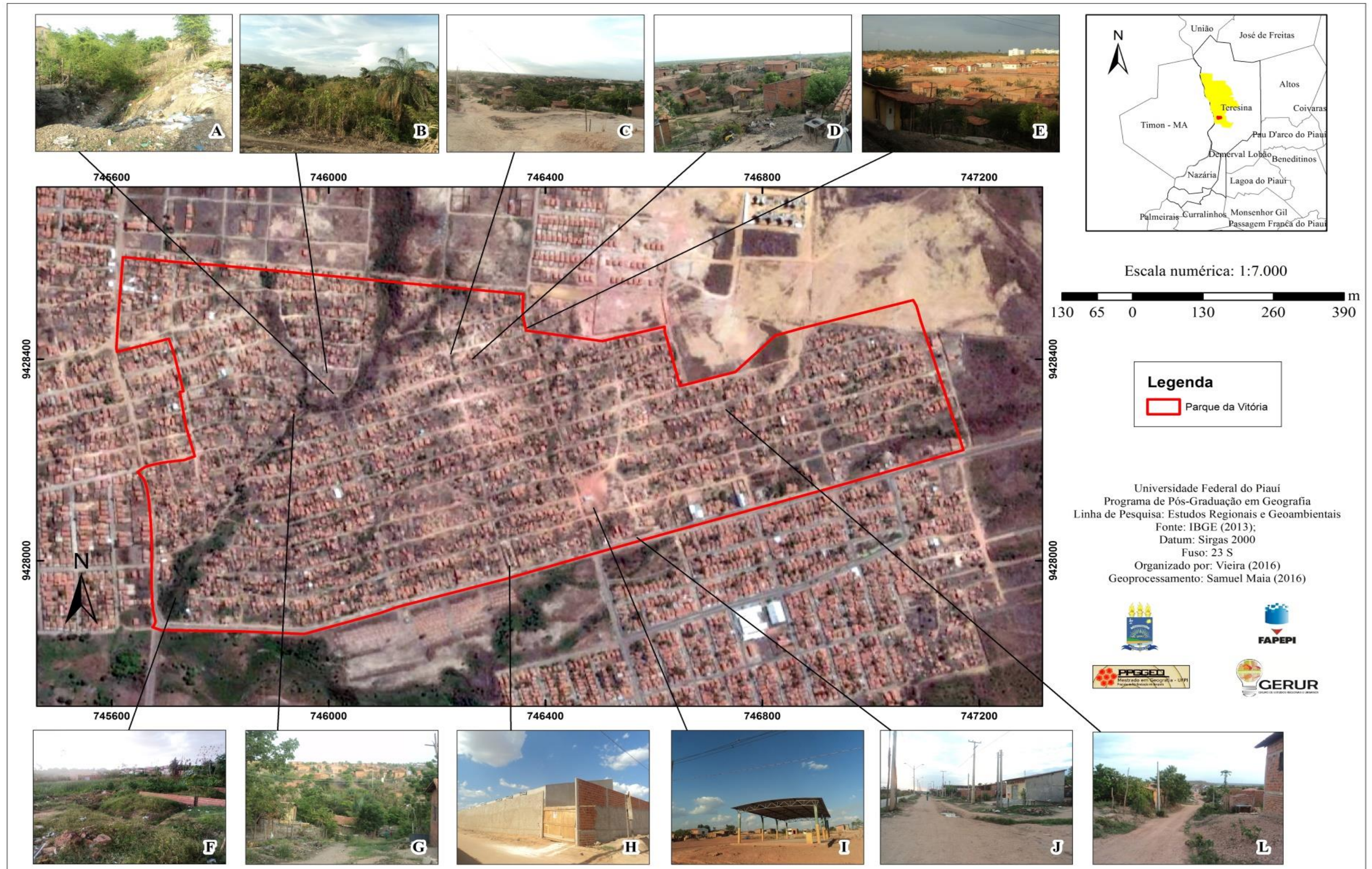
A Figura 32(F) mostra uma área verde, que, segundo informações da presidente a associação de moradores, possivelmente, neste local, poderá ser instalado uma UBS. A Figura 32(H) mostra a Creche ainda em construção (refere-se à data da pesquisa). A Figura 32(I) refere-se a um galpão. Este local configura-se como um marco dos encontros e das reuniões como os moradores desde o início da ocupação. Por fim, a Figura 32(J) mostra uma avenida (corredor de ônibus da linha Mário Covas) na divisa da ocupação Parque da Vitória com o Residencial Mário Covas e terrenos particulares.

Figura 31 – Imagem de satélite com adaptações da análise temporal do Parque da Vitória – Teresina/PI.



Fonte: IBGE (2013). Teresina (2013). Imagem Google Eart (2017). Organização: Vieira (2016). Geoprocessamento: Samuel Maia (2016).

Figura 32: Imagem de satélite adaptada e mosaico de fotografias mostrando parcialmente algumas “áreas” do Parque da Vitória – Teresina/PI.



Fonte: IBGE (2013). Teresina (2013). Imagem Google Eart (2017). Organização: Vieira (2016). Geoprocessamento: Samuel maia (2016).

4 CONCLUSÃO

Considerado como uma das bases de análise necessária para o entendimento da cidade, o espaço urbano também se configura como uma discussão que possibilita o entendimento da relação urbanização e sua reconfiguração enquanto espaço construído. Assim, faz-se necessário entendê-lo como resultado de inúmeras transformações que são cumulativas e que se processam ao longo do tempo, modificando-o por questões de natureza diversas.

Deste modo, a presente pesquisa, tendo como foco de discussão o espaço urbano no contexto da moradia popular, buscou dialogar esta temática a partir da realidade urbana de Teresina e suas especificidades. Considerada como um dos polos de atração comparada às cidades que fazem parte de seu raio de influência, Teresina tem, ao longo de sua consolidação enquanto capital do Estado, desenvolvido inúmeras atividades que subsidiam seu crescimento, fato que tem contribuído para sua reconfiguração espacial, como também para importantes transformações.

Tendo em vista o objetivo de investigação da presente pesquisa, traçou-se um percurso teórico e prático. No campo teórico, recorreu-se a autores que discutem sobre o espaço urbano, cidade e moradia, entre outras questões. A parte prática (empírica) foi fundamental para apreender o objeto de estudo proposto e para uma análise mais contundente em relação aos espaços de moradia em discussão. Além disso, embasado nos objetivos e no referencial teórico, definiu-se quatro dimensões de análises no intuito de entender quais as variáveis que conferem uma melhor interpretação para os espaços de moradia elencado para esta pesquisa.

Assim, a presente pesquisa foi dividida em três seções, cada uma foi contemplada com objetivos e hipótese. Na primeira seção, propôs-se discutir a relação entre o espaço urbano e o processo de urbanização brasileiro no contexto da moradia popular relacionando-a com a legislação vigente. Como hipótese confirmada, mediante o cumprimento do objetivo de investigar esta temática por meio de levantamento bibliográfico, destaca-se a necessidade de uma discussão conjunta para melhor compreensão da dinâmica atual do espaço urbano, como também, a necessidade de se fazer valer as leis que regem sobre o direito à cidade, visto que estão longe de atender seus princípios e os anseios da população.

A segunda seção discutiu a cidade de Teresina no contexto da moradia popular. Nesta se conjecturou que a produção da moradia popular nesta cidade dá-se através tanto de ações produzida pela ação direta do poder público, como também da sociedade. A hipótese foi

confirmada visto que se constatou, mediante pesquisa bibliográfica e levantamento de dados, que a produção da moradia popular em Teresina, seja de natureza pública ou por intervenções da sociedade, a exemplo das ocupações urbanas “irregulares”, tem contribuído de maneira significativa para modificação do espaço urbano, nesta cidade.

Na terceira e última seção, o foco se deu em relação às formas socioespaciais que expressam o que de fato são os espaços de moradia popular na cidade de Teresina. Para verificar esta questão, objetivou-se caracterizar, a partir de quatro dimensões estabelecidas para a pesquisa, os espaços de moradia popular que redefinem a paisagem urbana desta cidade. Para tanto, analisou-se cinco destes espaços sendo: dois conjuntos habitacionais, uma vila, um residencial, e um parque, este último, elencado como local de moradia. Mediante coleta de dados em fontes variadas e utilização da técnica de entrevista com diferentes representantes do poder público, de entidades que representam a luta pela moradia, e dos próprios envolvidos, como moradores e presidentes de associações de moradores, buscou-se compreender a dinâmica e como se configuram estes espaços de moradia em Teresina.

Portanto, a hipótese desta seção se mostrou verdadeira, uma vez que, a partir da análise empreendida, permitiu-se observar que, embora haja divergências conceituais, seja institucional ou do senso comum, aos espaços de moradia analisados, e que alguns se sobressaem quanto à questão de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, comum aos ambientes das cidades, a pesquisa constatou que os mesmos possuem características em comuns, sobretudo, se considerado o contexto inicial, em que são *pari passu* as condições de habitabilidade, características estas que se estendem à realidade atual.

Mediante a estas conclusões, pode-se dizer que as hipóteses de trabalho mostraram-se convincentes, tendo a pesquisa demonstrado que, de fato, o espaço urbano teresinense é resultado de constantes lutas, conflitos e de diferentes intervenções, seja de natureza pública ou privada ou ainda de questões inerentes à sociedade, a exemplo da prática de ocupação de terras no âmbito urbano.

Além dessas conclusões, faz-se necessário destacar algumas considerações que são pertinentes e que permearam toda a pesquisa. Neste sentido, muitas foram as dificuldades encontradas durante a realização da pesquisa, principalmente em relação ao levantamento de dados, sobretudo, relacionados ao poder público municipal, no que confere a dados concretos sobre a produção de moradia popular realizada pela PMT para o município. Muitos dos dados apresentados encontram-se em documentos oficiais elaborados pelo próprio poder público, no entanto, vez ou outra, estes apresentavam discrepâncias.

Destaca-se, ainda, que o projeto inicial não foi contemplado, em parte, quanto aos objetivos propostos na qualificação, tendo em vista a falta de espaços de moradia com denominação própria de favela, visto que esta seria uma das categorias de discussões, estando elencada na mesma proposta de análise como foi realizado para os demais espaços de moradia estudados.

Embora o poder público adote este termo para designar alguns locais de moradia, a exemplo da favela Avenida Campo Maior localizada no eixo dos bairros Parque Alvorada e Nova Brasília na zona Norte da cidade, não foi constatado, a partir da pesquisa de campo (na escala de análise utilizada), nenhum local em que os moradores utilizassem este termo para nomear tais espaços de moradia, ainda que muito das áreas visitadas, a partir do campo realizado, apresentassem características que a configurariam, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IBGE, como áreas de favela.

A pesquisa constatou, ainda, que já existiram, e com frequência, inúmeras áreas denominadas de favelas em Teresina. No entanto, atualmente não é comum, inclusive fez-se um “cruzamento” de informações tanto da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí S/A – Agespisa, quanto da Eletrobrás Distribuição Piauí, no intuito de validar esta hipótese. Estas companhias afirmaram (através de representantes consultados no período da pesquisa) que não há registro em seus bancos de dados de locais de moradia em Teresina que apresente esta denominação. Vale ressaltar que a Agespisa utiliza o banco de dados da PMT quanto aos logradouros para correspondências. Já a Eletrobrás informou que a empresa possui uma metodologia própria. Portanto, não utiliza dados da prefeitura e que a divisão feita para registro de usuários se dá por setor, ou seja, a cidade é dividida em setores e não por bairros, e os critérios estabelecidos para a divisão são próprio da empresa.

Neste contexto, a partir dos dados levantados, a pesquisa aponta uma forte relação entre a dinâmica de crescimento do espaço urbano teresinense com os espaços de moradia popular. Destaca-se, ainda, que, embora algumas intervenções por parte do poder público tenha ocorrido, muito ainda se tem por fazer, tendo em vista que uma parcela significativa da população ainda não possui moradia própria. Além do mais, chama-se atenção para os que vivem em locais em condições insalubres, locais estes que necessitam de intervenções do poder público no intuito de melhorar as condições de habitabilidade para as pessoas que ali residem.

Sobre os empreendimentos habitacionais produzidos pelo Estado para a população de baixa renda, destaca-se como uma atitude louvável, no entanto, há de se considerar que

muitos são os problemas que estes programas apresentam, desde o processo inicial a partir da execução até a entrega final da obra. Vale ressaltar que, se comparado os primeiros empreendimentos construídos com recurso do BNH, a exemplo dos que foram discutidos, com os atuais empreendimentos do PMCMV, verifica-se que, após décadas, os mesmos problemas que o Parque Piauí, por exemplo, enfrentou no início de sua construção se repetem para os atuais empreendimentos construídos pelo PMCMV. Isso deixa transparecer que, em muitos casos, a intenção transcende o objetivo principal destes programas em detrimento de interesses particulares.

Quanto aos movimentos de luta por moradia, convém destacar que o espaço urbano teresinense é marcado por luta dos movimentos sociais, como também pela segregação espacial entre os segmentos de alto e baixo poder aquisitivo. No entanto, verificou-se, a partir desta pesquisa, que esses movimentos já foram mais atuantes na capital, no que diz respeito ao direito a cidade, embora ainda existam algumas entidades envolvidas com esta questão. Deste modo, abre-se um parêntese para citar a mais nova (refere-se à data da pesquisa) entidade da capital, a União Municipal de Associações de Moradores e Entidades Culturais de Teresina (UMAC), fundada em 30 de janeiro de 2017, que, de acordo com seu presidente, a principal bandeira da entidade será a luta pela moradia.

Diante do exposto, a pesquisa empírica em conjunto com o diálogo com os autores revelou uma série de questões no âmbito da moradia, como contradições, conflitos e parcerias relacionadas ao poder público. Dentre tais, a pesquisa destaca, como desafio no âmbito desta discussão, questões relacionadas ao processo de regularização fundiária, visto que a maioria das áreas estudadas, ainda é irregular do ponto de vista jurídico, fato que se configura como um dos principais desafios para a cidade de Teresina.

No entanto, destaca-se o Programa Minha Casa Legal de iniciativa do governo do Estado, no sentido de registrar e averbar as áreas dos conjuntos habitacionais não regularizados em cartório. Este processo foi iniciado pelo conjunto Parque Piauí em novembro de 2016 e objetiva atender a todos os conjuntos (construídos pela ADH) vinculados ao governo do Estado ainda não regularizados.

Estes são desafios apresentados inerentes às cidades de forma geral. No entanto, para Teresina, esta discussão pode contribuir com o poder público, à medida que apresenta questões relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano, sendo necessário discuti-las no âmbito da gestão municipal, sobretudo, quando faz referência à elaboração de planos e metas que norteiam a organização e desenvolvimento da cidade.

Esta pesquisa abre reflexões também para uma discussão relacionada a questões ambientais a partir do planejamento da cidade, regularização fundiária, e questões que visem entender a atual conjuntura das cidades relacionada a questões de natureza jurídica. Também é preciso dizer que essas temáticas não se esgotaram e que se faz necessário a realização de mais pesquisas para que se possa formar um panorama da realidade teresinense, especialmente em relação às questões de moradia popular e regularização fundiária para a cidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Irlane Gonçalves de. *O Crescimento da Zona Leste de Teresina – um caso de segregação?* 1983. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Teresina e sua dinâmica: bairros Dirceu Arcoverde e Mocambinho, sub-centros de teresinenses. In: FAÇANHA, Antonio, C; SOUSA, Mário Ângelo, M. *Indicações geográficas e temas em foco*. Teresina: EDUFPI, 2011.
- ALMEIDA, Guilherme do Couto de. Invasão ou ocupação? Ensaio sobre a função social da propriedade. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 1158, 2 set. 2006. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26812-26814-1-PB.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.
- ALVES, Vera Telma, 2015. *Parque da Vitória: quatro anos de resistência e luta: A comunidade é uma das maiores ocupações de terras de Teresina*, 2015a. Disponível em: <<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/imprimir/teresina-163-anos-urbanizacao-x-hi/parque-da-vitoria-quatro-anos-de-resistencia-e-luta-30790.htm>> Acesso em: 10. nov. 2015.
- _____. *Liminar suspende obra de implantação de água e energia no Parque da Vitória*, 2015b. Disponível em: <<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/teresina/liminar-suspende-obra-de-implantacao-de-agua-e-energia-no-parque-da-vitoria-34285.html>> Acesso em: 10. nov. 2015.
- ARAÚJO NETO, Adalgiso B. de. *Av. principal do bairro Parque Piauí em Teresina (PI) : evolução, dinâmica e tendências*. 2014. 87f. Monografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.
- BARROS, Lucineide. M. Vila Irmã Dulce: a cidade que continua a nascer da luta dos que sofrem. In: Encarte Especial dos 150 anos de Teresina. *O Dia*, Teresina, 2002.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf> Acesso em: 13. mar. 2014.
- _____. Caixa Econômica Federal. Empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa, minha Vida (*planilhas*). Teresina, CEF, 2015.
- _____. Emenda Constitucional Nº 26, de 2000. (Publicada no DOU de 15/2/2000). In: *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf> Acesso em: 13. mar. 2014.
- _____. *Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana*, 2. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/Perfil/Downloads/estatuto_cidade_2ed%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Perfil/Downloads/estatuto_cidade_2ed%20(1).pdf)>. Acesso em: 13. mar. 2014.
- _____. *Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas;

altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário oficial da união, Brasília, 2009. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm>. Acesso em: 12. jan. 2017.

_____. Lei Nº 13.465, de 11 de Julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. *Palácio do planalto*. Brasília. 2017. Disponível em<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13465-11-julho-2017-785192-norma-13465-pl.pdf>>. Acesso em: 20. jul. 2017.

_____. *Estimativa da População*, 2017. Disponível em<<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=221100&search=piauiltesina>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 19. jul. 2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico 2010 - aglomerados subnormais: primeiros resultados*. Rio de Janeiro, IBGE, 2010b. Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 19. jul. 2014.

_____. *Medida Provisória Nº 759, de 22 de dezembro de 2016*. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. Diário oficial da união, Brasília, 2016. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm#art73>. Acesso em: 12. jan. 2017.

_____. Ministério das Cidades. *Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009* - Ministério das Cidades Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2013. Disponível em<

http://www.sinoreg-es.org.br/_Documentos/Upload_Conteudo/arquivos/Cartilha-lei-11977-Regulariza%C3%A7%C3%A3o-fundiaria.pdf>. Acesso em: 11. fev. 2016.

_____. JUNIOR, Mario Ignacio Coelho. *Infográfico Minha Casa Minha Vida*. Planalto presidência da república, 02 fev. 2017. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/02/info-nova-regra-do-minha-casa-minha-vida-01.png/view>>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. *Programa Minha Casa, Minha Vida*. 2016. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>>. Acesso em: 27. dez. 2016. (BRASIL, 2016).

BRAZ, Ângela Martins N. *Do projeto a realidade: sobre as transformações do Conjunto Habitacional Mocambinho*. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CARLO, Ana Fani, A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a Cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Repensando a Geografia).

CARVALHO, Inga Michele Ferreira. Direito à propriedade e conflito social: a Vila Irmã Dulce como estudo de caso. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 6, n. 52, nov. 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2448>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

CEPRO, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. *Piauí: visão geral*. 2. ed. rev. Teresina, 2003.

_____. *Piauí em Números*. 8. ed. Teresina, 2010. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201104/CEPRO06_aff9b5f5a6.pdf>. Acesso em: 01. mar. 2016.

CONSELHO de habitação vistoria obras. *Jornal O Dia*, Teresina, p. 11, 3 set. 2003.

CORRÊA, Roberto. L. *O espaço urbano*. ed. São Paulo: Ática. 2000.

CRISANTO, Nelimária de M. S. *A política habitacional para a população de baixa renda*. Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos). 2002, 76f. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação. Teresina, 2002.

EM BUSCA de vida nova. *Jornal O Dia*, Teresina, p. 6, 3 ago. 1998.

FAÇANHA, Antonio. C. *A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais na cidade*. 1998. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

_____. A evolução urbana de Teresina; passado, presente e...*Carta CEPRO*, Teresina, v.22, n.1, p.59-69, jan./jun. 2003.

FARIAS, Marin G. S; CALIXTO, Maria José M. S. Ocupação “irregular”: a outra faceta do processo de apropriação do espaço urbano. In: CALIXTO, Maria José M. S(Org). *O Espaço urbano em redefinição: Cortes e Recortes para a Análise dos Entremeios da Cidade*. Dourados, MS: ed. Da UFGD, 2008.

FERNANDES, Edésio. A produção socioeconômica, política e jurídica da informalidade urbana. In: *Regularização da terra e da moradia: o que é e como implementar*. Instituto Pólis, 2002. Disponível em: < <http://www.polis.org.br/uploads/949/949.pdf>>. Acesso em: 10. jan. 2016.

FERRAZ, Diná da Rocha Loures. *A questão fundiária urbana: reflexões sobre os direitos e as representações em relação à moradia*. 2007. 124f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit Habitacional no Brasil 2013: resultados preliminares*. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 31. mar. 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INFOPAPI. *Informativo Parque Piauí*. 33 anos de história. Teresina, 2001.

MORADORES do Promorar começam a abandonar suas casas. *Jornal O Dia*. Teresina, p. 17 jun. 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Nícia Bezerra Formiga. *Expansão urbana e seus efeitos sobre a mobilidade e acessibilidade avaliada com o auxílio dos sistemas de informação geográfica (SIG) em Teresina-PI*. 2013. 165f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *As práticas de ocupação de terras em Teresina: A interseção entre a ilegalidade e a legitimidade*. Travessia. 2001.

_____. *As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

_____. *Favela Cohebe: uma história de luta por habitação popular*. 2. ed. Teresina: EDUFPI; Recife: Bagaço, 2010a.

_____. *Gestão urbana e políticas de habitação social: análise de uma experiência de urbanização de favelas*. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2010b.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, vol. 17, n. 48, São Paulo: Editora USP, 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 27. jan. 2016.

MELO, Constance de Carvalho Correia Jacob. *Expansão urbana do município de Teresina e as políticas habitacionais a partir de 1966*. 2009. 110f (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

MOREIRA, Amélia A. N. *et al* (1972). A Cidade de Teresina. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, IBGE, n.230.

PIAUI. *Lei Ordinária* Nº 5.644 de 12, de abril de 2007. Cria a Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí – ADH, e dá outras providências. Disponível em <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12954>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

_____. Agência de Desenvolvimento Habitacional, ADH, 2016. *Relatório de obras executadas até maio-2016*. Teresina, 2016. 1 CD-ROM.

_____. Empresa de Gestão de Recursos do Piauí, EMGERPI, 2016. *Minha casa legal*. Programa de Regularização Fundiária dos Conjuntos Habitacionais. Teresina, 2016.

_____. *Lei Complementar* Nº 83 de 12, de abril de 2007. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 28 de 09 de junho de 2003 e dá outras providências. Disponível em <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13213>>. Acesso em. 01. Mar. 2016.

PONTES, Daniele Regina; FRITZEN, Fabiano Milano; COELHO, Arthur; BERTOL, Laura Esmanhoto; MILANO, Giovanna; PONTES, Stefania Poeta; GUSSO, Ramon José; STUMM, Michelli Gonçalves; PILOTTO, Ângela; DINIZ, Renata. *Diagnóstico, volume 1: Revisão do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Piauí*. Curitiba: Ambiens, 2010.

PROMORAR é invadido. *Jornal O Dia*, Teresina, p. 3, 18 mar. 1983.

PROMORAR: moradores estão abandonando suas moradias. *Jornal O Dia*, Teresina, p. 8, 5-6 jun. 1983.

RODRIGUES, Arlete. M. *Na procura do lugar o encontro da identidade: Um estudo do processo de ocupação de terras - Osasco*. 1988. 417f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 1988.

_____. Direito à cidade e o Estatuto da Cidade. In: *CIDADES: revista científica*. Grupo de estudo urbanos. Vol. 2, n.3, 2005, Presidente Prudente. Cromosete, p. 89-110, 2005.

_____. *Moradia nas cidades brasileiras*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Repensando a Geografia).

_____. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. In: *CIDADES: revista científica*. Grupo de estudos urbanos. Vol. 4, n.6, 2007, Presidente Prudente. Cromosete, , p.73-88, 2007.

RODRIGUES NETO, E. X. *Governo municipal e movimentos sociais na gestão da moradia em Teresina: um exame das experiências das Vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce*. 2005. 155f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. *A natureza do Espaço - Técnica e Tempo/Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 2001.

SAULE JÚNIOR, Nelson. O direito à moradia como responsabilidade do estado brasileiro, 1997. *Caderno de Pesquisa*, nº, 7, maio de 1997. Disponível em < http://polis.org.br/wp-content/uploads/o_direito_a_moradia.pdf>. 16f. Acesso em: 10. jan. 2016.

SILVA, Arnaldo Eugênio Neto da. *A bruxa má de Teresina: um estudo do estigma sobre a Vila Irmã Dulce como um “lugar violento”(1998-2005)*. 2005.136f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2005. Disponível em: <WWW.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp137092.pdf> Acesso em: 13. mar. 2014.

SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Malheiros editora, 2010.

SILVA, José. B. da. Discutindo a cidade e o urbano. In: SILVA, José. B. da; COSTA, Maria. C.L; DANTAS, Eustógio. W. C. (Org). *A cidade e o urbano: Temas para debates*. Fortaleza. EUFC, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SPÓSITO, Eliseu S. *A vida nas cidades*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Repensando a Geografia).

STEIN NETO, Ataulfo. A. A ilegalidade na produção do espaço urbano. In: CALIXTO, Maria José M. S (Org). *O Espaço urbano em redefinição: Cortes e Recortes para a Análise dos Entremeios da Cidade*. Dourados, MS: ed. da UFGD, 2008.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. *Censo das Vilas e Favelas - Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitários (SEMTAC)/Prefeitura Municipal de Teresina*, Teresina, PI, 1993.

_____. *Censo das Vilas e Favelas - Secretaria Municipal de Trabalho e de Assistência Social/PMT – 1996*.

_____. *Censo das Vilas e Favelas 1999*. Teresina. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo – SEMHUR, 2000.

_____. *Teresina Agenda 2015: plano de desenvolvimento sustentável*. Teresina: PMT: Conselho Estratégico de Teresina, 2002a.

_____. *Agenda Teresina 2030: a cidade desejada*. 2015. Disponível em <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/Teresina-Agenda-2030.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. Anexo da Lei Nº. 1.591, de 31 de agosto de 1978, p, 1-4. *Diário oficial do município de Teresina*, 1978. Disponível

em<<http://pgm.teresina.pi.gov.br/admin/upload/documentos/eb776c0655.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013. Fixa as denominações e delimita os perímetros dos bairros de Teresina e dá outras providências. *Diário oficial do município de Teresina*, 2013. Disponível em< <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Lei-4423-de-2013-Lei-dos-Bairros.pdf>>. Acesso em 04 dez. 2016.

_____. Lei Nº 4.601 de 11 de julho de 2014. Declara de Utilidade Pública, no âmbito do Município de Teresina, a FEDERAÇÃO DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS DO PIAUÍ - FECEP, e dá outras providências. *Diário oficial do município de Teresina*, 2014. Disponível em< <http://pgm.teresina.pi.gov.br/admin/upload/documentos/d2a10f38aa.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

_____. *Plano Local de Habitação e Interesse Social - PLHIS*. Produto 2 -Diagnóstico do Setor Habitacional. SEMPLAN, 2012.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEMDUH. *Informativo das ações de habitação na zona urbana - 2001 a 2011*. Teresina, 2012.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação –SEMPLAN. Perfil dos bairros. In: *Teresina em bairros*. 2015a. Disponível em<<http://semplan.teresina.pi.gov.br/sdu-sul/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação–SEMPLAN. Perfil dos Bairros. *Regional SDU Sul, bairro Parque Piauí*. 2015b. Disponível em<<http://semplan.teresina.pi.gov.br/sdu-sul/>>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação–SEMPLAN. Perfil dos Bairros. *Regional SDU Sul, bairro Promorar*. 2015c. Disponível em<<http://semplan.teresina.pi.gov.br/sdu-sul/>>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. Mapa de empresas. *Mapas digitais*, pdf. 2015d. Disponível em<<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/MAPA-DE-EMPRESAS-2015.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação –SEMPLAN. *Dinâmica populacional*. 2014. Disponível em< <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/TERESINA-POPULA%C3%87%C3%83O-2014.docx>>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação –SEMPLAN. *Dinâmica populacional*. 2016a. Disponível em< <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/TERESINA-POPULA%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação-Geral. *Teresina em bairros*. Teresina, 1994.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação–SEMPPLAN. Perfil dos bairros. In: *Teresina em bairros*. 2016b. Disponível em<<http://semplan.teresina.pi.gov.br/sdu-sul/>>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEMDUH. *Relatório – Residencial Mário Covas – Programa de subsídio à habitação*. 2016c.

VIANA, Bartira Araújo da Silva. *Caracterização estratigráfica, química e mineralógica do massará e conflitos socioambientais associados a sua exploração em Teresina, PI, Brasil*. 2013. 212f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

VIANA, Masilene. R. *E os “sem-teto” também tecem a cidade: As ocupações urbanas em Teresina (1985-1990)*. 1999. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC. São Paulo. UFPI. Teresina, 1999.

VIEIRA, Ângela. O. *Ocupações urbanas em Teresina: trajetórias e lutas das mulheres na ocupação da Vila Irmã Dulce*. 2014. 78f. Monografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

VIEIRA, Ângela. O; FAÇANHA, Antonio. C. *Ocupação Vila Irmã Dulce: uma experiência na luta urbana de Teresina (PI)*. 2015. Disponível em<ww.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/8/236.pdf>. Acesso em: 04. Mar. 2015.

VOLOCHKO, Danilo. Nova produção das periferias e reprodução do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.

ANEXOS

ANEXO I

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUI / COHAB-PI
IDENTIFICAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS PRODUZIDOS

ORDEM CRON.	DENOMINAÇÃO DO CONJUNTO	LOCAL OU BAIRRO	VALOR DA OBRA-UPC	D A T A S			PADRAO / QUANTIDADE									NÚMERO UNIDADES	QUANTIDADE ACUMULADA				
				contrato	conclusão	inauguração	P	Q	P	Q	P	Q	P	Q	P			Q			
001	Tabuleta #	Teresina	14.285			abr/66	PI29	52	PI38	66								118			
002	São Raimundo #	Teresina	5.162			mai/66	PI29	49										49	167		
003	Stand Tiro #	Teresina	5.338			mar/77	PI38	40										40	207		
004	D.E.R. #	Teresina	8.232			jul/79	PI38	70										70	277		
005	Aerolândia #	Picos	6.480			set/80	PI38	54										54	331		
006	João Orlando #	Parnaíba	7.560			dez/80	PI38	63										63	394		
007	Primavera I	Teresina	18.595	set/65	mai/66	ago/66	PI29	187										187	581		
008	Irapuá	Floriano	5.617	set/65	jul/66	nov/66	PI29	50										50	631		
009	Boa Esperança I	Parnaíba	9.780	set/65	jul/66	nov/66	PI29	92										92	723		
010	Monte Castelo	Teresina	30.864	ago/66	nov/66	nov/66	PI29	180	PI38	90	PI47	32						302	1.025		
011	Boa Esperança II	Parnaíba	8.160	set/65	dez/66	dez/66	PI29	62	PI38	30								92	1.117		
012	Parque Piauí	Teresina	208.936	mai/67	set/68		PI29	391	PI38	1412	PI47	491						2.294	3.411		
013	Cristo Rei	Teresina	12.645	out/74	jul/75	jul/75	PI60	92										92	3.503		
014	São Pedro I	Teresina	28.552	mar/76	set/76	set/77	PI71	66										66	3.569		
015	Bela Vista I	Teresina	168.396	jun/76	nov/76	set/77	PI25	252	PI35	288	PI45	235	PI61	116	PI65	21		912	4.481		
016	Amp.Parque Piauí	Teresina	141.196	nov/76	mai/77		PI45	268	PI61	180	PI71	52						500	4.981		
017	União	Teresina	36.127	dez/76	jul/77	set/77	PI71	80										80	5.061		
018	Igaraçu	Parnaíba	55.717	jul/77	dez/77	mai/78	PI34	164	PI35	71	PI45	56	PI61	17	PI65	7		315	5.376		
019	Itararé I	Teresina	359.783	jan/77	jun/78		PI19	60	PI25	2188	PI34	792						3.040	8.416		
020	Saci	Teresina	548.586	dez/77	jan/79	nov/78	PI35	588	PI45	581	PI61	419	PI65	39	PI71	407		2.034	10.450		
021	São Pedro II	Teresina	47.392	ago/78	mar/79		PI78	109										109	10.559		
022	Primavera II	Teresina	43.875	ago/78	mar/79		PI78	100										100	10.659		
023	Petrônio Portela	Picos	98.080	dez/79	ago/80	ago/80	PI45	202	PI61	105	PI65	9	PI78	40				356	11.015		
024	Itapiru	Teresina	69.434	mar/80	out/80	dez/80	PI65	3	PI78	161								164	11.179		
025	Dirceu Arcoverde	Fronteiras	6.324	ago/80	out/80		PI25	50										50	11.229		
026	Itararé II	Teresina	552.320	jun/79	nov/80	out/80	PI25	2554	PI34	1700								4.254	15.483		
027	Padre Marcos	Pe. Marcos	4.896	ago/80	dez/80	set/81	PI25	30										30	15.513		
028	Pedrinhas	Picos	61.691	jul/80	fev/81	jan/82	PI45	191	PI65	4								195	15.708		
029	União II	Teresina	37.397	jul/80	fev/81	jun/81	PI65	3	PI78	97								100	15.808		
030	Agenor Melo # # #	Campo Maior	13.416	ago/80	jun/81	ago/81	PI42	50										50	15.858		
031	Bela Vista II	Teresina	180.237	jun/80	jul/81	jun/82	PI35	423	PI45	238	PI65	22						683	16.541		
032	Edgar Gaioso	José Freitas	26.219	abr/81	out/81	jul/82	PI35	41	PI45	36								77	16.618		
033	Regeneração	Regeneração	27.763	abr/81	out/81	jan/82	PI35	41	PI45	40								81	16.699		
034	Leocádio Melo	Água Branca	28.064	jul/81	out/81	dez/82	PI35	42	PI45	40								82	16.781		
035	Manoel F Sousa	Uruçui	15.029	jun/81	nov/81	abr/82	PI35	30	PI45	20								50	16.831		
036	José Júlio da Costa	Porto I	13.026	ago/80	nov/81	jun/82	PI35	30	PI45	20								50	16.881		
037	João E. F. Costa	Teresina	431.824	jul/80	jan/82	jan/82	A-54	996										996	17.877		
038	Abdon Portela	Valença	30.728	jun/81	jan/82	jul/82	PI35	56	PI45	36								92	17.969		
039	Sinhá Aires	Amarante	26.780	out/81	jan/82	mar/82	PI35	48	PI45	32								80	18.049		
040	Cândida Macêdo	S. R. Nonato	34.328	jul/81	jan/82	fev/83	PI35	50	PI45	50								100	18.149		
# Conjuntos não financiados pelo BNH				# # # Recursos BNH-5.509 UPC's(maio/66)/Recursos Cohab-8.107 UPC's																	
O Projeto 013, foi executado em adobe e refeito p/ tijolo cerâmico posteriormente.																					

ANEXO II

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUÍ / COHAB-PI
IDENTIFICAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS PRODUZIDOS

ORDEM CRON.	DENOMINAÇÃO DO CONJUNTO	LOCAL OU BAIRRO	VALOR DA OBRA-UPC	D A T A S			PADRAO / QUANTIDADE								NÚMERO UNIDADES	QUANTIDADE ACUMULADA		
				contrato	conclusão	inauguração	P	Q	P	Q	P	Q	P	Q				
041	Milton Lima	Castelo	26.779	out/81	jan/82	set/82	PI35	48	PI45	32							80	18.229
042	Palestina	Esperantina	66.948	mai/81	jan/82	ago/82	PI35	120	PI45	80							200	18.429
043	D. Expedito Lopes	D.Exp. Lopes	4.896	ago/80	fev/82	mar/82	PI25	30									30	18.459
044	Joaquina Arrais	Pio IX	10.539	set/81	fev/82	fev/83	PI25	50									50	18.509
045	Leto Leitão	Itaueira	13.026	ago/80	fev/82	mar/82	PI35	30	PI45	20							50	18.559
046	Pedro Simplicio	Floriano	97.742	out/81	fev/82	dez/82	PI35	121	PI45	159							280	18.839
047	Hermes Pacheco	Floriano	33.063	out/81	fev/82	dez/82	PI35	110									110	18.949
048	Dirceu Arcoverde	Piracuruca	50.111	ago/81	fev/82	set/82	PI35	90	PI45	60							150	19.099
049	Narciso Rocha	União	45.313	jul/81	fev/82	jun/82	PI35	66	PI45	66							132	19.231
050	Eufrasino Moura	E. Veloso	23.432	set/81	mar/82	dez/82	PI35	42	PI45	28							70	19.301
051	Walter Araújo	Itainópolis	10.539	ago/81	mar/82	dez/82	PI25	50									50	19.351
052	Petrônio Portela I	Guadalupe	33.474	set/81	mar/82	out/82	PI35	60	PI45	40							100	19.451
053	Rdo. Damasceno	Paulistana	20.084	ago/81	mar/82	dez/82	PI35	36	PI45	24							60	19.511
054	Cel.Ludgero Raulino	Altos	61.791	ago/81	mar/82	dez/82	PI35	90	PI45	90							180	19.691
055	Petrônio Portela	Barras	21.543	set/81	mar/82	jun/82	PI35	37	PI45	27							64	19.755
056	José Júlio da Costa	Porto	13.991	ago/81	mar/82	jun/82	PI35	26	PI45	16							42	19.797
057	Nogueira Tapety #	Oeiras	68.657	out/81	abr/82	nov/82	PI35	100	PI45	100							200	19.997
058	Quirino Bezerra	Mons.Hipólito	6.323	ago/81	abr/82	jan/83	PI25	30									30	20.027
059	José Almeida	Campo Maior	101.194	out/81	mai/82	ago/82	PI35	180	PI45	122							302	20.329
060	Joaz de Sousa I	Parnaíba	135.276	out/81	ago/82	jan/83	PI33	317	PI42	78	PI60	5					400	20.729
061	Cyntia Portela	Teresina	28.610	out/81	out/82	nov/82	PI19	176									176	20.905
062	Expedito Rezende	Piripiri	66.948	ago/81	dez/82	nov/82	PI35	120	PI45	80							200	21.105
063	Promorar (Angelim I)	Teresina	1.475.960	dez/81		dez/82	LU19	288	GD19	1588	GD25	2820					4.696	25.801
064	Mocambinho I @	Teresina	1.263.946	dez/81	set/83	dez/82	PI38	804	PI46	1345	PI62	812	PC62	70			3.031	28.832
065	Simplicio Mendes	Simp.Mendes	14.761	jan/83	set/83	fev/84	PI25	10	PI35	20	PI45	20					50	28.882
066	Petrônio Portela II	Guadalupe	14.761	jan/83	set/83	dez/83	PI25	10	PI35	20	PI45	20					50	28.932
067	Campo Maior	Campo Maior	26.028	jan/83	jul/83	mar/84	PI25	18	PI35	36	PI45	36					90	29.022
068	Cristino Castro	Crist. Castro	14.761	jan/83	jul/83		PI25	10	PI35	20	PI45	20					50	29.072
069	Floriano	Floriano	43.831	jan/83	mai/83		PI25	30	PI35	60	PI45	60					150	29.222
070	Neno Santos	Angical	14.460	jan/83	jul/83	jul/84	PI25	10	PI35	20	PI45	20					50	29.272
071	Alto Longá	Alto Longá	20.665	jan/83	jul/83		PI25	14	PI35	28	PI45	28					70	29.342
072	Inhuma	Inhuma	14.610	jan/83	jul/83	mar/84	PI25	10	PI35	20	PI45	20					50	29.392
073	Barras	Barras	14.460	jan/83	mai/83		PI25	10	PI35	20	PI45	20					50	29.442
074	Valença	Valença	25.672	jan/83	jul/83	mar/84	PI25	18	PI35	35	PI45	35					88	29.530
075	Bom Jesus	Bom Jesus	29.221	jan/83	jul/83		PI25	20	PI35	40	PI45	40					100	29.630
076	Raimundo Marques	Luzilândia	29.552	jan/83	mai/83	mar/84	PI25	20	PI35	40	PI45	40					100	29.730
077	União	União	28.920	fev/83	jul/83		PI25	20	PI35	40	PI45	40					100	29.830
078	S.Raimundo Nonato	S.Rdo.Nonato	29.221	fev/83	ago/83		PI25	20	PI35	40	PI45	40					100	29.930
079	Barro Duro	Barro Duro	8.676	abr/83	out/83	dez/83	PI25	06	PI35	12	PI45	12					30	29.960
080	Ipiranga	Ipiranga	8.766	abr/83	set/83		PI25	06	PI35	12	PI45	12					30	29.990
#	Construído em 02(dois) terrenos distintos com 76 e 124 unidades																	
@	As 03(três) etapas do Mocambinho totalizam 5.130 und																	

ANEXO III

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUÍ / COHAB-PI
IDENTIFICAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS PRODUZIDOS

ORDEM CRON.	DENOMINAÇÃO DO CONJUNTO	LOCAL OU BAIRRO	VALOR DA OBRA-UPC	D A T A S			PADRAO / QUANTIDADE								NÚMERO UNIDADES	QUANTIDADE ACUMULADA			
				contrato	conclusão	inauguração	P	Q	P	Q	P	Q	P	Q					
081	Catarina	Teresina	21.399	mai/83	jul/83	dez/83	PI19	120										120	30.110
082	José de Freitas	J. de Freitas	28.920	mai/83	set/83		PI25	20	PI35	40	PI45	40						100	30.210
083	Mocambinho II @	Teresina	453.188	dez/83	nov/84		PI38	263	PI46	425	PI62	288						976	31.186
084	Joaz de Sousa II	Parnaíba	115.320	dez/83	nov/84		PI25	70	PI35	140	PI45	140						350	31.536
085	Boa Esperança I	Teresina	27.818	jan/84	jul/84	jul/84	PI19	150										150	31.686
086	José Martins Filho	Luzilândia	53.180	fev/84	ago/84	dez/84	PI19	150	PI25	50								200	31.886
087	Tancredo Neves	Teresina	438.413	fev/84	mar/85	ago/85	PI57	756										756	32.642
088	São Joaquim	Teresina	126.440	fev/84	out/84		PI19	182	PI23A	28	PI23B	366	PI25	248				824	33.466
089	Demerval Lobão	Dem. Lobão	13.282	jul/84	abr/85		PI25	25	PI35	15	PI45	10						50	33.516
090	Polícia Militar	Teresina	49.437	nov/84	jun/85	ago/85	PI78	85										85	33.601
091	Boa Esperança II	Teresina	16.394	nov/84	mai/85		PI19	34	PI19A	2	PI23	32	PI23A	4	PI25	32		104	33.705
092	Nazária +	Teresina	4.585	dez/84	abr/85		PI45B	15										15	33.720
093	Mocambinho III @	Teresina	517.091	jul/85	jul/86	ago/86	PI38	307	PI46	488	PI62	328						1.123	34.843
094	Novo Horizonte	Teresina	116.777	out/85	jun/86	abr/86	PI25B	124	PI35B	96	PI45B	80						300	35.143
095	S. Pedro do Piauí	São Pedro	1.616.001	out/85	jul/86	abr/86	PI25	9	PI35	18	PI45	18						45	35.188
096	Renascença I	Teresina	31.971.869.	nov/85	out/86		PI25B	346	PI35B	345	PI45B	209						900	36.088
097	Morada Nova I #	Teresina	70.528.974	mai/86	set/87	mar/88	PI57	984										984	37.072
098	Buriti dos Lopes	B. dos Lopes	3.598.764	set/86	out/87		PI25B	10	PI35B	24	PI45B	20						54	37.126
099	Parque Industrial	Picos	195.237	set/87			PI25B	58	PI35B	117	PI45B	88	PI61B	30				293	37.419
100	Renascença II El >	Teresina	221.349	set/87			PI28	296	PI39	168	PI45B	36						500	37.919
101	Morada Nova II #	Teresina	373.809	nov/87			PI57	564										564	38.483
102	Angelin II	Teresina	126.495	nov/87			PI23	168	PI28	96								264	38.747
103	Morada Nova III #	Teresina	525.380	mar/88			PI57	624										624	39.371
104	Renascença II EII >	Teresina	252.936	abr/88			PI28	274	PI39	140	PI45	36						450	39.821
105	Renascença II EIII >	Teresina	272.671	abr/88			PI28	300	PI39	176	PI45	24						500	40.321
106	Boaventura Pereira	Benedictinos	19.496	fev/88	set/88		PI25	12	PI35	12	PI45	6						30	40.351
107	Santa Fé	Teresina	387.293	dez/88			PI25	265	PI35	134	PI45	134						533	40.884
108	Ficam I-Construção	Diversos	82.500	Var			Avulso	165										165	41.049
109	Ficam II-Construção	Diversos	427.000	Var			Avulso	854										854	41.903
110	Ficam IV-Construção	Diversos	73.500	Var			Avulso	147										147	42.050
111	Ficam V-Construção	Diversos	250.000	Var			Avulso	500										500	42.550
112	Protótipos Mutirão	Teresina	9.100	mar/95	jul/95	jul/95	PI-27	7										7	42.557
113	Renascença II E-IV	Teresina	607.006	jul/96			PI-27	223										223	42.780
114	Parque Parnaíba	Parnaíba	416.466	ago/96			PI-27	152										152	42.932
115	Mocambinho-S -D	Teresina	21.232	set/96			PI-27	78										78	43.010
116	Bela Vista III	Teresina	1.224.900	out/96			PI-27	422										422	43.432
117	Verde T.Q.Verde	Teresina	8.353.290	nov/96			PI-58	320	PI-64	320								640	44.072
118	Joaz de Sousa IV	Parnaíba	171.646	jun/98			PI-27	78										78	44.150
119	Vamos Ver o Sol	Teresina	2.102.196	ago/97														902	45.052
120	Saturno	Teresina	1.095.107	ago/97														320	45.372
#	As 03(três) etapas do Morada Nova totalizam 2.172 und			Valores em R\$ a Partir do 112			+ Conjunto da Secretaria de Agricultura								Recursos lapep: 113 a 116, 118				
>	As 03(três) etapas do Renascença II totalizam 1.450 und			Os conjuntos 095 a 098 estão em Cz\$			Recursos lapep/HB-97: 119,120, 121,123								Governo Mão Santa:112 ao 143				

APÊNDICES



APÊNCIDE A

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PRPG
Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO
Entrevistado (a): *Representante do poder público*
Hora da entrevista/Início: _____ Término _____



PESQUISA/MESTRADO

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, MORADIA E FORMAS SOCIOESPACIAIS NA
CIDADE DE TERESINA (PI)

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Mestranda: Ângela Oliveira Vieira
Orientador/Coordenador: Prof^o. Dr. Antônio Cardoso Façanha

Teresina – PI
2016

01. Qual sua ocupação/função?

02. Há quanto tempo você está nesta função, ou seja, assumiu este cargo?

03. Sabe-se que a ----- é um órgão de grande importância para o Estado. Assim, qual o seu real objetivo, ou seja, em que está pautado os seus anseios e desejos?

04. Na discussão sobre moradia popular em Teresina, o que é na visão da -----, uma Favela? e uma Vila?. Você acha que tem algum elemento que as diferencie? Se possível, citar algo que as diferencie ou que são em comum.

05. Na discussão sobre moradia popular em Teresina, o que é na visão da -----, um Conjunto Habitacional, ou seja, como você qualifica um Conjunto Habitacional? Caracterizar.

06. Na discussão sobre moradia popular em Teresina, o que é ou o que caracteriza na visão da -----, um “Parque” (espaço de moradia) e um Residencial? Diferenciar.

07. Como é na avaliação da ----- a utilização do nome Parque (espaço de moradia) para designar espaços de moradia, em Teresina, seja ele promovido pela PMT ou por “eventos” de outra natureza, como as ocupações urbanas, por exemplo?

08. Quanto à questão da moradia popular sabe-se que há uma demanda populacional que ainda não foi atendida pelos programas sociais. Portanto, o que a ----- em parceria com Estado governo e Federal tem feito para atenuar este problema?

09. Quanto aos programas de moradia popular, ao longo dos anos, a ----- tem executado (e/ou em fase de execução) algum programa de moradia popular? Se sim, quanto e qual (ais)?

10. Qual é a relação das Associações de Moradores, atualmente, com a -----?



APÊNCIE B

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PRPG
Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO
Entrevistado (a): *Presidente das Federações*
Hora da entrevista/Início: _____ Término _____



PESQUISA/MESTRADO

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, MORADIA E FORMAS SOCIOESPACIAIS NA
CIDADE DE TERESINA (PI)

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Mestranda: Ângela Oliveira Vieira
Orientador/Coordenador: Prof^o. Dr. Antônio Cardoso Façanha

Teresina – PI
2016

01. Qual sua ocupação/função?

02. Há quanto tempo você está à frente da ----- ou seja, assumiu este cargo?

03. Qual o real objetivo da ----- ou seja, em que está pautado os seus anseios e desejos?

04. Como você ver a ----- de hoje se comparado com a ----- de anos anteriores, final dos anos 1990, por exemplo?

05. Na discussão sobre moradia popular, para Teresina, o que é na visão da -----, uma Favela? e uma Vila?. Diferenciar.

06. Na discussão sobre moradia popular, para Teresina, o que é na visão da -----, um Conjunto Habitacional? Caracterizar.

07. Na discussão sobre moradia popular, para Teresina, o que é na visão da -----, um “Parque” (espaço de moradia) e um Residencial? Diferenciar.

08. Como é na avaliação da ----- a utilização do nome Parque para designar espaços de moradia, em Teresina, seja ele promovido pela PMT ou por “eventos” de outra natureza, como as ocupações urbanas, por exemplo?

09. A ----- ainda tem atuado de forma consistente na luta pela moradia popular no Estado do Piauí?

10. Quantas Associações de Moradores, atualmente, em todo o Estado são parceira da -----?



APÊNCIDE C

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PRPG

Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO

Entrevistado (a): *Presidente da Associação de Moradores*

Hora da entrevista/Início: _____ **Término** _____



PESQUISA/MESTRADO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, MORADIA E FORMAS SOCIOESPACIAIS NA
CIDADE DE TERESINA (PI)**

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Mestranda: Ângela Oliveira Vieira

Orientador/Coordenador: Prof^o. Dr. Antônio Cardoso Façanha

**Teresina – PI
2016**

01. Qual sua ocupação/função?

02. Há quanto tempo você está à frente da Associação, ou seja, assumiu a “presidência”?

03. Quando o ----- foi fundado? Desde sua “fundação” quantos presidentes já assumiram a Associação?

04. Acerca da regularização fundiária o ----- já possui o título de posse?. Se sim. Quando foi auferido. Se não. Como estão as negociações sobre esta questão?

05. Além da Associação de Moradores existem outros grupos/movimentos ou outras associações? Destacar.

06. O que a *Associação dos Moradores* tem feito no sentido de conseguir “benefício” para o bem comum dos moradores do bairro e suas proximidades? Destacar.

07. Que tipo de políticas a PMT tem adotado no sentido de atender a necessidade dos moradores deste Bairro? Se tiver. Você pode destacar alguma?

08. Na discussão sobre moradia popular em Teresina, o que é na visão da *Associação* de moradores uma Favela? e uma Vila?. Você acha que tem algum elemento que as diferencie? Se possível, citar algo que as diferencie ou que são em comum.

09. Na discussão sobre moradia popular em Teresina, o que é na visão da *Associação de Moradores* um Conjunto Habitacional, ou seja, o que caracterizam este espaço de moradia?

10. Na discussão sobre moradia popular em Teresina, o que é na visão da *Associação de Moradores*, um “Parque” (como espaço de moradia) e um Residencial? Diferenciar.

11. Como é na avaliação da *Associação* a utilização do nome Parque (como espaço de moradia) para designar espaços de moradia, em Teresina, seja ele promovido pela PMT ou por “eventos” de outra natureza, como as ocupações urbanas, por exemplo?

12. Existe algum levantamento feito pela *Associação* ou pela prefeitura referente ao número de vilas e favelas que está inserida neste bairro?. Se sim, sabe dizer quais são?



APÊNCIDE D
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PRPG
Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO



Entrevistado (a): *Morador (a)*

Hora da entrevista/Início: _____ Término _____

PESQUISA/MESTRADO

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, MORADIA E FORMAS SOCIOESPACIAIS NA
 CIDADE DE TERESINA (PI)

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Mestranda: Ângela Oliveira Vieira
Orientador/Coordenador: Prof^o. Dr. Antônio Cardoso Façanha

Teresina – PI
 2016

01. Idade. Função – Atividade que realiza?

02. Há quanto tempo você reside no -----? Antes de residir aqui, onde você morava? Qual seu local de origem?

03. Na discussão sobre moradia popular em Teresina, o que você acha que é uma **Favela**? e uma Vila?. Você acha que tem algum elemento que as diferencie? Se possível, citar algo que as diferencie ou que são em comum?

04. Na discussão sobre moradia popular em Teresina, o que você acha que é um Conjunto Habitacional, ou seja, o que caracterizam este espaço de moradia?

05. Na discussão sobre moradia popular em Teresina, o que você acha que é um “Parque” (entendido como espaço de moradia) e um Residencial? Diferenciar.

06. O que você acha de se utilizar o nome Parque (como espaço de moradia) para designar espaços de moradia, em Teresina, seja ele promovido pela PMT ou por “eventos” de outra natureza, como as ocupações urbanas, por exemplo?

07. Sobre a regularização fundiária do -----, Você já possui o título de posse de seu terreno?. Se sim. Quando foi auferido. Se não. Como estão as negociações sobre está questão?

08. Como você avalia o trabalho da *Associação dos Moradores* no que se refere a busca por “benefícios” para o bem comum dos moradores do ----- e suas proximidades?

09. Sobre a *Associação de Moradores*, você acha que ela é uma “instituição” ativa ou pouco tem se preocupado em resolver as necessidades básicas da população local? Por quê?

10 Além da Associação de Moradores existem outros grupos/movimentos ou outras *associações*? Destacar.

11. Em relação aos serviços prestados pela PMT aqui no bairro, você considera bom ou ruim, por quê?

12. O que você pode destacar de importante quanto às políticas que a PMT tem adotado no sentido de atender a necessidade dos moradores deste Bairro? Se tiver. Você pode destacar alguma?

APÊNCIDE E

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTADOS				"Subcategorias" na visão dos entrevistados					
				Favelas	Vila	Conjunto Habitacional	Parque	Residencial	
DIMENSÃO PÚBLICA	ESTADO	EMGERPI	01 Representante	Estigma da periferia que está à margem ou marginal.	Qualquer espaço urbano que as pessoas ocupem (falta de acesso a terra regularizada, à propriedade, aos espaços da moradia digna).	É uma coisa bem característica da construção que vem desde o BNH.	Uma coisa que dá ideia de um lugar tranquilo que a traz coisa boa que você vai lá para fazer coisas boas agradáveis.	Elege-se uma área aí geralmente faz um padrão uniforme de moradia de casas.	
		ADH	01 Representante	X*	X*	Este termo nós não utilizamos mais.	X*	Nós trabalhamos com os residenciais.	
	PMT	SEMDUH	01 Representante	O que for meio de rua área de risco que a perspectiva foi remoção retirada para outro lugar. Área de ocupação irregular consolidada, mas não regularizada que previa remoção.	Ocupação irregular consolidada passível de ser regularizada.	X*	Assentamentos da prefeitura	Assentamentos da prefeitura que vinha com a unidade pronta.	
		SEMPLAN	01 Representante	É o próprio movimento comunitário que dá sentido a essas a esses nomes.	X*	Ocupações maiores à medida que você da estrutura, transforma.	X*	É o próprio movimento comunitário que dá sentido a essas a esses nomes.	
DIMENSÃO POLÍTICA	ATORES SOCIAIS	FAMMC	01 Representante	Quem mora em área de risco a nosso ver.	Não tem muita diferença entre Vila e favela para mim, assim, só se for nesse sentido que se a gente for analisar na questão do ser humano, mesmo.	X*	Os nomes são colocados mais no sentido de tentar amenizar o modo de dizer quem mora na vila.	É assim, é mais para tirar esse nome de Vila.	
		FAMEPI	01 Presidente	Numa visão mais contemporânea porque é que não se utiliza [...] a questão cultural, na verdade foi um elemento de defesa que as famílias encontraram ou os organizadores para não criminalizarem mais ainda.	É uma demonstração da falta de política Urbana, sobretudo de política de habitação.	X*	Eu acho que eles sempre foram utilizados como mecanismo de defesa para evitar o preconceito e a discriminação por conta da condição social e econômica das pessoas que moram lá.		
		FECEP	01 Presidente	Aqui nós não temos a cultura de chamar favela [...] as pessoas sentem vergonha de dizer que mora numa favela [...].	X*	[...] já vem com essa nomenclatura porque quem colocou foi o governo [...] mas talvez se tivesse perguntado por moradores talvez eles tivessem dado outro nome.	É uma coisa bem simples as pessoas têm vergonha de dizer que moram numa favela que mora na vila. Então as próprias pessoas que ocupam já vão com essa preocupação de colocar diferente.	X*	
	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	Conjunto Habitacional Parque Residencial	Promorar	01 Presidente	Quando não tem nada, pessoal vai lá e toca fogo e faz aqueles casebres assim de palha de lona ali é uma favela; Digamos assim a favela ela é uma invasão no contexto maior uma invasão que através dessa invasão suas lideranças é que vão buscar esses investimentos e depois que o poder público chega [...].	Quando chega toda essa estrutura ela deixa de ser favela e passa pelo processo a ser transformada em Vila.	X*	Na realidade que a gente percebe é que esses títulos se é que a gente pode chamar de título ou se é mesmo a nomenclatura não pensada de quem não tá entendendo da área, eu acho que é coisa mais inventada do dia a dia e a cultura nordestina [...] essa questão de mudar nomes, eu acho que é por aí...	
			Parque Piauí	01 Presidente	"[...] existe a difamação das pessoas fica discriminando a vila dizendo que quem vive em favela só mora gente ruim e eu não concordo com isso porque às vezes vai pessoas ruim pra lá, mas tem gente boa também, ele não tem oportunidade e vai pra comunidade pobre e termina conseguindo, as vezes, um benefício que não tinha [...].	Por exemplo, instalação de água de energia a diferença é grande né calçamento também a vila conhecer o calçamento demora..... até na via de transporte a linha de ônibus tambémé mais difícil até a	Os conjuntos habitacionais de hoje em dia tá mais através do Governo Federal então o governo faz um projeto aí manda para o governo estadual e aí as prefeituras juntamente com a verba do governo federal faz o conjunto com a Caixa Econômica.	Criou o nome o primeiro nome que tira era Parque do Piauí eles considerava como se fosse um Parque Ambiental aqui [...].	X*
			Residencial Mário Covas	01 Presidente	A favela é aquela é uma coisa que já começa assim uma coisa que é feita de momentos os cara estão lá porque não tem outro local para aí.	A Vila é mais organizada que a favela.	X*	É só uma maneira de denominar [...] às vezes as pessoas procuram botar um nome Parque para dar o nome mais bonito para ter uma visão melhor para aquelas pessoas [...].	No nosso caso foi planejado pela prefeitura.
			Vila Irmã Dulce	01 Presidente	A Favela é aquela coisa muito problemática e [...] aqui em Teresina a gente não tem favela. Tem vila e outros nomes, mas favela tinha antigamente [...].	A Vila ela mais desenvolvida que a favela [...] exemplo, aqui na Vila Irmã Dulce a gente tem quase a característica de bairro [...], por que já tem muitos serviços, lojas [...] que atende a necessidade da população.	X*	O Parque é mais uma questão de dar nomes diferentes, mesmo. Eu vejo assim.	Tem os do governo, né. Eu na verdade ainda não parei pra pensar na questão do nome [...], mas tem também algumas áreas de ocupação que tem este nome [...].
			Parque da Vitória	01 Presidente	Pra gente que é luta, este termo a gente que sabe que é carregado de preconceito...aí a gente procura evitar e busca colocar um nome mais chamativo como no caso aqui do Parque da Vitória.	Eu penso que a Vila ela já tem condições melhores que a favela para ser habitada, embora em alguns casos, o início tenha sido bem difícil.	Na verdade, é assim [...] os conjuntos aqui de Teresina, principalmente os primeiros eles não são muito diferente do que acontece com os do Minha Casa, Minha Vida.	Na verdade, acho que é só uma forma chamar mais atenção [...], com um nome mais chamativo.	O Residencial, hoje ele tanto se refere a alguns dos programas da prefeitura [...] que atualmente não tem feito muita coisa [...], como os do Minha Casa, Minha Vida.
			Promorar	05 Moradores	Nós não chamamos aqui de favela nós chamamos aqui de vila porque o nome sim mais não e torna-se quase a mesma coisa, mas é o nome mais Brando em termos de estrutura física Vila e favela têm um pouco de diferença.	Quando a gente fala em vila a gente tem a ideia de um lugar assim meio ruim e quando se fala em favela é pior ainda as características das casas é que demonstram a Vila é que demonstra uma favela, mas lá moram pessoas boas, a necessidade é que obriga agora o poder público deve atuar com mais decência essa situação[...].	O conjunto é feito em séries é tudo do mesmo jeito.	Parque na verdade quando você quer ver uma área bonita de uma visão muito maior.	X*
			Parque Piauí	05 Moradores	Quando começam a construir essas casas numa vila numa favela eles não se sente bem assim e não que aquele nome como endereço né prefere botar outro nome, né.	Vila é um espaço grande [...].	O Conjunto Habitacional para que ele seja completo é importante que ele tenha toda uma estrutura na parte de Educação de saneamento de tudo né. E aí nesse caso ele vai se diferenciar em relação à vila e a favela com certeza.	Porque pode ser um parque de lazer, mas ele está justamente querendo fazer isso para quebrar um pouco, mudar essa questão de favelado de Vila.	X*
	MORADORES	Conjunto Habitacional Parque Residencial	Residencial Mário Covas	05 Moradores	Não colocam esse nome de favela porque é uma discriminação.	Vila é onde as pessoas mais pobres vivem [...].	X*	[...] essa história de evasão e ele expõe justamente por isso porque eles mesmos não querem está em uma favela ou estar em uma invasão entendeu E acho que colocando Parque, fuja disso.	Residencial é planejado e executado pela prefeitura.
			Vila Irmã Dulce	05 Moradores	Favela para mim é como se fosse uma questão de escala ela é a primeira a mais baixa entendeu avaliando em uma escala de 0 a 10 ela é zero	Eu acho que a vila é lugar que já tem uma certa infraestrutura [...].	X*	Parque pra mim [...] não sei nem dizer, porque tem parque de diversão, ambiental e esses de moradia [...].	Tem os do Minha Casa, Minha Vida [...] mais pra dizer o que é eu não sei bem dizer, não.
			Parque da Vitória	05 Moradores	Assim... não bem dizer o que é mas acho que é lugar mais ruim que a Vila [...].	[...] Vila é um lugar onde a gente pode viver e que até tem muitas coisas ruim, mas, a maioria das pessoas são gente boa. Mais ainda tem muito preconceito.	X*	O parque [...] eu acho que os moradores botam este nome pra dizer assim... que foi uma conquista, no nosso caso.	Tem alguns que são da prefeitura, como o Mário Covas aqui do lado [...] mais é meio complicado dizer o que é [...].

OBS = A partir do perfil dos moradores optou-se para a escolha da resposta de apenas um entrevistado, num universo de cinco entrevistados para cada área estudada.

X* = Não respondeu ao que foi perguntado.